

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL  
SEMINÁRIO TEOLÓGICO NACIONAL  
SÉRIE: PARTILHA TEOLÓGICA nº 3

**AUTORIDADE E ECLESIOLOGIA NUMA  
PERSPECTIVA ANGLICANA (TEXTOS)**

Bispo Dom Sumio Takatsu

**PARTILHA TEOLÓGICA**

Programa de Publicações de Estudos Teológicos do Seminário  
Teológico

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil com apoio da S.P.C.K.

Caixa Postal 11.535

90870-000 - Porto Alegre - RS - Brasil

Fone: (051) 336.2335

## SUMÁRIO

Apresentação  
pág. 03

1. A Comunhão Anglicana  
pág. 04

Bispo Dom Sumio Takatsu, Bispo Emérito da Diocese Anglicana de São Paulo

2. Autoridade na Comunhão Anglicana  
pág. 11

Bispo Stephen W. Sykes, Professor da Universidade de Cambridge, Reino Unido,  
Bispo da Diocese de Ely, Inglaterra

3. Seminário Pré-Lambeth'88 - Dogmática e Pastoral - Sto. Agostinho.  
Londres                   pág. 27

Relatório traduzido pelo Revmo. D. Sumio Takatsu

4. Pertencendo uns aos Outros - Consulta Teológica e Doutrinal Inter-Anglicana.                   pág. 52

Virginia, Alexandria, 1991 - Relatório traduzido pelo Revmo. D. Sumio Takatsu

5. As Imagens da Igreja e o Minstério de Todos  
pág. 69

Bispo D. Sumio Takatsu, Bispo Emérito da Diocese Anglicana de São Paulo

6. Vocação da Igreja  
pág. 77

Bispo D. Sumio Takatsu

## APRESENTAÇÃO

O presente volume da Série "Partilha Teológica" é constituído de uma série de trabalhos produzidos ou traduzidos e adaptados pelo nosso Bispo Dom Sumio Takatsu, Bispo Emérito da Diocese Anglicana de São Paulo.

Resolvemos, devido a temática dos textos, dar-lhe o título de "Autoridade e Eclesiologia numa perspectiva Anglicana". Os leitores irão encontrar a reprodução de conferências, palestras, relatórios de comissões e seminários da Comunhão Anglicana. Alguns textos não são inéditos, mas tiveram uma circulação muito restrita, situação que agora queremos sanar.

Somos gratos a Deus pela vida e pelo ministério do Bispo Sumio como Teólogo e Mestre da Igreja de Deus. Com esta publicação estamos lhe prestando uma homenagem de reconhecimento por sua rica e séria contribuição para a educação teológica da IEAB. Já temos pronto para publicação imediata outros volumes com textos do Bispo Sumio sobre teologia anglicana.

Esperamos com isto auxiliar a Igreja em sua tarefa de reflexão teológica

Porto Alegre, 18 de novembro de 1995.  
Festa de Santa Hilda, Abadessa de Whitby, 680

Deão Orlando Santos de Oliveira  
Reitor do STIEAB

## 1 - A COMUNHÃO ANGLICANA

D. Sumio Takatsu

É quase impossível falar na Comunhão Anglicana apelando para uma Constituição central da Comunhão Anglicana ou para uma teologia oficial da mesma, pois estas coisas não existem. Entretanto, ela é uma comunhão das 25 Igrejas e províncias autônomas em diversas localidades deste Globo terrestre e entre diversos povos, tendo uma identidade comum, embora sujeita a variadas interpretações. Também, existem dois órgãos consultivos, e não legislativos, sendo um dos Bispos de toda a Comunhão Anglicana, a CONFERÊNCIA DE LAMBETH, e o outro consultivo, composto de Bispos, Clérigos e Leigos, que se denomina CONSELHO CONSULTIVO ANGLICANO. Cada Igreja ou Província autônoma tem sua constituição própria e um corpo legislativo: SÍNODO, no caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a CONVENÇÃO GERAL, no caso da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

Num dos relatórios da Conferência de Lambeth, há uma descrição da Comunhão Anglicana freqüentemente citada para a nossa auto-compreensão anglicana, que poderá servir de ponto de referência para esta palestra:

*"A Comunhão Anglicana é uma comunidade de igrejas sem uma constituição central, é uma federação sem um governo federal. Ela veio a existir não por um plano deliberado, mas pela extensão das igrejas nas Ilhas Britânicas para além dos seus territórios...*

*Essas igrejas mantêm o ensino da fé católica em sua integridade e nas proporções em que ela é exposta no Livro de Oração Comum. Recusam aceitar qualquer afirmação ou prática como tendo autoridade, que não esteja de acordo com as Escrituras Sagradas, e com a compreensão da Fé e Prática da Igreja Indivisa (Tradição). Não aceitam a idéia da autoridade central além dos Concílios dos Bispos.*

*Procuram associar o respeito pela antigüidade com a liberdade da procura da verdade. São católicos e evangélicos ao mesmo tempo<sup>1</sup>*

Isto aparece na Encíclica assinada por todos os bispos presentes na Conferência de Lambeth de 1930. E na resolução 49, dessa mesma Conferência, encontra-se a seguinte afirmação:

*"A Comunhão Anglicana é a companhia (associação, fellowship no inglês) dentro da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, das Dioceses, Províncias ou das Igrejas Regionais devidamente constituídas em comunhão com a Sé de Cantuária (Inglaterra), tendo as seguintes características em comum:*

*a) mantêm e propagam a fé e a ordem católica e apostólica expostas, em princípio (generally) nos Livros de Oração Comum, autorizados nas diversas Igrejas da Comunhão Anglicana.*

*b) São Igrejas particulares ou nacionais e, como tal promovem dentro do seu território uma expressão nacional de fé, vida e adoração cristãs;*

*c) São vinculadas umas às outras, não por uma autoridade central legislativa e executiva, mas pela lealdade mútua sustentada pelo conselho comum dos Bispos em Conferência<sup>2</sup>.*

Estas descrições da Comunhão Anglicana datam de 1930. Por isso, elas exigem reparos em alguns pontos. Por exemplo, aquele aspecto de anglicanismo, em que as igrejas compartilham a língua e cultura originária das Ilhas Britânicas, não é mais suficiente para descrever a realidade da Comunhão Anglicana hoje. A Conferência de Lambeth deste ano mostrou que o anglicanismo já tem outras feições: um bom número dos bispos que compareceram à Conferência vieram de outras culturas; a liturgia foi feita não apenas em inglês mas também em outras línguas; os problemas tratados eram os mais universais do povo de Deus. Um outro aspecto que requer reparo é o LIVRO DE ORAÇÃO COMUM. Este está em processo de revisão na maioria das Igrejas da Comunhão Anglicana. Em outras palavras não existe um só LOC da Comunhão Anglicana, mas muitos. Entretanto, há um padrão comum entre esses muitos livros<sup>3</sup>. Também, pode-se dizer o mesmo a respeito das Igrejas. Tanto é que a Conferência deste ano (1978), recorrendo ao modelo de família, sublinhou a "semelhança entre as igrejas membros, a qual se difere da uniformidade"; entretanto, existe entre elas "um vínculo sólido, que as mantém suficientemente unidas no meio das tensões"<sup>4</sup>. Com esses reparos, as descrições de 1930 ainda servem para descrever o espírito e a atmosfera da Comunhão Anglicana<sup>5</sup>.

### Conferência de Lambeth

Agora passaremos a falar sobre a Conferência de Lambeth. Enquanto cada uma das igrejas da Comunhão Anglicana tem sua constituição, seu Sínodo ou Convenção Geral e cada uma das dioceses de uma Igreja, tem também seus Cânones e seu Concílio, a Comunhão Anglicana, como um todo, não tem seu Sínodo Geral, nem uma Constituição. Então, como se mantém a unidade entre as Igrejas?

Um dos focos de unidade mais importante na Comunhão Anglicana é a Conferência dos Bispos. A primeira Conferência reuniu-se em Lambeth, Inglaterra, em 1867, à convite e sob presidência do Arcebispo de Cantuária, Charles Thomas Longley.

Nos anos que precederam a Conferência, as Igrejas sentiram a necessidade de estreitar o vínculo da Comunhão entre si, esclarecendo a ela própria a natureza da relação entre elas, aprofundando um maior entendimento sobre as controvérsias doutrinárias, sobre as questões sociais, e abrindo caminho para a cooperação na área de publicações.

### Revisão Canônica

Por exemplo, a partir de 1860, na Igreja da Inglaterra entrou em processo a revisão de seus Cânones. Desse processo foi excluído a participação da Igreja na Irlanda e das Igrejas nas colônias britânicas. Também a mudança canônica afetava a Liturgia em certos aspectos <sup>6</sup>. Por outro lado, a Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América (hoje Igreja Episcopal) e quatro Províncias da Igreja Anglicana do Canadá eram autônomas. Entre os bispos canadenses havia quem pensasse que o espírito de independência das igrejas na América do Norte estava indo longe demais.

### Controvérsia entre Ortodoxia e Liberalismo

Um outro exemplo dos problemas que precederam a Conferência de Lambeth, foi o problema da controvérsia doutrinária. Em 1860, na época em que foi publicada "A ORIGEM DAS ESPÉCIES", de Charles Darwin, apareceu uma coletânea intitulada Ensaio e Resenhas, de cunho liberal ou modernista e que, na área dos estudos bíblicos, começou a adotar o método crítico. Hoje, esses artigos seriam considerados até conservadores, mas na época suscitaram controvérsia. A questão foi aguçada quando um bispo de Natal, Colenso, escreveu um comentário sobre a Carta aos Romanos, expondo uma teoria universalista, isto é, que a justificação é extensiva a todos, aos cristãos e aos que nunca ouviram o nome de Jesus e que não puderam exercitar a fé viva. Também, nesse comentário, o Bispo Colenso criticou a teoria substitucionária da morte de Cristo, isto é, que Cristo morreu em nosso lugar, levando o castigo divino sobre si, e advogou a teoria vicária, isto é, que Cristo morreu em favor dos pecadores. Essas idéias teológicas não seriam estranhas hoje, mas na época suscitaram uma oposição muito forte. É muito difícil compreender porque os antigos lutaram tanto por uma questão de diferença doutrinária. Mas era um fato e Colenso foi condenado e deposto pelo metropolitano da África do Sul. Esse julgamento dividiu, também, a opinião dos Bispos na Inglaterra e noutras Igrejas da Comunhão Anglicana, porque Colenso apelou para o Arcebispo de Cantuária. Em outras palavras, houve simpatizantes de Colenso, adversários, e ainda outros que desejavam confinar a questão ao âmbito da Província e ainda muitos que desejavam levar a questão ao Sínodo Nacional ou ao Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra.

Por essas e outras razões, muitos bispos sentiram a necessidade de um Sínodo Geral para a Comunhão Anglicana, e a Igreja do Canadá sugeriu ao Arcebispo de Cantuária que fosse convocado um Sínodo com a presença de Bispos, Presbíteros e Leigos. Houve muita troca de correspondência entre os Bispos e o Arcebispo de Cantuária. Atendendo a várias necessidades, perspectivas teológicas e interesses, finalmente uma Conferência foi convocada. Diferente das expectativas de alguns, a Conferência não chegou a ser um Sínodo. Por isso, não teve autoridade. Sem dúvida, as resoluções - que são o acordo entre os bispos reunidos para uma consulta mútua - são

respeitadas, e tem peso. Mas, para que as resoluções adquiram autoridade, é necessário que sejam aceitas por um Concílio ou Sínodo <sup>7</sup>.

### Os resultados da 1ª Conferência

1) Estabeleceu o padrão das futuras Conferências.

2) Na época, a Conferência parecia ser uma parte da cruzada contra o modernismo. Alguns desejavam que o fosse. Entretanto, a Conferência deixou de tocar na natureza da Inspiração das Escrituras. Na verdade, muitos queriam formular afirmações definidas sobre a inspiração verbal, mas isso foi evitado. Nada se definiu. Essa indefinição abriu as portas para que a Comunhão Anglicana, principalmente, a Igreja da Inglaterra entrasse confiante na era da crítica bíblica.

3) A Conferência reconheceu a competência da Província da África do Sul em julgar e condenar o bispo Colenso. Em 1930, a Conferência reiterou essa resolução, afirmando que a formação de um tribunal central é inconsistente com o espírito do anglicanismo. Com isso, consolidou-se a autonomia das igrejas e das Províncias e, também, o sistema sinodal de governo.

4) Abertura ecumênica. Começou a procurar o contato com a Igreja Luterana Sueca.

### Sistema Sinodal

Em nível diocesano, existe o concílio presidido pelo Bispo da Diocese, composto de todos os clérigos jurisdicionados na Diocese e os representantes leigos das Paróquias e Missões. Sua função diz respeito às matérias relativas à organização, estrutura e administração da Diocese. Por exemplo, no caso de vacância, o Bispo é eleito no Concílio pela maioria da ordem leiga. Também o orçamento é aprovado pelo Concílio. Em nível paroquial, o Pároco é eleito por um determinado período pela Junta Paroquial, em consulta com o Bispo Diocesano. A Junta Paroquial, por sua vez, é eleita pela Assembléia anual da paróquia. O pároco, com a Junta Paroquial, administram os negócios da mesma. No nível da Igreja Nacional, existe o Sínodo ou Convenção Geral, que se reúne periodicamente sob a presidência do Bispo Primaz ou do bispo Presidente. É composto de Bispo, Delegados Clericais e Leigos escolhidos pelos Concílios Diocesanos. O Sínodo pode e deve reunir, em certos casos, em separado, Câmara dos Bispos e Câmara dos Clérigos e Leigos.

Este sistema sinodal na Comunhão Anglicana tem sua origem histórica na Inglaterra, porém foi reintroduzido na Comunhão Anglicana, pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos e conseqüentemente seguido por outras igrejas da Comunhão, e hoje em vigor na própria Inglaterra<sup>8</sup>.

De acordo com o historiador anglicano, R. Bosher, o estabelecimento deste sistema nos Estados Unidos, na Convenção Geral reunida em

Filadélfia, em 1785, marcou a história do Anglicanismo e tem a ver com a formação da Comunhão Anglicana nos seguintes termos:

1) Introduziu as medidas referentes à eleição de bispos pelas representações clericais e leigas e a limitação e definição dos poderes do episcopado por uma constituição escrita.

2) Criou o sistema sinodal.

3) Estabeleceu o direito do laicato de compartilhar igualmente na legislação e na administração em qualquer nível.

4) Significou o abandono do sistema provincial antigo, ao qual as dioceses estavam subordinadas e o estabelecimento delas sob a base de absoluta igualdade<sup>9</sup>.

### Conselho Consultivo Anglicano

Um outro órgão de consulta em nível de Comunhão Anglicana é o Conselho Consultivo Anglicano, criado em 1971, de acordo com a resolução da Conferência de Lambeth de 1968, e aprovado pelos Sínodos das Igrejas Nacionais. Segundo o relatório da Conferência de 1930, já por volta de 1908, haviam sugestões de que se criasse um Conselho Consultivo o mais representativo possível. Entretanto, só em 1971 é que ele foi criado. Isso não quer dizer que não houvesse outros órgãos de Consulta.

Esse órgão funciona em nível internacional e visa ser informativo, compartilhar as informações entre as Igrejas da Comunhão Anglicana, ser um conselho de política interna, desenvolver política missionária, em que as igrejas nacionais compartilhem seus recursos humanos, financeiros e de experiência e orientar e encorajar a participação anglicana em movimentos ecumênicos. Todas as igrejas estão presentes nesse Conselho Consultivo composto de Bispos, Clérigos e Leigos, sendo o Arcebispo de Cantuária seu "Presidente de Honra". O Conselho elege periodicamente o seu presidente e vice-presidente. Atualmente, uma mulher, Dra. Marion Kellern é Presidente, e um Bispo escocês o Secretário-Geral.

### O significado da Comunhão Anglicana

Como último ponto, à guisa de resumo, gostaria de falar sobre o significado da Comunhão Anglicana. Historicamente, esta forma de Igreja surgiu nas Ilhas Britânicas. Não se sabe precisamente quando começou a missão cristã na Inglaterra. Sabe-se que houve presença de cristãos entre os soldados romanos estacionados na Inglaterra. O mais certo é que, por volta de 314, já haviam bispos em York e Cantuária. Os mesmos participaram do Concílio de Arles naquele ano. Eram de tradição grega. Antes do Concílio de Whitby em 664, haviam igrejas celtas, as quais eram independentes. De 597 em diante, com a chegada de Santo Agostinho, o primeiro Arcebispo daquela Sé, começou a missão latina (romana) nas Ilhas Britânicas. Houve o conflito entre os dois tipos de igreja: a celta e a romana.

Na época da Reforma, a Igreja da Inglaterra absorveu os seus princípios, sem abandonar a fé e a ordem católicas fundamentadas nas Escrituras e expressas nos Credos, nos dois Sacramentos dominicais e no tríplice ministério histórico: Bispos, Presbíteros e Diáconos.

Hoje, as Igrejas da Comunhão Anglicana estão espalhadas em diversos cantos deste mundo, entre diferentes povos. A Conferência de 1930 fez um apelo às Igrejas-membro no sentido de promover a unidade entre elas, aprofundando por todos os meios possíveis, o companheirismo (fellowship) nas mesmas, de modo que todas elas venham, pela apreciação e compreensão mútuas, à apreensão mais plena da verdade que está em Jesus, e a manifestar, mais plenamente ao mundo, a unidade do Espírito pela diversidade de dons.

A preferência anglicana sobre o termo Comunhão, Companheirismo, Associação ou Federação, Consulta, é indicativo de que é nosso desejo nesta comunhão que as Igrejas-membro sejam semelhantes umas às outras, compartilhem certo padrão de Oração Comum, de Ensino, de Ministério, de Ação, porém não uniformes e que exerçam a fraternidade entre si, como dom livremente dado, em lealdade mútua ao Senhor.

As formulações doutrinárias são deliberadamente "imprecisas"<sup>10</sup>. Tanto o ensino como a prática da adoração permitem diversas interpretações. Isto faz parte da diversidade na unidade<sup>11</sup>.

Quero terminar esta palestra fazendo referências a dois fatos recentes.

1º) A resolução sobre a Ordenação Feminina na Conferência de 1978, ilustra muito bem o que a Comunhão Anglicana procura ser. As três igrejas, a dos Estados Unidos, do Canadá, da Nova Zelândia e a Diocese de Hong Kong haviam ordenado mulheres ao presbiterado. E a Conferência, após muitos debates, resolveu aceitar as igrejas que ordenaram as mulheres, solicitando-lhes que respeitem aquelas outras que não as ordenaram. Por outro lado, a Conferência resolveu aceitar as igrejas que não ordenaram as mulheres, solicitando-lhes que respeitem aquelas que já ordenaram. Também a Conferência esclareceu que a diversidade na unidade de fé e adoração faz parte integral da herança anglicana.

2º) Ao que parece, em todas as Conferências, há certa pressão para que se defina algo sobre a autoridade central da Comunhão Anglicana e faça do Arcebispo de Cantuária um Patriarca. O Arcebispo fez uma declaração:

*"Há os que desejam ver a autoridade na pessoa do Arcebispo de Cantuária. Entretanto, desde de 1897, existe uma forte oposição a esta idéia. Essa atitude é correta. Não é do gênero da Comunhão Anglicana ter uma autoridade papal ou patriarcal. Também, a idéia de um Tribunal central tem sido corretamente rejeitada. Então, a autoridade reside na Conferência de Lambeth? A resposta seria negativa. Ela apenas faz consultas e procura consenso. Então estaria a autoridade no Conselho Consultivo? Também esse órgão não é suficientemente representativo. Então onde está a autoridade? Não é do gênero do anglicanismo definir as coisas rigidamente"<sup>12</sup>.*

Assim, a Conferência viu a possibilidade de haver uma coexistência de uma consulta mais regular entre os primazes e o Conselho Consultivo; então, foi criado o Conselho dos Primazes da Comunhão Anglicana, sob a presidência do Arcebispo de Cantuária.

## Referências Bibliográficas

1) Lambeth Conference, 1930, Londres, SPCK, s.d. pp. 28-29

2) Lambeth Conference, 1930, p. 55. Quanto à autonomia das Igrejas nacionais ou das províncias, a resolução 48 da mesma Conferência diz o seguinte: "a verdadeira constituição da Igreja Católica envolve o princípio da autonomia das igrejas particulares, fundada na base comum da fé e ordem.", p. 54.

3) The Conference of Lambeth, 1958, SPCK e Seabury Press, 2.79 e 2.98 BAYNE, S., "Prayer Book Revision", in: An Anglican Point, Austin, Texas: The Church Historical Society, 1964, p. 192-196.

4) The Report of the Lambeth Conference, 1978, seção 3.

5) Neill, S. Anglicanism, Penguin Books, p. 417. Como atitude e atmosfera, o Bispo Neill salienta a qualidade bíblica: mesmo os Credos são aceitos porque tem a sua base bíblica; a Bíblia é colocada nas mãos dos leigos; pressupõe-se que a Bíblia pode tornar-se o Oráculo vivo de Deus em nossos dias; igreja litúrgica; senso de continuidade. Entre outras coisas, este senso de continuidade vem expressar-se na sua insistência pelo Episcopado. Mesmo os anglicanos que consideram as igrejas que não mantêm o episcopado, recusam tratá-lo como sendo opcional e secundário. Com relação a erudição teológica, isso não implica em que houve aqui e ali certa resistência à nova percepção da verdade teológica. Entretanto há uma tendência para a tolerância. Com relação a confiança na verdade: por confiança, o anglicanismo exige dos fiéis a compreensão da razão de sua fé, a responsabilidade pessoal na comunidade, o apelo ao intelecto, à consciência e à vontade. Com relação a compreensividade: em certos pontos das formulações doutrinárias, há uma imprecisão calculada. Conforme Relatório da Conferência de Lambeth de 1948: "a coexistência dos pontos de vista divergentes dentro da Comunhão Anglicana causa certas tensões, mas estas são tensões dentro de um círculo amplo de acordo e harmonia. Reconhecemos as tensões dentro de um círculo amplo de acordo e harmonia. Reconhecemos a inconveniência, mas aceitamo-la como sendo parte da vontade de Deus para conosco...". Neill, S., op. Cit., pp. 418-27. Toda a obra de S. Bayne gira praticamente em torno do significado do termo anglicano numa dimensão internacional.

6) STEPHENSON, Alan G.M., The First Lambeth Conference, 1867. SPCK, 1967, pp. 97ss. Trata-se de emenda sobre os padrinhos no Batismo: aos pais não é permitido ser padrinhos; da Introdução de Ação de Graças pela Colheita, no Livro de Oração Comum. Devo a Stephenson a visão sobre o contexto histórico da Primeira Conferência de Lambeth.

7) WAND, J.C., What the Church of England Stand For, 1951. In: Stephenson, A.G.M., op. Cit., p. 326.

8) STEPHENSON, A.G.M., Anglicanism and The Lambeth Conference, SPCK, 1978, p. 15, BERKLOTE, H.G.G., Frontiers of the Church, Londres: Ernest Bann Ltda., 1961, p. 219ss, GRAY, W.B., The Episcopal Church Welcomes You, and Introduction Its History, Worship and His Church.

9) BOSHER, R., The American Church and the Formation of the Anglican Communion, in: STEPHENSON, A.G.M., The First Lambeth Conference, pp. 39-40.

10) É oportuno observar as afirmações de S. Bayne em sua obra An Anglican Turning Point. A unidade das Igrejas Anglicanas e do seu povo “não está nas instituições, nem no catecismo, nem nas leis”, mas está “no Partir do Pão, na aceitação plena, mútua e inquestionável. A nossa unidade não reside na semelhança do pensamento, mas na ação conjunta, acima de tudo, no ato supremo cristão de oferenda, de partir, de compartilhar o Corpo.”, p. 275. Sobre as atitudes anti-confessionais, ou anticonfessionalistas anglicanas, ver p. 274 e p. 123ss.

11) Relatório da Conferência de Lambeth de 1978. A ênfase de diversidade na unidade foi ressaltada pelo bispo John Taylor, de Winchester e também pelo bispo H. Montefiore, de Birmingham, e endossada pela Conferência. Um outro documento importante é a resolução da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos sobre a proteção dos opositores da ordenação feminina em Ecumenical Trends.

12) Documento distribuído na Conferência pelo Arcebispo de Cantuária.

## 2 - AUTORIDADE NA COMUNHÃO ANGLICANA

D. Stephen W. Sykes

Há duas maneiras de atacar um tópico desta natureza.

1. *Autoridade na Comunhão Anglicana* poderia significar os processos reais ou desejados da tomada de decisão dentro da Comunhão Anglicana. Um trabalho dessa ordem deve revelar a familiaridade com as Constituições e Cânones das Províncias da Comunhão Anglicana, com o *status* das Conferências de Lambeth, com as condições e recomendações do Conselho Consultivo Anglicano e da Comissão dos Primazes. Tal abordagem está além de minha competência, embora acredite, pessoalmente, que um estudo contemporâneo dessa natureza seja necessário urgentemente (sendo o último realizado por H.L. Clarke, então, Arcebispo de Melbourne, 1924). Com efeito, é um problema angustiante uma vez que se processam rápidas transformações nas Províncias da Comunhão Anglicana, aparentemente sem uma comunidade de reflexões e de crítica, para lhes dar um embasamento. Todavia, uma segunda abordagem também é possível.

2. *Autoridade* na Comunhão Anglicana (observem o itálico) poderia significar também um tópico teológico sobre a "autoridade" como se encontra articulado e refletido dentro do repertório comum de experiências compartilhadas pela família anglicana. É este segundo tópico que proponho atacar, embora consciente de minhas limitações de conhecimento, especialmente de perspectiva. É neste sentido que o problema da autoridade tornou-se uma questão teológica central, especialmente no diálogo ecumênico e, dentro desse diálogo, especialmente com os católico-romanos. Por conseguinte, *autoridade na igreja* representa uma parte vital daquele intenso fermento teológico dentro da Igreja Católica-Romana, que a levou ao Concílio Vaticano II.

É precisamente nesta conexão que, no entanto, a questão não pode surgir despropositadamente; a *autoridade* tornou-se uma preocupação típica da teologia *ocidental*. Afinal, foi a Igreja *ocidental* que desenvolveu, através de uma longa história da Europa Medieval, em que ela teve sua parte, um padrão e estilo de governo, complementando (em parte reproduzindo) a autoridade civil. As igrejas da Reforma responderam, por sua vez, ao seu ambiente *ocidental*, e o moldaram. Finalmente, os desenvolvimentos políticos e intelectuais no Ocidente (tanto na Europa com na América) desafiaram as estruturas de autoridade recebidas na Igreja Católica-Romana e nas comunidades protestantes. Esses desenvolvimentos induzem às interpretações liberalizantes de autoridade, características da maioria das denominações modernas. O tópico em sua totalidade não é *ocidental* na sua concepção, desde o começo até o fim?

Não é fácil, de certo modo, para um ocidental, tornar-se inteiramente cômico das limitações impostas sobre sua perspectiva pela sua história e pela sua formação. Todavia, duas observações de imediata relevância

podem ser feitas. 1) *Autoridade* é um termo bíblico e o problema da autoridade na igreja foi legado pelos documentos bíblicos a toda a igreja, como veremos mais adiante. 2) Embora haja diferentes “hábitos de autoridade” em diferentes culturas, existem certas condições que a debilitam. Essas condições são universais, porque o próprio Evangelho é universal. E, portanto, todas as vezes em que o Evangelho for proclamado, um potencial de tensão é provocado entre o Evangelho e o seu meio, seja qual for. Deve-se pressupor esse potencial de tensão no exercício próprio da autoridade em qualquer comunidade humana.

As igrejas locais estão sempre em diálogo com as culturas de sua localidade. Isso corresponde tanto às igrejas ocidentais quanto às igrejas na África, ou na Ásia ou nas Índias Ocidentais. É que, comparando-se a manifestação da autoridade intrínseca e universal do Evangelho, quando proclamado pela igreja, com o contexto de culturas *diferentes*, se alcança o progresso em transcender às limitações de uma perspectiva individual.

Portanto, inteiramente à parte das óbvias limitações culturais do autor, o presente ensaio pode ser oferecido como uma *contribuição* para a formulação correta da questão em pauta. E segue-se necessariamente que se a Comunhão Anglicana tem seriedade para com o potencial de sua contribuição para todo o mundo cristão, então ela deve capacitar seus homens de saber a permutar as percepções dos problemas comuns da autoridade, no contexto da compreensão do Evangelho do Senhor e na fidelidade ao mesmo.

Inteiramente sujeito às limitações acima, o meu ensaio está projetado em duas seções principais:

1) *Autoridade como um problema teológico*. Aqui, desejo expor claramente o modo pelo qual os documentos bíblicos (*que são a nossa herança comum*) transmitem à história posterior cristã o problema da autoridade na igreja. Ao mesmo tempo, desejo, ao fazer a colocação do problema, ilustrar o modo como a Comunhão Anglicana proporcionou uma interpretação dos dados bíblicos (*por sua receptividade à tradição da Igreja primitiva e por meio do seu padrão dos LOC's*).

2) *A experiência anglicana da autoridade*. Toda uma Comunhão Anglicana compartilha certas experiências, em particular, certos documentos (*LOC's, Ordinais e Artigos*) e certos eventos (*as circunstâncias da criação da Família Anglicana, e os determinantes principais da história moderna, que, na sua maioria, estão refletidos nos documentos das Conferências de Lambeth, dum modo ou de outro*). Se o presente estado da autoridade na Comunhão Anglicana deve ter qualquer profundidade histórica, é necessário que sejam expostas e analisadas essas experiências.

Essas duas seções principais inspiraram uma série de conclusões críticas e construtivas, que rematam a discussão.

### Autoridade como um problema teológico

#### a) *a fonte divina da autoridade*

“A autoridade como é herdada na Comunhão Anglicana da Igreja indivisa dos primeiros séculos da era cristã é uma só, porque ela deriva de uma única fonte divina, e reflete dentro de si a riqueza e a historicidade da Revelação divina, a autoridade do eterno Pai, do Filho feito carne, e o Espírito, doador da vida.” (*Do Relatório sobre a Comunhão Anglicana, da Conferência de Lambeth de 48, p. 84*)

Ao afirmar a única fonte divina da autoridade, os autores do documento simplesmente refletiram o testemunho consistente, a harmonia e a unidade de Deus, e da derivação do governo e autoridade que só Dele provém. Todavia, ao se referir à *riqueza e à historicidade da revelação divina*, os autores trouxeram à discussão algo da complexidade do testemunho bíblico. Uma das conquistas do saber bíblico moderno é a compreensão de que, dentro dos documentos bíblicos, existe uma história de constante re-interpretação das tradições anteriores a ser traçada.

Um exemplo pertinente desse processo de re-interpretação pode ser observado no uso do termo *Senhor dos exércitos*. O santuário de Silo, onde a Arca da Aliança foi colocada, era o local de sacrifício anual ao *Javé dos Exércitos* (I Sm 1.3,11). A Arca teve uma função vital no contexto da Guerra Santa e o sentido militar do termo é claramente percebido na referência à luta de Davi, em nome de Javé dos exércitos, o qual é o *Deus das armadas de Israel* (I Sm 17.45; Sl 24.7-10, 60.10). Todavia, o sentido do epíteto é poderosamente reinterpretado pelos profetas, em cujos escritos se encontra a maioria do uso do termo. Deus, enquanto continua a realizar seus atos poderosos, também julga o seu povo. E um outro tema é desenvolvido, isto é, o tema da presidência de Deus sobre a multidão celestial, o seu concílio (I Rs 22.19; Jó 1-2; Sl 82). Com efeito, os profetas poderiam dizer que eles, ao contrário dos falsos profetas, foram conduzidos para dentro desse concílio e assim, podem falar com autoridade: *Assim diz o Senhor* (Jr 23.18,22; Is 6.8, 40.6; Am 3.7). A versão “LXX” usa freqüentemente, na sua tradução do *Javé dos exércitos*, *Kurios Pantokrator* (Senhor Onipotente). É esse termo que passa para o Credo no grego, e eventualmente para o latim, *deus omnipotens*. A própria tradução é um processo de reinterpretação e tem-se sublinhado com justiça que o inglês *Almighty* e *Omnipotent* não são, de modo algum equivalentes do grego, sem falar no hebraico.

Então, que é que devemos entender pelo epíteto *Senhor dos exércitos*? Devemos compreender, em primeiro lugar e fundamentalmente, que só Deus é o Senhor, nos céus e na terra. Essa soberania tem por referência a Criação, a ordem histórica, e os últimos dias, que propiciam os exemplos das ações poderosas de Deus. Os anglicanos, cuja vida espiritual é ou pode ser moldada pela recitação do Saltério, são diariamente confrontados com palavras que *atribuem ao Senhor o poder* (Sl 68.34) ou que *atribuem ao Senhor a honra devida ao seu Nome* (Sl 29.2). Cada um dos cânticos das

Matinas ou das Vésperas do LOC contém o tema de ação de graças a Deus pelos seus atos poderosos; o mesmo acontece nos cânticos do Novo Testamento (de Lucas), que explicitamente observam na vinda de Cristo um outro ato de salvação, aliás, a ação final.

Então, pelo menos no que concerne a uma camada substancial e influencial de tradição bíblica, *o Senhor dos exércitos é conosco, o Deus de Jacó é nossa fortaleza* (Sl 46.11).

Contudo, os próprios Salmos apresentam-nos um problema bem conhecido. Muitos que diriam se hesitação,

*o nosso Deus é o Deus Libertador;*

*Com Deus, o Senhor, estamos a escapar da morte. (68.20)*

titubeiam no verso seguinte,

*Sim, Deus parte a cabeça dos seus inimigos,*

*e o cabeludo crânio do que anda nos seus próprios delitos. (68.21)*

Há uma construção cristológica a ser feita em cima do Saltério, que veja o poder de Deus como o poder expresso no Cristo crucificado. Uma parte do que significa, já está contida na ênfase colocada sobre a *constante bondade de Deus*.

*Uma vez falou Deus, e duas vezes ouvi isto:*

*que o poder pertence a Deus e a ti, Senhor, pertence a graça (constante bondade),*

*pois a cada um retribuíis segundo suas obras. (62.11-12)*

Mesmo aqui, o princípio da retribuição conforme as obras é explicitamente negado por São Paulo, na sua meditação teológica sobre a graça de Deus.

É evidente que existe um problema neste ponto. Como o poder de Deus deve ser compreendido, à luz do Ministério de Jesus e à luz de sua Cruz? Pelo menos, devemos dizer que ocorreu um processo de transformação, ainda mais uma vez, na compreensão do poder divino. Essa transformação é evidente em três aspectos: 1) A prática real da autoridade (senhorio) na sociedade contemporânea de Jesus é explicitamente desafiada como um modelo de domínio na comunidade; *não assim convosco*, o líder deve ser aquele que serve (Lc 22.24-27). 2) Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, o próprio poder de Deus é o poder da fraqueza, da humildade e da cruz (1 Co 1.18-31; Fl 2.5-10). 3) Finalmente, os que são ajudados, ou mesmo armados pelo poder de Deus devem aguardar o sofrimento, porque o sofrimento é a marca do discípulo de Cristo (2 Ts 1.5; Ro 8.17; 2 Co 1.5; Fl 3.10 e I Pe).

Como isso afeta a nossa compreensão do poder de Deus? Isso significa, certamente, que, à luz de Jesus Cristo, um traço pelo qual podemos reconhecer os atos poderosos de Deus contemporâneos é o sofrimento da Igreja, ou de qualquer um de seus membros no serviço a Deus. Em I Pedro, o autor adverte seus amigos cristãos a não se surpreenderem com a *provação de fogo*, pela qual estavam passando *como se fosse alguma coisa extraordinária*.

*...Alegrai-vos na medida em que sois co-participantes dos sofrimentos de Cristo, para que também na revelação de sua glória vos alegreis... (4.13)*

Semelhantemente, Paulo está persuadido de que tanto o sofrimento é normal aqui e agora, como também, que o sofrimento severo não tem comparação com a glória ainda não revelada (Ro 8.18-39). Em outras palavras, a crença na vitória final de Deus pode ser entendida jubilosamente no meio do sofrimento, *porque o sofrimento do justo é o próprio caminho que Deus toma no trato com a humanidade*. Não há perda de crença no poder de Deus, mas o poder é agora interpretado, à luz da Cruz. O único caminho para a vitória da ressurreição é a Cruz. A própria entrada na vida cristã pelas águas do Batismo (*simbolizando simultaneamente a criação e a destruição*) é a identificação com a morte de Cristo e a participação na Sua ressurreição.

#### b) *o poder do Evangelho*

O Evangelho, na tradução memorável do Rei Tiago, é *o poder de Deus para a salvação, a todo aquele que crê* (Ro 1.16). Vários comentários devem ser feitos sobre este ponto. Primeiro, Paulo quer dizer que evidentemente para todo aquele que tem fé, no pleno sentido da palavra, o Evangelho é triunfantemente efetivo no fim. O cristão participará certamente no triunfo final de Deus e essa certeza é decisivamente capaz de transformar as experiências (sofrimento) pelas quais qualquer cristão passa. Em segundo lugar, a participação no poder triunfante, em última instância, de Deus, é acessível a *qualquer um* que crê. Por conseguinte, cada crente é revestido de poder. Isto não deve ser interpretado individualisticamente. O autor da carta, profundamente paulina de Efésios, observa que é a igreja que foi eleita, no propósito e na presciência de Deus, para ser o local da atividade a ser conclusivamente triunfante em Cristo, seu supremo cabeça. E ele ora para que Deus conceda *força e poder (dynamis)* a todo o seu povo, de modo que eles alcancem a plenitude do ser. É pelo *poder imensuravelmente grande em operação entre nós* que Deus é glorificado na igreja e em Cristo por nós, *de geração a geração, para sempre* (Ef 3.2ss). O centro do poder é, por conseguinte, toda a igreja, e qualquer membro que nela estiver.

Um terceiro ponto deve ser observado a respeito do *poder do Evangelho*. Isto nasce diretamente do tema da seção anterior e especificamente de I Coríntios. Contra as exigências dos judeus, por mais atos poderosos de Deus (sinais), e dos gregos pelo argumento mais impressionante (sabedoria), Paulo mostra-se determinado a proclamar somente o Cristo crucificado. O impacto do Evangelho contém uma demonstração suficiente do espírito e do poder (*dynamis*), inteiramente à parte de quaisquer embelezamentos. Surpreendentemente, Deus escolheu os pobres e os desprezíveis para derrubar a ordem existente (1 Co 1.18-2.5). O

Magnificat, seguindo o tema diverso dos Salmos, apresenta o mesmo pensamento.

*Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humilhados.*

*Encheu de bens os famintos, e despediu vazios os ricos.*

Maria torna-se, no uso litúrgico desse hino de louvor e na devoção da Igreja, pela sua doação de humanidade ao divino Filho de Deus e na sua recepção da graça de Deus, a mãe de todos os fiéis, especialmente dos humilhados. O Deus em que ela se alegra não faz acepção de pessoas, pois não tem favoritos (At 10.34; Ro 2.11) nem nós devemos tê-los (Tg 2.1-9). Precisamente, no contexto da discussão calorosa de seu próprio status de apóstolo, Paulo afirma que, à luz da auto-oferecção de Cristo para morte por toda a humanidade,

*os padrões mundanos cessaram de entrar em conta para avaliar qualquer um...e se alguém estiver em Cristo, ali há um mundo novo. A antiga ordem já se foi, e uma nova ordem já começou...(2 Co 5.16s)*

Em síntese, o Evangelho é a possessão, é a chamada inestimável de qualquer cristão. Em virtude só do Evangelho, qualquer membro da Igreja participa da vitória final de Deus e, por conseguinte, do seu poder. O ato básico da Reforma Anglicana foi a tentativa de dar acesso ao Evangelho apostólico na linguagem do povo, por meio da liturgia e das Escrituras no vernáculo. Persuadida de que *tanto no Antigo como no Novo Testamento se oferece a vida eterna ao gênero humano, por Cristo, que é o único Mediador entre Deus e os homens (Artigo VII)*, nenhuma barreira de linguagem poderia se permitir para que se impeça de ouvir, ler, ponderar, aprender e assimilar interiormente as Escrituras (Coleta do 2º Domingo do Advento). Desenvolvendo seus argumentos a respeito de São Crisóstomo e Santo Agostinho, Cranmer nega que as Escrituras são difíceis para o povo comum, na sua segunda exortação *Da Leitura e do Conhecimento das Escrituras*, que introduz o Livro das Homilias:

*"Pois Deus recebe os instruídos e os indoutos e não lança ninguém fora, mas é imparcial a todos. E a Escritura está plena de vales baixos, caminhos planos e é fácil para o homem usá-la e nela andar. Também a Escritura está plena de colinas altas e montanhas, que poucos homens podem subir."*

### c) *A autoridade do Ministério do Evangelho*

Chegamos ao momento em que devemos relacionar os termos *poder e autoridade*. Nos Evangelhos sinóticos, tanto o termo grego *dynamis* como *exousia* estão empregados, às vezes, como sinônimos (Lc 4.36; 9.1; 10.19) e noutras vezes, com sentido próprio. A distinção feita por C.K. Barret afirma autoridade (exousia) *pertencer ao estágio de efetividade, que está atrás de dynamis, qual a dynamis revela e do qual a dynamis depende*. Esse sentido próprio não é peculiar ao grego bíblico, e corresponde à diferença no uso em inglês. Dynamis é mais comumente o poder miraculoso, o poder do

Espírito (especialmente em Lucas), e o poder derramado no fim dos tempos. A expressão não ocorre na literatura joanina. Exousia é a autoridade divina atribuída a Jesus (Mc 2.1; Mt 9.8, 28.18; Jo 5.27), ou de um rabino oficialmente autorizado (Mc 1.22,27; 11.28). E a autoridade é dada aos discípulos por Jesus, para curar e expulsar os demônios (Mc 3.15; 6.7). Semelhante padrão de semelhança e diferença emerge na literatura paulina. Paulo vindica tanto que o poder de Deus (*dynamis*) opera nele e por ele (2 Co 13.3,4) como também que ele recebeu a autoridade divina (*exousia*) (2 Co 13.10). É impossível, portanto, fundamentar uma teoria teológica da autoridade meramente sobre um estudo dessas palavras gregas.

Existe uma distinção estabelecida na filosofia moderna entre o poder *de iure* e o poder *de facto*. O poder de iure reside na existência de um código legal reconhecido que pode, contanto que o Estado possui os meios necessários, ser aplicado. O poder de facto pode repousar sobre a lei, mas é preciso somente vincular o reconhecimento prático do poder. É, por conseguinte, um conceito muito mais amplo e como tal é possível de acolher a noção de uma autoridade intrínseca. A autoridade de um perito em arte e música se baseia muito no reconhecimento. Mas isso não o torna suficiente. A idéia de alguém que possui autoridade moral talvez seja inteiramente fundada no reconhecimento pelos outros (isto é, nada pode ter a ver com o status social, com o grau de escolaridade ou com o poder legal). Entretanto, uma pessoa de autoridade, moralmente falando, está longe de ser suficiente. Nenhum dos líderes ou dos escritores cristãos do Primeiro século estavam na posição de ter sua decisão imposta legalmente. Paulo pode ter invocado o poder civil para a proteção pessoal, mas isso é uma outra questão (até onde eu sei, a primeira decisão da Igreja legalmente posta em prática foi a expulsão de Paulo de Samosata, Bispo de Antioquia, pelo Imperador Aureliano em 272 A.D., após quatro anos de sua condenação). Eles dependiam, em outras palavras, inteiramente do reconhecimento *de facto* do seu poder e esse poder pode ser comparado apropriadamente de autoridade moral.

Nenhum escrito é mais expressivo e mais pungente sobre este assunto do que as cartas de Paulo à igreja em Corinto. Aqui, a existência de querelas, que envolvem o status de Paulo como um apóstolo faz constante referência a sua autoridade inevitável. A situação torna-se psicologicamente mais complexa pela sensibilidade evidente de Paulo à acusação de fraqueza (1 Co 2.3), pela qual ele se acha na obrigação de responder vigorosamente (2 Co 10-13). Confrontado com a desordem e desunião deles, Paulo está totalmente confiante de que, sob Cristo, de quem ele é servo e despenseiro (e Apolo, 1 Co 3.5), ele tem a autoridade de corrigí-los (1 Co 11.34). Sua autoridade é como a do pai para com eles (1 Co 4.15). É possível que ele tenha de castigá-los (1 Co 4.21). Ele pode enviar-lhes um mensageiro para falar e agir em nome dele (1 Co 4.17).

As disputas em Corinto mostram as gradações da seriedade. Algumas delas podem ser solucionadas por qualquer sábio (1 Co 6.5). Outras são perversões sérias da sã doutrina e acarretam em castigo divino (1 Co 3.15).

Numa ofensa sexual particularmente séria, Paulo ordena à congregação a se reunir em assembléia (com ele em espírito) e, no poder do Cristo, excomungar o ofensor (1 Co 5.3-5). Este último exercício drástico de autoridade (Paulo espera que o homem morra) reside, como deve ser observado, na congregação toda reunida para ratificar, com efeito, um julgamento previamente dado por Paulo. Por conseguinte, Paulo tanto vindica quanto exerce o grande poder (ele realmente fez milagres - dynamis exigidos de um apóstolo verdadeiro).

Todavia, há duas qualificações importantes. A primeira já foi observada acima. O poder de Deus é Jesus Cristo crucificado em fraqueza. Este princípio introduz uma profunda ambivalência em Paulo no exercício dos dons inquestionavelmente massivos da sua personalidade (suplementados pela sua extraordinária habilidade intelectual e retórica). Ele é, é possível dizer, o primeiro grande líder carismático cristão com uma consciência de culpa. O ponto essencial é que ele tinha os críticos, que o fizeram auto-crítico. A segunda qualificação é igualmente importante. Paulo reconhece que o Evangelho que ele proclama só pode ser proclamado como sendo de autoridade, moralmente falando.

*...Nem adulteramos a Palavra de Deus; antes, nos recomendamos à consciência de todo homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade...porque não pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus como Senhor, e a nós mesmos como vossos servos por amor de Jesus (2 Co 4.2-5).*

A "consciência comum", a que se refere, é a capacidade humana para o juízo moral. A autoridade do Ministério não pode ser separada da autoridade da declaração aberta da verdade. Seja qual for o seu credencial, se ele, Paulo, tiver que pregar um outro evangelho, ele estaria preparado para dizer que ele deve ser contado como proscrito (Gn 1.8). Com a verdade libertadora, o Evangelho não pode ser proclamado pelos métodos escravizadores.

#### d) *Poder na Igreja*

As denominações de grande escala que constituem o vulto do cristianismo contemporâneo possuem todas as características das organizações humanas, inclusive, inevitavelmente, a distribuição do poder. As lutas de poder, as pressões de grupos e todos os problemas relativos à tomada de decisão são partes de quaisquer líderes das igrejas. Não tem sido sempre desta forma? Por certo, as igrejas cristãs tem sido organizações de porte pequeno e menos burocratizadas. Mas mesmo as congregações locais, de não mais do que quarenta pessoas, têm-se dividido; é o que se sabe. Ao contrário, é impossível que a igreja de Corinto tenha existido muito antes de sua divisão interna. Foi John Henry Newman, que observou que qualquer grande movimento parece começar com um profeta e terminar com um policial. Este pensamento, informalmente expresso, tem sido muito analisado na sociologia moderna, principalmente por Weber, em seu estudo

sobre a "rotinização do carisma". Não se tem dúvida da qualidade (literalmente) carismática do ministério pessoal de Paulo. E o que parece ter acontecido dentro da igreja primitiva não é tanto que o entusiasmo carismático se tenha evaporado, para ser substituído pela formalidade de uma qualidade inferior (a saber, o ofício eclesiástico), mas antes, que as qualidades carismáticas foram assumidas numa forma latente num contexto institucional. Dali, essas qualidades estão sempre à disposição, como recurso de revivência, se forem necessárias. O teste da importância permanente de um líder carismático é a sua capacidade de investir os ofícios regulares e ordenados de uma organização social com a parcela de suas qualidades extraordinárias, de modo que elas permaneçam como recurso, sob extremas condições de desorganização social.

À luz disto, é possível observarmos o processo óbvio de mudança entre as Epístolas paulinas e as Epístolas assim denominadas católicas (e o Evangelho de Mateus). É o próprio Jesus que é, insubstituivelmente, *o poder de Deus. É ele quem dá autoridade aos seus apóstolos, que por sua vez, designam seus representantes*. Falar, ou não falar sobre *os sucessores dos apóstolos* é menos importante do que percebermos que o poder de Cristo (crucificado!) tem habitado dentro da Igreja e pode, se a situação exigir, irromper para desafiar e purificá-la.

Neste contexto, é altamente pertinente se referir à circunstância relativa da emergência da igreja *anglicana*. A Igreja da Inglaterra adquiriu sua autoridade no Século XVI por meio de um Ato do Parlamento e no contexto de poderes políticos sempre complexos e, às vezes, desacreditáveis. Ela não teve nenhuma era de reforma, nem mesmo um líder. Ela não produziu nenhuma confissão diferente e própria da fé. Nem aboliu nem reconstituiu o que ela entendia pelo ministério apostólico. Mas ela compreendeu a si mesma inquestionavelmente reformada, de acordo com o Evangelho e o padrão da Igreja Primitiva. Portanto, ela própria é uma expressão do poder latente do movimento carismático original, dentro do contexto de um ministério tradicional. E não nega a existência do poder na igreja como em qualquer organização social normal. Como veremos adiante, ela tenta identificar claramente onde esse poder reside. Mas, se procura entender a si mesma corretamente, ela deve reconhecer que no seu próprio sangue está presente o instinto latente de retornar ao carisma original e, desse modo, aos meios para a busca crítica de seu próprio exercício do poder.

A possibilidade de um exercício tirano do poder dentro da Igreja foi contemplada nas páginas de 1 Pedro 5.1-4. Numa reflexão consciente dessa passagem, a instrução do Arcebispo a um bispo recém consagrado, ao lhe fazer a entrega da Bíblia, diz, conforme o Ordinal do LOC:

*Sê Pastor do Rebanho de Cristo e não o lobo; alimenta as ovelhas e não os devoradores. Ergue os fracos, cura os doentes, restaura os quebrantados, traze de volta os abandonados, busca os perdidos. Sê misericordioso sem incorrer em negligência. Ministra a disciplina de tal maneira que não te esqueças da misericórdia, para que,*

*quando o Supremo Pastor vier, recebas a incorruptível coroa da glória.*

A advertência não poderia ter sido mais forte do que isso, em relação à responsabilidade última do exercício do poder, ou da necessidade do seu uso, em favor dos pobres, ou da necessidade constante de autocritica no equilíbrio entre a compaixão e rigor.

As seguintes conclusões podem ser tiradas do acima considerado:

1) Toda a fé cristã é projetada com a celebração dos atos poderosos de Deus. A igreja é a esfera do ato finalmente redentor de Deus em Jesus Cristo, acessível no poder do Espírito Santo.

2) O poder de Deus é conhecido, à luz da Cruz, para tomar a forma do serviço humilde e de sofrimento. Este é o único caminho para a participação na vitória da ressurreição.

3) Por isso, embora Paulo vindique, sem ambigüidade, tanto o poder quanto a autoridade, ele está consciente de que esta vindicação está vitalmente qualificada pelo exemplo de Cristo e pela qualidade inerentemente moral do apelo evangélico.

4) O poder é distribuído invariavelmente numa forma ou outra nas organizações das igrejas. Porém, o poder original "carismático" pode ser rotinizado de tal maneira a torná-lo latente para as futuras emergências.

### A experiência Anglicana da Autoridade

Da história do anglicanismo, podemos selecionar certos momentos históricos e destacá-los. São a era dos documentos da Reforma e a era que nos influencia imediatamente. Dois outros episódios referidos foram escolhidos por sua importância em iluminar os aspectos de nosso problema contemporâneo da autoridade, isto é, o papel do laicato e a questão da crítica teológica.

a) A autoridade nos documentos anglicanos (os Artigos, Ordinal e o LOC).

Há constante e significativa referência à autoridade nos Trinta e Nove Artigos. A autoridade abrangente das Escrituras é ressaltada com vigor (vi, xx, xxi). Dois tipos de autoridade na Igreja, que vive sujeita à Palavra de Deus, são asseverados, a saber, a autoridade para decretar os ritos e cerimônias nas igrejas particulares (xx, xxiv) e a autoridade em controvérsias a respeito da fé (xx, xxi). A autoridade do ministério, legalmente chamado, enviado, deriva do próprio comissionamento de Cristo (xxii, xxvi). Espera-se, inteiramente, que a Igreja exerça a disciplina em matéria de moralidade, doutrina e rito (xxvi, xxxiii, xxxiv).

O ensino dos Artigos é reforçado com vigor no ordinal, em que um padrão francamente hierárquico de autoridade e obediência está evidente, bispo ao arcebispo, presbítero e diácono ao bispo e outros ministros principais. A autoridade para desempenhar os deveres de cada ofício é

especificamente outorgada, e há advertência quanto à seriedade das responsabilidades e dos deveres em que incorre. É exigido dos bispos e dos presbíteros a promessa de que estudarão as Escrituras e de discernir as opiniões errôneas. Espera-se dos bispos, em particular, ao governar a igreja, interpretar as Escrituras na controvérsia e exercer a autoridade de modo gentil e construtivo. A autoridade abrangente é simbolizada na apresentação de um exemplar do Novo Testamento ou da Bíblia a cada um dos ordinandos.

O LOC ilustra com abundância o padrão de autoridade pelos papéis que atribui ao Ministro no serviço divino e na administração dos Sacramentos, pelo “poder das chaves” na absolvição, pelas rubricas francamente disciplinares a respeito da admissão à Ceia do Senhor e, no caso do bispo, fica-lhe reservado o poder de confirmar e ordenar. Ainda mais, a centralidade do testemunho do ato redentor de Deus em Cristo na vida da Igreja toda, do clero e do laicato, é reforçada pelo lugar que a leitura das Escrituras ocupa e principalmente pelo destaque litúrgico dado ao Evangelho.

#### b) A autoridade leiga.

Os mesmos documentos da Reforma Anglicana afirmam, sem ambigüidade, a autoridade do soberano (Artigo xxxvii), atribuindo-lhe “o governo principal”, mas nenhuma parte do ministério da Palavra ou dos Sacramentos. Na história da Igreja da Inglaterra, o caráter parlamentar da monarquia e a posição poderosa dos patronos leigos tem assegurado o envolvimento contínuo e eficaz dos leigos no governo da Igreja. Fora da Inglaterra, por exemplo, nos Estados Unidos, os leigos têm tomado parte importante no governo da Igreja, desde seus primeiros dias. À vista do padrão claramente hierárquico do ministério, é algo surpreendente descobrirmos que o laicato, de modo algum, se encaixa no nível inferior como subordinado, até onde se pode ver a experiência anglicana. O padrão não é uma linha simples de bispo - presbítero - diácono - leigo. Nem é, por outro lado, mesmo no padrão inglês, a linha do soberano (Parlamento) - bispo - presbítero - diácono. Nenhuma cadeia linear de comando é adequada à complexidade e variedade da experiência anglicana do envolvimento leigo.

A razão disso reside visivelmente no caráter da Reforma inglesa, que foi conservadora quanto ao padrão da ordem do ministério ordenado, incontrovertidamente característico da Igreja do II século, mas reteve o apelo para a Igreja apostólica do Novo Testamento, a Igreja visivelmente menos estruturada e que exigia mais de cada cristão, pela participação e envolvimento, do que a Igreja na era pós-constantina. É nesta conexão que é apropriado dizer algo a respeito da autoridade leiga. Como foi demonstrado acima, o poder do Evangelho é parte da experiência da Igreja toda. Ser Igreja significa participar no poder de Cristo e do Espírito Santo, na comunhão do Seu Corpo. Mesmo Paulo, que, pessoalmente, exerceu

enorme autoridade na sua congregação, entende sua posição em termos do Evangelho do Cristo crucificado, a quem ele proclama e serve. Cada cristão deve ser considerado como que exerce autoridade na Igreja, em virtude de sua recepção do Evangelho e a disposição de proclamá-lo.

A resposta anglicana a esta feição do Novo Testamento é percebida, principalmente, na sua insistência de que as Escrituras e a Liturgia devem ser ouvidas *em tal linguagem e ordem, mais fáceis e simples para a compreensão, tanto dos leitores quanto dos ouvintes (Cranmer, A respeito do Serviço da Igreja)*. Na época da Reforma (como agora também), foi possível ouvir uma grande variedade de opiniões dos leigos e dos ministros ordenados acerca da verdadeira doutrina da religião cristã. Para ir ao encontro dessa situação, os reformadores anglicanos propiciaram os sumários simples tradicionais da doutrina cristã nos Credos apostólico e niceno, sendo que o primeiro foi ensinado no catecismo, e o outro, repetido no culto público. A publicação e a leitura pública das Escrituras (*aquele que lê, levante-se e volte-se ao povo, de modo que seja ouvido por todos*) e o Artigo VI, negam o direito a qualquer pessoa, ou a grupos a pretensão de, não importando qual seja a dignidade oficial, prescrever como necessário à salvação, o que não pode ser lido nem provado pelas Escrituras.

É errôneo sintetizar esses procedimentos como *a outorga do direito de juízo privado*, como se o LOC não fosse uma tentativa de expressar a mente da igreja indivisa na qualidade de um cânon interpretativo na compreensão das Escrituras. Entretanto, numa situação de grande perplexidade e ampla divergência da convicção teológica, os indivíduos bem poderiam decidir qual das duas opiniões teológicas estaria correta. Suas vidas poderiam depender disso. Precisamente, em tal contexto, os reformadores anglicanos optaram pelo ponto de vista que deriva do Novo Testamento como eles entenderam, de que o Evangelho pode ser aprendido, tanto pelos instruídos quanto pelos simples, e que fazia parte da responsabilidade do ministro equipar todo o povo de Deus com os meios para o juízo acertado. O ato de fazer esse juízo era e é o que dá ao laicato uma autoridade preciosa e inalienável na Igreja de Deus. Independentemente de haver feito isso, bem ou mal, ou nada, o potencial inerente da ordem litúrgica anglicana permitiu a educação de todo o povo de Deus como povo independente e crítico de qualquer geração dos bispos, presbíteros e diáconos, como os reformadores foram seus líderes eclesiásticos. O treinamento dos críticos da igreja tem sido parte integral da vida eclesial anglicana.

### c) A recepção da crítica teológica

A despeito da conexão óbvia entre o tema da seção anterior e o surgimento da crítica teológica no período da Iluminação européia, após esse período, os *críticos* que mais incomodaram a Igreja têm sido, na maioria dos casos, o clero e não o laicato. A razão disso reside, parte, no fato de que a educação teológica tem sido, até recentemente, um monopólio clerical. Os teólogos críticos têm, com sucesso ou sem sucesso, procurado,

no todo, representar à Igreja as vindicações de um *mundo do saber*, cada vez mais independente e autônomo. A história do anglicanismo no século XIX demonstra que muito trabalho e aflição estavam envolvidos no discernimento do que era verdadeiro e do que era falso nessas vindicações, nas áreas da ciência e da crítica bíblica. Todavia, repentinamente, os anglicanos ficaram conscientes de duas vantagens de sua posição. 1) Por um lado, eles já haviam decidido contra a necessidade de aceitar como sendo final as decisões do magistério papal. 2) Por outro lado, nada nos seus formulários teológicos obrigavam-nos a aceitar uma doutrina da inspiração verbal das Sagradas Escrituras. A teoria de uma Igreja compreensiva, suficientemente empenhada nos essenciais e suficientemente flexível acerca de outras questões, veio a ser atraente.

Todavia, é claro que os limites da *compreensividade* não são mais fáceis de definir do que os números dos essenciais. Logo se tornou evidente que a crítica bíblica não deixou os artigos do credo intactos. A ambigüidade, não resolvida do sentido teológico, do quarto artigo do Quadrilátero Chicago-Lambeth (sobre o ministério apostólico) foi exposta abertamente pelos partidários e críticos. A dúvida pública veio a ser expressa: se o anglicanismo representa alguma coisa. Pode ter sido possível que o laicato, longe de desejar mais crítica, expressasse o desejo de que os críticos teológicos (clero) desaparecessem.

A análise diferenciada dessa situação é uma tarefa contemporânea urgente. Através do mundo ocidental, a educação superior e a influência da comunicação de massas têm dado um poder inteiramente novo a qualquer teólogo que acredite que ele deve desafiar a opinião aceita. Os estudantes de Teologia e um bom segmento do povo tornaram-se conscientes dos autores e publicações *radicais*, muito antes de conhecerem a ortodoxia e seus defensores. A promoção pública do conflito, com a qual se enriquece a comunicação de massas nas democracias ocidentais, é tão inevitável como ingrediente no contexto social dessas igrejas, quanto as limitações impostas pelo controle hostil e central da comunicação nos países do Leste Europeu. A experiência anglicana é diversa e nenhuma análise individual é adequada à complexidade de cada um dos contextos nacionais.

Por outro lado, parece-me que, mesmo diante de um exame da evidência bíblica, o fenômeno da crítica teológica interna e do argumento é intrínseco à vida da igreja cristã, e que ela deve aprender a adorar Deus e se engajar na missão cristã ao mesmo tempo, na medida em que argumenta o seu modo através da solução de difíceis problemas. Alguns desses problemas são de orientação ou decisão política. Outros são de ética pessoal. Ainda, outros são problemas de integridade intelectual e de exigências da evidência do estudo da natureza ou da história. As diferentes culturas colocam as questões de modo diferente. Os cristãos em toda parte descobrem que as questões são sérias e exigentes e que as soluções propostas raramente não passam de controvérsias. Dos líderes cristãos, espera-se que dêem a liderança e que não se ocupem com a contradição. Se o argumento acima for correto, os líderes anglicanos têm um dever bem

claro de estarem preparados para conduzir o seu argumento publicamente, de acordo com os critérios publicamente disponíveis, e proteger os direitos desses críticos, que protestam sua lealdade perante os foros reconhecidos de apelo.

#### d) A teoria da autoridade dispersa

A Conferência de Lambeth de 48 produziu um relatório sobre a Comunhão Anglicana, que continha uma declaração do princípio anglicano de *autoridade dispersa*. Essa declaração, até onde sei, não foi ultrapassada. E tenho dúvida se ela pode ser melhorada por qualquer autor anglicano. O seu antecedente reside na obra de teólogos como A.E.J. Rawlinson, W. Spens, que tentaram formular uma teoria de autoridade, à luz da crítica de Charles Gore, especialmente após a violenta supressão dos modernistas católicos pelo Papa Pio X. Por conseguinte, a declaração elogia *a autoridade dispersa, ao invés de centralizada*, em cujos elementos múltiplos é reconhecida como sendo *medida do Deus de amor contra as tentações da tirania e dos perigos do poder desenfreado*. Os elementos classificados são a Escritura, a Tradição, os Credos, o Ministério da Palavra e dos Sacramentos, o testemunho dos santos, o consenso dos fiéis. A tentativa é feita para relacionar os elementos entre si, e afirma-se que devem ser fundidos e unificados no cadinho da oferenda pública da adoração.

Não é possível analisar e debater esta declaração, em seus pormenores. Está francamente aberta à crítica. Mas ela merece estudo e reflexão rigorosos, como uma tentativa de dar coerência à aparência, não infreqüentemente caótica, da experiência anglicana da autoridade. O significado do conceito da autoridade *dispersa* para o resto da cristandade não foi diminuído desde 1948. Em particular, a declaração sobre a autoridade no documento da Conferência Internacional Anglicana-Católica-Romana, que se refere às Conferências de Lambeth de 48 e 68 reflete e responde a adoção de uma maior medida de dispersão por parte da Igreja Católica-Romana após o Vaticano II. Ao mesmo tempo, o impacto litúrgico nas Igrejas protestantes, tem dado às outras denominações uma relação mais vital com o poder unificador de uma estrutura litúrgica tradicional. Os anglicanos tem toda a razão, na minha opinião, para pensar que o seu conceito e prática de uma autoridade dispersa bem como o passado tem futuro.

#### Conclusão: autoridade e conflito

A imagística militar do Antigo e do Novo Testamentos, desde as conotações mais primitivas da expressão "O Senhor dos exércitos" até a descrição do guerreiro cristão na Carta aos Efésios, nos lembra de que existe uma oposição ao domínio de Deus e que o conflito é contínuo e inteiramente sério. O símbolo principal na doutrina tradicional da Redenção é o de *Christus Victor*, Cristo triunfante sobre o pecado, a morte e o mal. No

seu batismo, o cristão, o discípulo cristão se alista no serviço de Cristo, *para lutar debaixo de sua bandeira...e continuar fiel soldado e servo* até o fim de sua vida.

Em última instância, nesse contexto do encontro decisivo, está situada, como um todo, a vida cristã. As decisões errôneas, frouxidão ou irresponsabilidade fazem diferença, porque a fraqueza numa parte enfraquece o todo. *A atração dos conceitos de obediência, disciplina e cadeia de comando está enraizada nesta visão da vida cristã como um conflito militar.* De um dos escritos mais primitivos não canônicos, I Clemente, deriva a necessidade de ordem hierárquica dessa imagem.

Nem é mera metáfora. O mal do mundo é, no todo da tradição bíblica, uma força que se contrapõe a Deus. Como procurei mostrar acima (Ia), *o poder de Deus* não é uma onipotência incontestável. O Filho de Deus sofreu a agonia do Deus abandonado e assumiu as profundezas mais baixas da fraqueza humana. E, em todos os séculos, desde aquela época, inclusive a nossa, homens e mulheres sofreram até a morte, a serviço do seu Mestre. O cristão é engajado nessa luta do bem e do mal, que foi travada desde a aurora da consciência humana, na qual a oposição é real e não imaginária, concreta e não teórica.

Não obstante, os conflitos são de outra natureza. E, neste caso, há toda razão para pensar que o inimigo não é invariavelmente fácil de reconhecer e que a escolha das armas envolve juízos muito difíceis. *Ao resistir à atração óbvia das deduções simples da imagística militar, especialmente a da única cadeia do mundo, os anglicanos terão em mente as seguintes considerações:*

1) *O capitão de nossa salvação* é o irmão mais velho de qualquer membro do exército.

2) O conflito envolve todo membro, cuja fidelidade *pessoal e voluntária* ao capitão é essencial.

3) O conflito não é meramente externo, mas *é interno* a cada um dos membros, que não pode ser inteiramente protegido pelos outros.

4) O conflito é travado em diferentes teatros de guerra, o qual deve reter sua própria flexibilidade de resposta.

5) Os exércitos já estão desunidos e cada um dos membros do corpo precisa reter o máximo de sensibilidade para as ações de outros exércitos.

Este último ponto é de relevância particular à exigência contemporânea pela palavra de autoridade na liderança. É o cristão consciente do estado desunido da cristandade moderna que clama por palavra de autoridade. Essa necessidade não pode ser atendida por uma declaração controvertida de um segmento. Parte do dilema peculiar de autoridade na Comunhão Anglicana surge do compromisso anglicano com o movimento ecumênico e de sua experiência nele, neste presente século.

Então, o que é que os anglicanos devem fazer de sua tradição? Como devem desenvolver essa tradição, de modo a permanecer responsivos às exigências dos diferentes contextos sempre em mudança? As seguintes

conclusões parecem resultar da consideração, tanto das Escrituras como da experiência anglicana.

1) Reconhecemos a realidade do poder de Deus e nela nos alegramos. Essa realidade é o poder do Espírito Santo na Igreja. Essa é a dinâmica da qual procede todo o exercício da autoridade, em virtude da qual todo membro do Corpo tem sua parte no conflito com o Mal.

2) É possível falar nesse poder como o poder do Evangelho de Cristo. Esse poder é dado, não a uns poucos privilegiados, a uma hierarquia ou a um grupo de intelectuais, mas a toda a Igreja. Portanto, cada cristão exerce a autoridade conferida a ele (ou a ela) por sua recepção do Evangelho e pela realização do mesmo, em palavras e atos.

3) Esse poder é também mediado humanamente, visivelmente e audivelmente, na proclamação pública da palavra e na ministração dos Sacramentos, pelas pessoas chamadas, escolhidas e comissionadas para essa função.

4) Nos dois casos acima, 2 e 3, o poder humano e divino estão intimamente entremeados. Portanto, há um potencial inerente e inevitável de *abuso de vindicação da sanção divina dos juízos meramente humanos, ou da conduta simplesmente humana*. Nem a suposta santidade nem status oficial é uma proteção.

5) Os anglicanos relacionam a autoridade clerical e leiga, designando simultaneamente um papel presidencial à pessoa ordenada no culto divino, e dando acesso ao critério de todas as decisões na igreja pela leitura pública das Escrituras, interpretadas numa ordem litúrgica tradicional; em síntese, pela criação de condições, tanto para o real exercício do poder, como para a crítica.

6) O risco, tanto do clero, quanto do laicato, no mau uso de sua autoridade estaria escondido, se se pretendesse que o poder não fosse distribuído na Igreja. Isso resultaria numa auto-decepção massiva. Antes, toda a Igreja deve se assegurar de que o exercício do poder está sujeito ao reconhecimento das limitações voluntárias.

7) Há duas principais limitações. São proporcionadas pelo exemplo de Jesus Cristo, Seu serviço, Sua obediência humilde até a morte. Em segundo lugar, a limitação do apelo do Evangelho à vontade humana. Os usos tirânicos ou psicologicamente manipulativos do poder devem ser identificados, criticados e abandonados. Deve ser observado que o próprio reconhecimento disso depende de um juízo humano e falível.

8) Os anglicanos permanecem fiéis à sua tradição, portanto, insistem *simultaneamente* no exercício do real poder por aqueles que são genuinamente autorizados a vindicá-lo, e na necessidade de *crítica aberta da qualidade do poder assim exercido*. Esses dois princípios são derivados da Escritura e são consistentes com as tradições da Igreja Primitiva.

9) Se o poder exercido em qualquer lugar for considerado como tirânica ou manipulativo dependerá, em parte, das vindicações intrínsecas do Evangelho, como libertação da pessoa humana para o crescimento de um estilo inteiramente pessoal da existência e, em parte, dos padrões de

autoridade aceitável numa cultura particular. *Uma estrutura dispersa e não centralizada, que tanto educa toda a igreja no vernáculo e dá expressão institucional aos tipos de consulta familiar numa dada sociedade, tem muito a recomendar.*

Evitei escrever especificamente sobre o episcopado, visto que o meu ensaio é mais de natureza compreensiva. Porém, ao mesmo tempo, cheguei inevitavelmente a certas conclusões. Não haveria nenhuma dificuldade para os anglicanos, se o estudo crítico do Novo Testamento apoiasse, sem ambigüidade, a declaração no Ordinal do LOC de que *é evidente a todos os homens que lêem diligentemente as Escrituras e autores antigos, que, desde os tempos dos apóstolos, houve estas Ordens de Ministros na Igreja de Cristo: Bispo, Presbíteros e Diáconos.* O Prefácio dos Ritos de Ordenações do novo LOC americano reflete corretamente a nova situação crítica, afirmando que o Novo Testamento deixa claro que houve *diferentes* ministérios na Igreja e que, desde os tempos do Novo Testamento, a tríplice ordem tem sido característica da Igreja.

Num trabalho recente da Fé e Ordem, o teólogo ortodoxo grego, John Zizioulas, argumentou brilhantemente que é para a igreja pós-apostólica dos três primeiros séculos que devemos nos voltar, para se ter o padrão do *episcopé* e do episcopado e não ao período apostólico, e não ao IV século e outros séculos posteriores (*Episcopé e Episcopado na Perspectiva Ecumênica*). (Vejam o Professor R.E. Brown, em *Um sucinto levantamento da evidência do Novo Testamento sobre Episcopé e Episcopado*). O apelo à igreja primitiva e indivisa é profundamente apropriado para os princípios doutrinários do anglicanismo (p.e., *A doutrina da Igreja da Inglaterra está fundada nas Santas Escrituras, e em tais ensinamentos dos Pais antigos e dos Concílios da Igreja, que estejam em harmonia com as Escrituras, Cânon A5 dos Cânones da Igreja da Inglaterra*). Porém, ao mesmo tempo, a evidência do *episcopado monárquico* fica longe de alcançar a posição que alguns anglicanos defendem. Acredito que a espécie de tensão interna entre o ofício e o carisma a que me referi anteriormente reflete, mais autenticamente, a herança da Escritura na Igreja e é mais caracteristicamente anglicana. Mais uma vez, estou persuadido de que o anglicanismo tem uma contribuição substancial a fazer à Igreja universal. Mas existe pouca evidência de qualquer pesquisa principal ou escrito em que essa contribuição potencial seja explorada.

Existe um problema peculiar que acompanha o atual exercício do *episcopé* numa Igreja desunida. Visto que nenhum bispo anglicano acredita que ele exerce o episcopado sozinho, em sua plenitude, em qualquer região em que outros bispos ou líderes eclesiásticos estão atuando, ele é obrigado a fazer consultas. Se um bispo anglicano afirmar ser um bispo na *Igreja de Deus*, como ele costuma dizer, não pode restringir o seu *episcopé* a sua própria denominação. A supervisão não-coordenada da Igreja de Deus não é simplesmente uma supervisão. Há boas razões para se acreditar que os bispos anglicanos devem sentir esse problema intensamente. O seu uso do conceito de *colegialidade* não pode ser emprestado, sem modificação, do

seu uso no catolicismo romano. Este tema merece ser motivo de uma consideração mais cuidadosa dentro do anglicanismo, do que seu uso casual nos documentos de Lambeth de 68 e 78.

Nada na minha pesquisa deste tópico, sugeriu a mim, qualquer alívio sobre o dilema desconfortável da autoridade no anglicanismo contemporâneo. Com efeito, é minha convicção, fundada na evidência do que tenho procurado discutir, de que não é a insatisfação da Reforma anglicana, nem a fraqueza anglicana contemporânea, mas a natureza atual da obediência cristã, que dá surgimento ao caráter desafiador do exercício de toda a autoridade na Igreja cristã. Estou persuadido de que é muito mais perigoso pretender que o poder não existe na Igreja (ou mesmo disfarçar esse poder pelo uso poderoso do tema paulino da "fraqueza") do que reconhecê-lo abertamente e *insistir na necessidade da crítica*. Porém, a crítica é naturalmente desconfortável e cria um conflito. A crítica pode ser recebida erroneamente. Pode ser fundada em ciúmes. Pode levar ao ressentimento. Porém, novamente, é minha convicção de que as necessidades múltiplas e mutantes da Igreja cristã e os desafios para ela, exigem, tanto o exercício discriminado da autoridade, como o exercício discriminado da crítica, se a obra de Cristo deve ser feita no mundo.

Rev. S.W. Sykes

Universidade de Durham

Um dos Quatro Documentos sobre a Autoridade na Comunhão Anglicana, apresentados aos Primazes reunidos em Washington, em abril de 1981.

Nota do tradutor - No original, o autor empregou, em diversos lugares, ele e ela, quando se referia à pessoa humana e ao ministério. Não foi traduzida essa sensibilidade do autor, visto que dificultava a tradução. Em outras palavras, o autor deseja evitar o sexismo na linguagem.

## AS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA VISÃO ANGLICANA DE AUTORIDADE

1) A Comunhão Anglicana aceita e se esforça para praticar a teologia da autoridade dispersa, como foi exposta na Conferência de Lambeth.

2) Desde que esse documento foi escrito, a Comunhão Anglicana desenvolveu duas outras instituições para ir ao encontro das circunstâncias sem rápidas mudanças, em diferentes partes do mundo: o Conselho Consultivo Anglicano e a Reunião dos Primazes, dentro das diretrizes estabelecidas pela Conferência de Lambeth.

Fundamentalmente, essas duas instituições são consistentes com a teologia da autoridade dispersa acima referida.

A Reunião dos Primazes expressa aquela responsabilidade especial característica do episcopado. O CCA reflete as responsabilidades características de uma Igreja governada sinodalmente

3) Na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, qualquer membro tem, em virtude do seu batismo, sua vocação e ministério especiais.

4) Na Igreja anglicana, o episcopado tem uma responsabilidade particular com o ensino da fé, com a promoção encorajadora da proclamação em palavra e ato do Evangelho apostólico, pela Igreja toda e nela.

5) Numa Igreja universal dividida, o episcopado anglicano compartilha sua responsabilidade peculiar com aqueles que são chamados e escolhidos para exercer o episcopé na totalidade da Igreja de Cristo. O episcopado anglicano reconhece que tem uma obrigação especial para consultar com os líderes de outras igrejas e, por esse meio, praticar a colegialidade numa igreja dividida.

6) Os anglicanos reconhecem que todo o exercício do episcopé acarreta lealdade pessoal para com Cristo, compromisso com os pobres e abandonados, disposição de sofrer por eles e um apelo aberto à consciência comum de seres humanos companheiros.

7) No contínuo processo de definição do consensus fidelium, os anglicanos consideram a crítica e a resposta como um elemento essencial para a autoridade. Esta é exercida e experimentada como tendo um papel vital na obra do Espírito Santo em manter a Igreja fiel ao Evangelho apostólico.

Reunião dos Primazes, Washington, abril de 1981.

### 3 - SEMINÁRIO PRÉ-LAMBETH'88

#### DOGMÁTICA E PASTORAL

#### INTRODUÇÃO

Ao ouvir vozes das Províncias da Comunhão Anglicana, ouvimos uma variedade de preocupações dogmáticas e pastorais, que suscitam questões, à luz de nossa experiência.

O Anglicanismo abraçou sempre uma diversidade de opiniões teológicas e acreditamos que essa compreensividade serviu bem, no passado, ao propósito do Evangelho. Entretanto, no mundo em rápidas mudanças, muitas pessoas acham perturbadoras as múltiplas interpretações e formas bastante autoritárias que apelam para algumas pessoas e afastam outras. Muitos anglicanos estão confusos quanto ao que acreditar, por exemplo, o Nascimento Virginal, a Ressurreição de Cristo, a Paternidade de Deus. Que autoridade tem a Bíblia e que autoridade de relevância pode ter o credo do I século para o século XX? A ética de Jesus é amplamente questionada. Ela é ainda válida para homens e mulheres de nosso tempo? Questões que afetam a sexualidade, o lar, a vida familiar, o emprego e o desemprego, estilos de vida e seus valores são solucionadas, com muita freqüência, à base de conveniência, ao invés de uma base cristã. Com que autoridade pode a Comunhão Anglicana falar sobre essas preocupações?

Acreditamos que o nosso ponto de partida deve ser que "na plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher". Como cristãos, acreditamos que isto é crucial para o contexto em que compreendemos todas essas preocupações. Essa afirmação não é apenas uma enunciação teológica sobre a natureza de Cristo. Ela é, também, uma afirmação sobre a nossa humanidade e sobre o processo pelo qual a nova criação é trazida à existência.

Não nos desesperamos, a despeito de sermos pecadores. O fundamento de nossa esperança está em que vivemos no período pós-ressurreição. A despeito das ameaças nucleares, dos açoites das epidemias, da escalada da violência e da injustiça, do uso e do mal uso das drogas, do deslocamento de nossa vida econômica global, o Deus em Cristo não abandonou a humanidade. Com efeito, é dentro da própria confusão e do conflito da vida (assim foi no Calvário), que a nova vida está brotando. Temos papel significativo nessa crença. É na descoberta e exposição disso que a glória do Senhor será revelada.

Na Parte I de nosso relatório, estabelecemos o nosso ponto de vista sobre quem Cristo é para nossos dias. Cada geração apropria novas percepções e ênfases no Evangelho, em relação à experiência contemporânea. Uma das percepções recentes importantes tem sido a ênfase na história, no que é comunicado através da experiência dos que contam a história. As Escrituras de Israel e o Novo Testamento contam uma história de Deus e do povo reunido na revelação mútua e comunhão, numa

maravilhosa aventura. Hoje, nós, o povo de Deus, entramos na vida dessas histórias, lá, nas narrativas bíblicas, pelo dom da fé e pelo poder do Espírito Santo e descobrimos quem Deus é e quem Cristo é e como Ele é hoje. A nossa seção sobre **Quem é Cristo Para Nós Hoje?** está baseada na narrativa teológica de Israel e do povo do Cristo ressurreto. Em nossa consideração do Cristo e da cultura, Cristo e outras religiões, a herança cristã, a identidade e autoridade da Comunhão Anglicana , escolhemos “Deus Emanuel” como o tema teológico básico.

## I. Quem é Cristo Para Nós Hoje?

Jesus Cristo, o qual é o mesmo ontem, hoje e sempre, é percebido diferentemente em cada cultura, isto é, conforme o pensamento e experiência contextuais do ambiente. Acima de tudo, reconhecemos que as pessoas estão motivadas a seguir a Jesus Cristo pelo caminho que Ele respondeu a Deus e a Criação, por meio do seu ensino e ministério no contexto da Galiléia e Jerusalém, no seu tempo. Houve, certamente, uma nova dimensão na sua abordagem. Jesus falou claramente a respeito de Deus, nos termos da paternidade com que Ele se dirigia de modo íntimo ao Pai, Abba. Mas, também, Jesus falou nos termos de Seu Reino, seu domínio, de tal maneira que o discipulado consistia na atração das pessoas à órbita do domínio de Deus e não apenas como indivíduos mas, também, como pessoas em comunidade; com efeito, o Seu ministério total, como nos é narrado e interpretado, à luz dos eventos da Cruz e Ressurreição. E isso tem reflexo na adoração, na experiência, na Tradição da Igreja através dos séculos.

### 1) Jesus e o Pai

“Num encontro das comunidades em João Pessoa, uma operária de São Paulo estava comentando sobre a primeira leitura na Missa, que falou sobre o choro das pessoas (ver Ex 2.23-35). Ela disse: a Bíblia nos diz que Deus ouviu o gemido do povo. Não diz que Ele ouviu as orações do povo. Com isto não digo que não devemos orar. Digo que devemos ser como Deus. Muita gente trabalha para que possamos orar e fazer reuniões. Só depois é que ouvimos o gemido do povo. Mas penso que devemos orientar o nosso trabalho, em primeiro lugar, para a gente que sofre e chora e o gemido deles deve vir ao nosso ouvido primeiro”. (MESTERS, Carlos. “Como A Bíblia é interpretada nas Comunidades Eclesiais de Base do Brasil”, in: Kung, H. E Moltmann, J. (Eds.) Conilium 138, 8/1980)

Ao falar aos nossos irmãos bispos da América do Sul, Central e do Norte, Gustavo Gutierrez disse: “a Teologia da Libertação surge da experiência com Deus, principalmente na exposição à pobreza e não, de uma análise social. A pobreza significa morte. O pobre morre antes do tempo. Como podemos proclamar o Deus vivo na situação da morte? A “morte da morte” na ressurreição de Cristo deve ser central”.

No seu credo, a Igreja expressa sua fé em Deus como Pai, Filho e Espírito Santo. A Igreja ousa dar o nome a Deus como Pai, Filho e Espírito Santo, porque ela descobriu esse nome pela graça, nas histórias históricas da Bíblia.

A Bíblia nos conta a história da Criação do mundo por Deus, do Pacto no Sinai, das palavras dos profetas. No Deuteronômio, a história é contada deste modo: (Ier Dt 7.6-8). Por causa desse amor, Deus revelou o seu desejo de sofrer com o seu povo e por ele. Deus o chamou a ser o seu povo, deu-lhe o Torah, e pronunciou o juízo salvador para o povo.

Jesus fala nesse Deus como seu Pai (ler Jo 5.17). Jesus fala na relação missionária que tem com o Pai (ler Jo 5.19). O fato maravilhoso não está em que Jesus falou em Deus como seu Pai, mas em ter Ele autorizado seus discípulos a se aproximarem de Deus como o Pai. No sermão do Monte, Jesus diz aos seus discípulos que orassem: Pai nosso que estás no céu (Mt 6.9).

O Deus, a quem ousamos chamar de Pai Nosso, é revelado numa narrativa que é a história do juízo e justiça, amor e paz, graça e verdade divinas. É a história do Criador-Servo, que sempre está na história como "Emanuel". Ser Emanuel estabelece uma relação de amor e salvação que conduz ao fato histórico de Deus, que deseja sofrer por nós, em nossas mãos, em seu Filho, Jesus Cristo. Pois estar presente em amor, exige a condição de ser servo, de intimidade e vulnerabilidade.

## 2) Jesus, o Pai e a Cruz

Denominamos Jesus de Cristo por causa precisamente da Cruz. A crucificação é o caminho final e definitivo do Emanuel. Jesus consente à vontade de seu Pai, de sofrer com o mundo e pelo mundo. Já Isaías havia falado num servo sofredor de Deus, que sofreria pela salvação do povo.

Isaías 53.4-6

Essa visão de Deus vem a Jesus no seu Batismo e encontra a sua realização na Cruz. A vocação que Jesus recebeu no seu batismo o levou sempre a dizer aos seus discípulos: (ler Lc 9.22 e seus paralelos).

Uma antecipação do que seria a resposta de alguns para a Cruz, bem como para a revelação de Deus da Cruz, pode ser encontrado em Marcos. A história se segue logo após a reedição da paixão, morte e ressurreição. Após este momento de compartilhar intimamente o sofrimento, o abandono e morte, Tiago e João vieram atrás de lugares de honra e prestígio. Esta violação da intimidade é enfrentada com o ensino sobre o amor servidor. A todos os discípulos, que, por ora, estavam envolvidos no assunto, Jesus disse: (ler Mc 10.42-45).

As narrativas da presença e ministério de Jesus entre os oprimidos e opressores, doentes e sãos, pecadores e escribas, os pobres e os ricos, são revelações do próprio ser de Deus. Cada um dos eventos na vida de Jesus, seu ensino, sua cura, sua procura pelos perdidos e os de fora antecipam a revelação da cruz e da Ressurreição.

Jesus diz, reiteradamente, ao povo, que Ele não tem missão especial para os seus. Fala freqüentemente em sua relação especial e única com o Pai. Mateus lembra desta oração: (Mt 11.25-27).

No Getsemâni Jesus orou para que ficasse livre desta vontade de Deus. "Abba, tu tens o poder de fazer tudo. Tira de mim este cálice", mas finalmente se submeteu ao propósito do Pai, "contudo, não seja o que eu quero, e sim, o que tu queres." (Mc 14.36)

Na Cruz, contemplamos a visão de Deus (ler Jo 3.16). Ele deu o seu Filho. Na Cruz, contemplamos a auto-ofereção do Pai por nós. Vemos

também o Filho, carregando a todos nós junto a si, para o Pai. A morte de Jesus, o Filho de Deus, toca o próprio coração de Deus. O que Deus Pai não exigiu de Abraão, exige de si, por nós e pela nossa salvação (Ge 22.1-19). No silêncio radical contemplamos "Emanuel" na forma definitiva. "Sim, Deus amou o mundo", precisamente no sofrimento e abandono, nos clamores do Seu filho na Cruz. O que acontece ao Filho é a vontade do Pai, de tal modo que o que acontece ao Filho acontece ao Pai. Em sua obediência ao Pai, Jesus torna-se o Ungido dentro do coração ferido do Pai. Deus é "Emanuel", como quem sofre por nós, conosco e nas nossas mãos.

### 3) Jesus, o Cristo, o Pai e a ressurreição

Os discípulos experimentaram a verdade desta revelação da Cruz, como as Boas Novas de Deus, por meio da realidade histórica da ressurreição de Cristo. Eles descobriram na ressurreição de Jesus o "sim" fundamental de Deus à vida para toda a humanidade. A ressurreição é a provação de Deus na Cruz, como ato definitivo da revelação na intimidade, vulnerabilidade e serviço (ler Jo 15.13, 15b).

A peregrinação de Deus como Emanuel, que começou com Adão e Eva, encontra seu clímax na Cruz de Jesus Cristo, e sua realização, na ressurreição dEle. A vida triunfa sobre a morte, a libertação é vitoriosa contra a opressão, o perdão derrota o pecado. Ao tornar-se um, em sua morte, com todas as vítimas da opressão na história humana, Jesus torna-se, em sua ressurreição, o ponto focal definitivo de todo o povo, que clama a Deus pela libertação, salvação e vida. Ele e o Pai são o espaço encarnacional da esperança, a ressurreição dos mortos, "a morte da morte".

### 4) O Espírito Santo, o Parácleto, a verdade de Deus em Cristo

Durante o seu encontro profético com os fariseus e saduceus, João Batista prometeu que "aquele que está para vir logo batizará com o Espírito Santo e fogo" (Mt 3.13). Na noite anterior a sua morte, Jesus promete aos discípulos que Ele orará ao Pai para que lhes conceda "outro parácleto" e esteja sempre com eles. Em sua vida, morte e ressurreição, Jesus batizou, com efeito, seus discípulos "no Espírito Santo e fogo". Em resposta ao pedido de Tiago e João para terem lugares de honra e prestígio, Jesus indagou: (ler Mc 10.38-39).

Agora, a presença de Deus, "Emanuel", deve ser designada como "parácleto, o Espírito da verdade". O Espírito de Deus ensinará e dará testemunho de Jesus Cristo, com respeito ao pecado, justiça e juízo. O Espírito será a presença de Deus, que falará a verdade com fidelidade aos discípulos de Cristo sobre a história de Deus, Pai e Filho (cf. Jo 14.17, 15.26-27, 16.13). No poder do Espírito Santo, a comunidade do Espírito Santo está capacitada a orar: Abba, Pai, como filhos e filhas libertadas (Ro 8.14-17; Gl 4.3-7). Do coração do Espírito Santo e no poder do mesmo, a

Igreja é enviada como Jesus na missão, de modo que a vontade do Pai seja feita na terra, como no céu (Jo 20.21-23).

O Evangelho de Deus Pai, Filho e Espírito Santo é revelado na história de um povo e fundamentado, especialmente, na vida, morte e ressurreição de Jesus, o Cristo. O nome dogmático que a Igreja dá a Deus é Pai, Filho e Espírito Santo.

Isto não quer dizer que a narrativa bíblica nos leve a expressar o nome de Deus somente dessa forma. Somos lembrados pelos(as) estudiosos(as) bíblicos(as) feministas e teólogos(as), de que há muito para aprender e descobrir sobre Deus Emanuel, no uso das imagísticas femininas. Isso nos autorizaria a nos dirigir a Deus como Nossa Mãe, do mesmo modo como nos dirigimos a Deus como Pai, como sugerem alguns? E quais são as implicações disso para a linguagem de liturgia?

A nossa convicção cristã acerca da revelação única a respeito do Deus em Cristo significa que vemos toda a vida e experiência humanas, todo o conhecimento e realização, à luz de nossa compreensão da Palavra feita carne. Isso deve nos sensibilizar para com a presença de Deus em toda a criação e em toda a humanidade. Tal consciência sensível do Emanuel deve influenciar a nossa relação com o povo de outras religiões. Procuramos pontes de nossa compreensão entre nossas convicções cristãs mais profundas e as convicções mais profundas de outros, moldadas pelos aspectos religiosos e culturais.

## II. Cristo e a cultura

### 1) Que é cultura?

A cultura é um misto de linguagens, histórias, costumes, pressupostos, padrões de autoridade, religiões, para a qual nascemos, pela qual somos moldados e na qual continuamos a viver. Escapa muitas vezes à nossa observação de que "todos os seres humanos...tem seus pressupostos, seus sistemas de valores, os modos pelos quais pensam e o grau de receptividade ou resistência às novas idéias... determinadas em grande parte pela sua herança cultural e são filtros pelos quais ouvem e avaliam as coisas (John R.R. Stott, em seu prefácio a Down to Earth - Studies in Christianity and Culture).

### 2) O Evangelho é historicamente inculturado?

No passado e mesmo agora, os cristãos no Ocidente têm tomado em sua proclamação do Evangelho, atitude de condenação na abordagem das culturas não européias ou das que diferem daquilo que o cristianismo ocidental determinou como se fosse aceitável. O que, de fato, aconteceu como resultado desse cativo, foi que o cristianismo ocidental apresentou uma interpretação particular do Evangelho.

Afirmamos que o Cristo é capaz de falar em qualquer cultura, Cristo transforma-a, coloca-se em juízo contra qualquer cultura e, num sentido real, Ele a transcende. "A mensagem da redenção divina em Cristo é verdadeiramente dirigida a cada nação... há, na vida e história de qualquer povo, aquilo que olha para Cristo e se abre para ele" ("Por Causa do Reino", parág. 54).

### 3) Impacto cultural sobre o Evangelho

No relatório "Por Causa do Reino", a verdade sobre as Igrejas é expressa como pertencendo e não pertencendo ao mundo cultural, que é o seu meio ambiente imediato. Isto apóia e expressa a verdade de que o Evangelho e a cultura têm impacto mútuo. Isto não é surpreendente, porque ambos são realidades vivas e não estáticas.

São Paulo foi, por exemplo, capaz de proclamar a verdade e poder do Evangelho, na linguagem e nas formas de pensamento dos gregos, de tal maneira que não só ele comunicou a mensagem autêntica do Evangelho, mas também o próprio veículo aprofundou a compreensão e a aplicação do Evangelho. Considere-se Romanos 8.38 (1er). O uso da cosmologia grega pelo apóstolo São Paulo aprofundou a compreensão, a aplicação e a visão da mensagem evangélica, não só aos gregos do século I, mas também para toda a humanidade de todos os tempos.

Esta inter-relação do Evangelho e cultura fosse talvez tratada com mais sucesso por R. Niebuhr em sua obra "Cristo e a Cultura". Ele identificou cinco modelos e estes são:

1) No modelo "Cristo contra a cultura", a espiritualidade cristã toma a forma de escape do mundo.

2) O modelo "Cristo da cultura" implica na afirmação das formas da espiritualidade experimentada na cultura predominante da época.

3) O modelo "Cristo acima da cultura" implica na infusão da vida divina dentro das expressões culturais, de modo que elas alcancem sua perfeição em Cristo.

4) O modelo "Cristo e cultura em paradoxo" sugere o tipo de espiritualidade marcada pelos conflitos e lutas.

5) O modelo "Cristo transformador da cultura" reconhece a realidade deste mundo e exige uma mudança radical ou transformação do indivíduo e da sociedade.

Alguns exemplos de tensões que surgem na interação do Evangelho e cultura podem ser vistos nos seguintes itens:

a) Atos 15

O debate e a decisão final concernente à admissão dos gentios à Igreja, sem primeiro se sujeitarem à lei mosaica. Houve expectativa culturais de ambas as partes: judeus e gentios.

b) Em certas partes da África e do Pacífico, os padrões e práticas culturais têm sido desafiadas pelo Evangelho. Nenhuma solução ainda se encontrou para a questão da poligamia. Certamente, a natureza do vínculo matrimonial como a teologia cristã a entende, vai contra a prática da poligamia. Surgem também as questões de dignidade da mulher nesta área de problema.

c) Em certas regiões da África e do Pacífico, o costume de se exigir o preço da noiva, não só vai contra a doutrina do matrimônio cristão como esta Igreja a entende, mas também limita as escolhas disponíveis, que negam a unidade da família de Deus.

d) Percebe-se semelhante tensão nos problemas levantados para os cristãos em determinadas situações políticas, onde o Estado busca objetivos políticos claramente seculares e ateístas. Os cristãos podem enfrentar conflitos, entre as afirmações do Novo Testamento sobre os poderes ordenados por Deus, com o dever de obediência e os objetivos reais e práticas do Estado em que vivem.

4) A cultura nunca é estática

A cultura nunca é estática: todas as culturas são influenciadas e modificadas pela proximidade e influência de outras culturas. Durante o período da expansão colonial e missionária, os povos indígenas de muitos países foram forçados a concluir que o cristianismo era sinônimo da cultura estrangeira. Muitas tradições culturais foram ameaçadas ou até abandonadas, com a insistência dos missionários. Além do impacto de um

Evangelho ocidentalizado, os poderes coloniais insistiram no estabelecimento das estruturas administrativas e governamentais, baseadas nos pontos de vista políticos e constitucionais do Ocidente. Tomava-se por certo que o melhor método de tomar a decisão não é necessariamente por maioria simples.

#### 5) A necessidade da direção de Deus

Os cristãos sabem que Deus é a fonte de orientação e fortalecimento, pelos quais elaboramos um discipulado cristão autêntico em palavra, vida e liturgia, em cada contexto cultural.

Com respeito à palavra, a linguagem é sempre o elemento mais crucial em qualquer cultura e deve ser considerado na tarefa do evangelismo. O fervor com que a Sociedade Bíblica tem buscado atingir o objetivo de colocar as escrituras à disposição, em tantas línguas e tantos dialetos quantos possíveis, nem sempre tem sido correspondido com semelhante sensibilidade por parte da maioria étnica para com a minoria étnica, em qualquer país. O relatório - Por causa do Reino - chama a atenção ao problema da tradução:

*As próprias traduções de uma língua para a outra já envolvem certa medida de seletividade e distorção; é que as línguas são portadoras de mundos culturais. Contudo - e isto deve ser ressaltado - tal seletividade e tal distorção bem podem ser o preço a pagar pela genuína visão das Escrituras. A tendência de determinada tradição ou ponto de vista talvez ilumine uma verdade que somente essa tendência seria capaz de discernir. De qualquer forma, tal seletividade, com a distorção que a acompanha, fazem parte do que se quer dizer com o esforço de comunicar a mensagem das Escrituras às pessoas; essa comunicação dá-se no mundo social e mental em que vive (parág. 66).*

As percepções do Espírito Santo são também importantes com respeito à vida do povo. As práticas culturais de uma raça podem muitas vezes desafiar as práticas de uma outra diferente tradição cultural. Encontra-se um exemplo disso entre os Maoris da Nova Zelândia e a maneira com que eles enfrentam a morte e o luto. O costume dos maoris exige que o corpo seja trazido ao centro tribal e que os parentes e amigos se reúnam por alguns dias, para consolar e apoiar a família e também para tributar respeito à memória do falecido. As culturas com a tradição européia tendem a considerar os ritos fúnebres como alguma coisa a ser tratada com a maior rapidez possível e muitas pessoas em luto sofrem falta de amor e apoio em consequência disso.

A expressão cultural do Evangelho encontra o seu foco na liturgia. Encontram-se dificuldades para expressar a fé, de tal maneira que se leve em consideração ênfases espirituais características e história de diferentes raças. O ato de compartilhar a fé na adoração requer que se expresse de tal forma, que o melhor de qualquer cultura se ofereça a Deus. Este é o modo

com que Cristo usa a cultura, para aprofundar e enriquecer a compreensão da fé.

#### 6) Transformação e não o abandono

É importante ressaltar que, ao usar e transformar a cultura desse modo, Cristo não a ab-roga. A nossa cultura continua a dar-nos a identidade, mesmo como batizados e membros redimidos da Igreja. Sem isso, seríamos órfãos espirituais.

O pluralismo que isso implica é alguma coisa que a nossa Comunhão deve recepcionar. A saúde da comunidade cristã depende da espécie de relação forjada nas fronteiras transculturais. O pluralismo só será uma força criativa, quando for profundamente enraizada na espiritualidade, na dependência da oração e adoração.

### III. Cristo e outras religiões

#### 1) Proclamação inequívoca

Há um único, verdadeiro Deus vivo, Criador de tudo que é. Ele nos chamou a conhecê-lo e adorá-lo. Ele nos chamou à comunhão com Ele, em Jesus Cristo. Devemos adorá-lo, só a Ele, e rejeitar todos os "deuses" falsos. Pela Encarnação, Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo, entrou numa relação especial com tudo que é criado, e isso foi de sua vontade e agrado antes da criação do mundo (Ef. 1.10). Aqui está a vindicação exclusiva de Deus, para a adoração, e a profundidade inclusiva de seu amor. A Escritura e a Tradição da Igreja e a experiência de inúmeros cristãos dão testemunho dessas verdades e não podemos sacrificá-las.

O nosso encontro com homens e mulheres de outra fé envolve questões sérias sobre a relação em que eles se encontram com o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo. Os documentos do CMI, do Vaticano e de muitos escritores cristãos têm buscado nas Escrituras a orientação sobre essa questão. O documento preparatório da Conferência de Lambeth - "Por uma teologia para o diálogo inter-fé" - resume muito dessas questões. Muitas vezes, não está claro que um texto particular da Bíblia se refere a uma situação que poderia ser denominada de "diálogo inter-fé". Entretanto, mesmo quando um texto pode não tratar dessa questão, numa dimensão, pode haver sugestão que definitivamente aponta para esse diálogo. Um exemplo disso pode ser encontrado na história de Cornélio, em Atos 10, que, muitas vezes, tem sido mencionada neste contexto. O próprio Cornélio pode ter chegado a crer na verdade das Escrituras hebréias e se tornado o que foi denominado de "temente a Deus". Então, isto não é um diálogo inter-fé. Entretanto, a conclusão de Pedro é muito mais abrangente: (ler At 10.34). Ninguém, mesmo no século I, na Palestina, teria pensado que houvesse "tementes a Deus" no sentido técnico de terem ouvido a mensagem da Bíblia, em cada nação naquele tempo.

Também é importante ver de novo a pregação de Paulo aos atenienses, pois ninguém nega que este é um diálogo inter-fé. Tem sido, com freqüência, ressaltado, que nesta seção, há "proclamação inequívoca" do Evangelho - e isto deve ser parte de qualquer diálogo conduzido com integridade. E, contudo, a parte mais impressionante do discurso de Paulo, em relação ao problema do diálogo inter-fé, é freqüentemente camuflada: "esse que adorais sem conhecer, é precisamente aquele que vos anuncio" (At 17.23). Paulo proclama que os atenienses já estavam adorando o Deus que ele veio anunciar. Esta afirmação não significou certamente que não houvesse necessidade de proclamar o Evangelho. Nem tão pouco, ele teve a necessidade de negar a adoração de Deus por eles, para criar o espaço para a sua proclamação de Cristo.

Certo, este é um dos propósitos principais do diálogo: descobrir o que, como cristãos, podemos e não podemos afirmar na fé de outra pessoa. A Conferência de Lambeth 78 já argumentou em favor da urgência do diálogo "na aldeia global", na qual se tornou o mundo, e a necessidade de estar ao lado de outras religiões em muitas tarefas, na construção de uma sociedade, da busca da justiça e paz, da ação para construir os sinais do Reino (Relatório, p. 89). Também a mesma Conferência ressaltou a importância da cultura - e nós, na Igreja, aprendemos a lição de que a religião não pode ser desculturalizada, em tempo algum.

O evangelista São João nos diz que o logos é a "luz que alumia todo aquele que vem ao mundo" e muitos dos Pais da Igreja Primitiva, começando com Justino Mártir, ensinavam que a Palavra já estava "espalhada" por meio das várias culturas do mundo. Um bom número de teólogos tem observado nisso a doutrina da "palavra espalhada", uma base para a avaliação positiva das religiões não-cristãs. Outros têm feito objeção de que nem João, nem os Pais, falaram especificamente na presença da Palavra em outras "religiões". É notório que muitas línguas clássicas não tinham uma palavra que traduzisse exatamente a "religião" e, com efeito, bem pode ser uma construção artificial do pensamento moderno, a distinção clara entre a religião e a cultura.

A importância de recusar o divórcio entre fé religiosa e cultural, na qual a fé encontra a sua expressão é central, não só para a compreensão do diálogo, mas também para qualquer forma de missão e evangelismo. A abordagem holística das pessoas compreende que a comunicação não é apenas verbal. O todo da cultura de uma pessoa determina símbolos e conceitos que tornam possível uma comunicação ativa. Muito do pensamento atual da missiologia resalta esse fato - e a religião nesse contexto não pode ser separada da cultura. Mais uma vez, Paulo, no seu discurso em Atenas, mostra valores culturais/religiosos de seus ouvintes.

Hoje, tanto dentro e fora da Igreja, resistimos corretamente à tentativa dos de fora explicarem para nós a nossa própria cultura, a não ser que o façam no diálogo conosco. Também é necessário que eles estejam desejosos de ouvir quando lhes contamos o que a nossa cultura quer dizer para nós. Do mesmo modo, devemos aprender a ouvir quando procuramos

a descobrir o que, como cristãos, podemos e não podemos afirmar nas outras tradições religiosas. Devemos permitir aos outros crentes (N. do Trad.: aqui não se trata de crentes de outras Igrejas cristãs) dizer-nos o que a fé deles significa para eles, pois isso é muito mais importante do que pensamos. Isso implica em diálogo e em um tempo paciente para ouvir.

## 2) Diretrizes para o diálogo inter-fé

Este tempo paciente para ouvir é muito importante na prática real do diálogo. O CMI tem oferecido quatro diretrizes para o diálogo:

- 1) o diálogo começa quando as pessoas se encontram;
- 2) o diálogo depende da compreensão e confiança mútuas;
- 3) o diálogo torna possível a partilha no serviço ao mundo;
- 4) o diálogo torna-se o meio de testemunho autêntico.

Mesmo com a melhor das intenções, leva-se muito tempo para se passar do "encontro" para o "entendimento e confiança mútuas". Parece-me, freqüentemente, que o diálogo é um caminho de uma mão só. O nosso parceiro não cristão pode não estar, por um desanimadoramente longo tempo, interessado em ouvir qualquer coisa acerca de nossa fé, nem tão pouco, em alguns casos, interessado em compartilhar o seu ponto de vista. Somente o verdadeiro amor, que nos leva a entender o nosso parceiro não-cristão, nos dará força para continuar a estar receptivos. Se o nosso amor for verdadeiro, há toda a razão para ter-se a esperança de que a confiança mútua se desenvolverá no tempo. A confiança mútua possibilitará a participação mútua. Essa iniciativa e perseverança paciente de nossa parte podem ser consideradas como partes do "ministério de reconciliação", que o nosso Senhor nos confiou.

Nada disso é, de modo algum, desafio a nossa fé na singularidade e centralidade de Jesus Cristo. Perceber, em cada nação, a possibilidade de encontrar alguém que tema a Deus e seja aceitável a Ele, não é negar o dom único em Cristo oferecido a nós. Com efeito, Deus em Cristo nos torna mais do que aceitáveis. Ele nos faz seus "amigos", "cooperadores" e "participantes na sua vida divina" (2 Pe 1). Ver o logos como a luz que alumia todo aquele que nasce no mundo, não significa ver essa nação à parte da encarnação da Palavra em Jesus Cristo. "Deus não se deixou ficar sem testemunho" entre as nações, (At 14.17), e, quando o Espírito Santo, que sopra onde quiser, capacita qualquer um a perceber algo desse testemunho, essa pessoa ouve alguma coisa da Palavra, mesmo quão obscura ou distorcidamente seja. Qualquer resposta a essa Palavra é uma resposta a quem se encarnou em Jesus Cristo, a quem pronunciou o grande "Eu sou" do Evangelho de São João. É essa a razão porque Paulo pode dizer que os atenienses estavam já adorando o "Deus desconhecido", que ele veio anunciar.

## 3) Questões particulares

Em muitas partes do mundo, a Igreja deve dialogar com homens e mulheres, que não pertencem a qualquer forma reconhecida de religião. Não obstante, vivem com sistemas de valores e convicções, segundo os quais estruturam suas vidas. Os luteranos começaram um estudo sério de tais valores, sob a nomenclatura de "religião implícita". Urge que os cristãos entrem em diálogo com tais pessoas, para compreender seus valores, suas lutas e esperanças.

Em muitas partes da Comunhão Anglicana, existem mais particularidades diretamente relacionadas com as relações inter-fé - questões tais como a adoração conjunta, a venda da propriedade da Igreja a outros grupos religiosos, a permissão do uso de acomodações da Igreja para outras espécies de atividades religiosas, direitos humanos em áreas onde a ideologia política está diretamente influenciada por uma tradição religiosa particular. Visto que as questões estão estreitamente relacionadas com situações particulares, as respostas devem ser também particulares. O que é certo no contexto de uma Igreja, pode não ter sentido em outro contexto.

Reconhecemos uma relação especial entre o cristianismo, judaísmo e islamismo. Estas três, entre as demais religiões, consideram a si mesmas em relação especial com Abraão, o pai dos fiéis, o amigo de Deus. Neste contexto, estamos, em particular, interessados em que não haja abuso da Bíblia para promover o anti-semitismo, de um lado, e de outro, o sionismo político. Estamos profundamente conscientes do sofrimento do povo judeu através da história, muitas vezes, nas mãos dos cristãos e temos a esperança de que, disto, os cristãos aprendam a falar e agir continuamente contra qualquer forma de opressão. Uma nova atenção deve ser dada para compreender o Islão missionário. Apesar de uma freqüente história triste de incompreensão, estamos cientes de que vivemos agora numa nova era com eles.

Existem também diretrizes ecumênicas desenvolvidas pelos organismos tais como CMI, para o diálogo com o judaísmo e islamismo, embora algumas Igreja de nossa Comunhão tenham suas diretrizes e estruturas. Como princípio ecumênico, achamos que os anglicanos devem recorrer a tais diretrizes onde for possível. Todavia, parece-nos premente a necessidade de desenvolver uma série de diretrizes para o diálogo com cada um deles e ter duas séries consistentes em relação a uma a outra.

Tais diretrizes devem ser desenvolvidas com a plena participação dos anglicanos, que vivem entre as populações predominantemente judaicas ou islâmicas e que, com eles, participam do destino comum com outros anglicanos, em regiões onde os judeus ou muçulmanos são minorias. Encorajamos a Conferência de Lambeth a iniciar tal processo de diálogo, que poderia funcionar regionalmente e globalmente.

#### 4) Diálogo Trilateral

O termo "Trilateral" tem sido recentemente utilizado para se referir a uma dinâmica, que se desenvolveu num diálogo entre diferentes grupos (N. do Trad.: o redator da seção recorreu ao "triálogo", em uso em alguma literatura, mas o plenário fez a observação de que o di-álogo não tem nada a ver com o número, mas com a preposição através de, discurso através de. Assim, o triálogo está sendo traduzido por trilateral). Aqueles que tiveram a experiência do diálogo bilateral e multilateral estão muito cientes das diferentes possibilidades inerentes, em ambas as formas de diálogo. Em particular, a conversação trilateral tem-se provado, freqüentemente, como uma forma de trazer mais perto as partes, que sentem dificuldades em conversar uma com a outra bilateralmente. Dessa forma, a conversação trilateral pode tornar-se um meio eficaz de exercer o "ministério de reconciliação" entre nós, Deus, e entre nós irmãos e irmãs numa família ampliada.

#### IV. Herança Cristã: elementos de autoridade

##### 1) Influência recíproca entre Escritura, Tradição, Razão e Experiência

Os cristãos são chamados a afirmar, de novo, a fé, em cada época, em cada parte do mundo, em cada contexto cultural. Os anglicanos apelam caracteristicamente às Escrituras, a Tradição e à Razão, como fontes necessárias para se chegar à compreensão da fé que a Igreja proclama hoje. A nossa compreensão de cada um desses elementos, bem como a influência recíproca entre eles, têm-se ampliado e aprofundado ao longo dos anos, ao não menos como resultado do diálogo ecumênico.

A Escritura, a Tradição e a Razão influem numa e noutra. A Escritura não é um ingrediente da vida cristã, completamente à parte da razão ou da tradição. A razão e a tradição encontram-se na própria Escritura. A Santa Escritura é um depósito duradouro da tradição viva da Igreja primitiva, que foi razoavelmente discernida sob a orientação do Espírito Santo. Do mesmo modo, na fé cristã, a razão não está completamente separada da Escritura e da Tradição. Pois a Escritura e a Tradição informam a Razão. É dentro dessa influência mútua e tensão criativa desses três elementos de nossa herança cristã, que discernimos a revelação que Deus fez de si mesmo para o seu povo. Essa tríplice abordagem, sob a direção do Espírito Santo, é o caminho pelo qual procuramos a orientação sobre enigmas das preocupações pastorais e dogmáticas.

##### a) Santa Escritura

Os anglicanos afirmam, em harmonia com outros cristãos, a autoridade soberana e controladora da Sagrada Escritura. E Tem sustentado sempre que as Escrituras do Antigo e Novo Testamento "contém tudo que é necessário para a salvação" e, nesse sentido, elas são o padrão último da fé. A Declaração de Montreal sobre a Escritura, Tradição e tradições do CMI

falam na "autoridade soberana da Santa Escritura". O ARCIC se refere à Escritura como sendo "autoridade principal na Igreja". Ao elucidar essa afirmação sobre a Escritura como "registro normativo do fundamento autêntico da fé", o referido relatório diz: "as Escrituras são o testemunho singularmente inspirado da revelação divina" e "norma principal para a fé e vida". A Escritura é o testemunho único dos atos de Deus para com o povo de Deus, na história do Antigo Pacto e do Novo Pacto, e supremamente, do ato de revelação e redenção de Deus em Jesus Cristo. Ela é o registro e, ao mesmo tempo, interpretação de autoridade desses atos.

Deus é revelado a nós na Escritura através de eventos e feitos, palavras e proposições, símbolos e imagens, experiências pessoais íntimas, tudo que pertence a um ambiente cultural particular. Deus transcende e sobrepuja todas essas formas e não se aprisiona num contexto cultural particular. Embora acreditemos na Escritura como fonte primária e normativa da revelação e autoridade, sustentamos também que não se encontra soluções para os problemas pastorais e dogmáticos contemporâneos, em textos bíblicos arrancados do seu contexto. O fato de que a Bíblia é freqüentemente considerada como a "Palavra de Deus" não deve nos levar a acreditar que as sentenças da Bíblia são elas mesmas a revelação de Deus. A palavra de Deus é uma Pessoa e não um livro: A Pessoa transcende todos os livros, inclusive a Bíblia. É preciso que se entenda qualquer citação bíblica no seu contexto imediato e também no contexto do jugo da mensagem bíblica inteira. É a tarefa da Igreja, em cada geração, entender o que é o "cerne" e o "jugo" da revelação divina.

#### b) Tradição

Se somos indagados "como vocês conhecem o que é central e mais importante e o que é periférico e menos importante nas Escrituras?", apelamos para a tradição da comunidade cristã que crê. A Tradição, neste sentido, não significa o segundo testemunho, ou uma informação adicional acerca dos eventos, dos quais a Escritura dá o testemunho. É, essencialmente, o sentido em que a Igreja, orientada pelo Espírito Santo, tem interpretado sua própria mensagem através dos séculos. Uma vez estabelecido o Cânon das Escrituras, a tradição significou primariamente a interpretação da Escritura. A combinação de permanência na verdade revelada e a contínua exploração de seu sentido é o que se quer dizer por tradição cristã. Os Pais da Igreja denominaram-na de "norma da fé", pela qual eles não queriam conceituar credos, ou qualquer particular credo; ao invés disso, queriam dizer o modo pelo qual a Igreja interpreta a Escritura. "É o desenvolver das riquezas de revelação original" (ARCIC, Autoridade I, Explicação 2). A Igreja vive em diferentes contextos culturais e a tradição deve ser discernida e reafirmada, de modo que seja inteligível para cada um dos contextos diferentes. A semente deve desenvolver-se em cada época e em cada lugar. A Tradição é muito mais do que a multidão de materiais do passado que sempre se acumulam. Ela é viva e dinâmica: é aquilo, no qual

os cristãos vivem, oram, adoram e refletem, e pelo qual recebemos as graças da verdade, da visão, da santidade e do amor mútuo.

*A tradição é atualizada na pregação da Palavra, na ministração dos Sacramentos e adoração, no ensino cristão, missão e testemunho de Cristo, pelas vidas dos membros da Igreja.* (Relatório de Montreal, 1963; CMI, Fé e Ordem, nº 42)

Uma das feições características do anglicanismo tem sido a de apelar à autoridade normativa e soberana da Santa Escritura, bem como à tradição da Igreja. A partir da Reforma, os anglicanos têm dado importância, dentro da contínua tradição, ao "período construtor" da Igreja: o período dos Pais, dos credos das liturgias antigas e aos grandes Concílios ecumênicos. As decisões essenciais dos concílios ecumênicos antigos não têm sido considerados reversíveis, na tradição anglicana.

### c) Razão

Usamos o dom da razão, dada por Deus e para Ele dirigida, a fim de apropriarmos a verdade da Escritura e da Interpretação contínua da Igreja na tradição. Por razão, entendemos reflexão contínua sobre a Escritura e Tradição. Ela inclui também o uso do poder de pensamento para crescer na compreensão da natureza, da história, de nós mesmos, e de trazer essa compreensão para a interação viva com a Escritura e tradição. Esse poder é um dom concedido por Deus. A Escritura e a tradição pertencem à Igreja toda. Nem teólogos profissionais, cujas obras são indispensáveis para a interpretação, nem ministros ordenados, com o seu papel especial de guardiães da tradição, são os únicos árbitros na interpretação da Bíblia. A comunidade mais ampla, leigos e ordenados, mulheres e homens, de cada contexto cultural e tradição cristã, precisam trazer sua experiência vivida e percepção para o processo interpretativo. Só então, sob a orientação do Espírito Santo, a palavra de autoridade será mais plenamente percebida. Aqueles que têm sido excluídos da comunidade da interpretação, sejam mulheres, sejam os de áreas particulares do mundo, têm de ser trazidos para o processo interpretativo. Tem-se demonstrado em anos recentes como as percepções dos países subdesenvolvidos e das mulheres estão restaurando o equilíbrio e enriquecendo a compreensão cristã do Evangelho. Essa foi a experiência expressa pela Comissão Inter-Anglicana em "Por Causa do Reino". A comissão afirmou que ser anglicano jamais poderá ser, e, com efeito, jamais foi, uma questão de ser inglês. A Comunhão Anglicana, em nível internacional, oferece-nos a possibilidade de uma comunidade ampla e diversa de interpretações. Mesmo então, a percepção anglicana da tradição é incompleta, sem as percepções de Igrejas irmãs. Por essa razão, os anglicanos devem receber bem a explicação da tradição no "BEM" e no novo programa da Comissão de Fé e Ordem: "Por uma expressão comum da fé apostólica em nossos dias".

Então, a razão significa mais do que a capacidade de pensar, numa feição consecutiva e lógica: ela envolve também a experiência da vida, que

deve ser trazida para o diálogo com a Escritura e Tradição, no processo da descoberta da verdade do Evangelho e da vontade de Deus para os nossos dias.

A busca por uma orientação sobre as preocupações pastorais e dogmáticas contemporâneas, envolve a comunidade cristã no uso da Escritura, Tradição e Razão. Podemos começar com a Escritura, procurando percepções da revelação, e, então, levamo-las à situação humana, ou então, podemos começar com uma descrição da situação humana e levar seus dilemas e ambigüidade à Palavra de Deus. Nessa dinâmica dupla, a Escritura afirma, às vezes, e julga, noutras vezes, experiências contemporâneas. As nossas experiências contemporâneas nos levam a perceber, de novo, as profundezas do sentido oculto, dentro da fonte soberana da Santa Escritura. Se esse processo precede à análise da situação contemporânea ou a segue, independentemente disso, a norma da Escritura deve sempre governar. A verdade do Evangelho percebida nessa interação da Escritura, Tradição e Razão deve ser confessada de novo em palavra, vivida na vida e celebrada na liturgia da comunidade de fé. O selo sobre a fidelidade das conclusões que resultam dessa busca será a recepção delas pela Igreja como um todo (ARCIC, Explicação 2).

## 2) A fé descrita, definida, mediada e verificada

O Relatório do CCA de 1984 - Os Laços de Afeição - afirmou: "concordamos que a Comunhão Anglicana não deve ser entendida como uma Igreja confessional no sentido aceito da Reforma...Não obstante, a Comunhão procura ser leal à fé apostólica, salvaguardá-la e na Ordem Católica sempre a ser reformada pelos padrões da Escritura. A Comunhão permite uma liberdade responsável e latitude de interpretação da fé na comunhão compromissada com a expressão viva dessa fé. Esta maneira de pensar ressalta a necessidade de relacionar conceitos de autoridade na Igreja com a natureza comunitária da fé. Urge que trabalhem na compreensão da liberdade e diversidade dentro da comunidade viva do povo cristão. Temos recebido a fé por meio da experiência e testemunho das gerações anteriores. Vivemos agora por aquela fé em nosso mundo presente em todas as nossas diferentes situações.

Os diferentes contextos humanos podem, freqüentemente, ter produzido diferentes atitudes na fé e podem fazer com que diferentes elementos recebam ênfases dentro de nossa herança comum. Essas atitudes diferentes e ênfases serão moldadas pela experiência religiosa da comunidade cristã mundial pelo que está acontecendo com elas em situações distintas.

Isto está expresso num adendo ao Relatório de Lambeth 68 - "a herança da fé, que caracteriza a Comunhão Anglicana é uma autoridade de múltipla espécie...diferentes anglicanos atribuem diferentes níveis de autoridade aos diferentes elementos, que ocorrem em diferentes camadas desta herança. Deste fundamento surgem a tolerância anglicana,

compreensividade e liberdade ordenada". Seja qual for a dificuldade que aparece em nosso esforço para preservar a unidade na diversidade, liberdade ordenada, graus aceitáveis de pluralismo com a Comunhão - a maioria dos anglicanos acreditam que esse esforço é um aspecto distinto de nosso testemunho cristão e desejam trabalhar com esses problemas dentro da experiência.

As questões agora suscitadas por nós por essa convicção e esperança podem ser resumidas da seguinte forma:

- onde se deve encontrar a doutrina;
- o que constitui a fé essencial da Igreja;
- quais são seus princípios fundamentais;
- o que garante a autenticidade de uma doutrina como ensino da Igreja, quais são os limites legítimos da diversidade e o que é que os legitima.

Essa camada de questões surge não só da necessidade de promover, aprofundar a auto-compreensão e de definir a nós mesmos mais plenamente em diferentes partes da Comunhão Anglicana, mas também da experiência adquirida no encontro teológico entre anglicanos e muitos outros cristãos. A renovação à declaração mais plena de nossa compreensão de autoridade na Igreja é de importância vital para a sustentação da vida e adoração em nossa Comunhão. Necessitamos disso na exploração de nossas múltiplas relações com outras Igrejas. Qualquer tentativa anglicana de descrever a si mesma deve tomar em consideração todos os outros envolvidos conosco no encontro ecumênico bem amplo em que vivemos - um encontro que nos tem ajudado a olhar, de novo, a nossa experiência dos elementos da autoridade.

Na análise os elementos da autoridade em nossa experiência há material importante a ser considerado no Relatório de Lambeth 48 - O sentido e unidade da Comunhão Anglicana. Os bispos que produziram esse relatório, elaboraram o conceito de "autoridade dispersa", como uma forma de abordagem e expressão de padrões de crença. Foram sensíveis acerca da necessidade de encontrar meios confiáveis de confessar a Fé Cristã num mundo de grande mudança e considerável confusão. Eles tiveram como alvo encorajar e ajudar a Igreja a dar o testemunho eficaz em novos tempos. Tiveram em mente a necessidade de proporcionar à Igreja a confiança na proclamação e testemunho cristãos e encontrar caminhos e objetivá-los em novas situações humanas.

Escreveram - "a natureza positiva da autoridade que une a Comunhão Anglicana deve ser considerada como sendo de natureza moral e espiritual, que se apóia na verdade do Evangelho, na caridade, que é paciente e desejosa de acatar a mente comum." A referência à "mente comum" se relaciona estreitamente com o que a Comissão de Doutrina da Igreja da Inglaterra ressaltou em seu relatório de 1987. Este relatório enfatiza que a crença é uma possessão compartilhada. Ela parte de uma herança, alista os crentes num empreendimento comum, na recepção compartilhada de um

dom, numa experiência comunitária de adoração e de realização conjunta de serviço, numa comunidade.

O Relatório de Lambeth de 48 considera a autoridade como recebida por herança da Igreja indivisa dos primeiros séculos. Essa autoridade é singular, porque se deriva de uma única fonte divina e reflete dentro de si a riqueza e historicidade da revelação divina. A autoridade que experimentamos e à qual procuramos responder, na vida comunitária da Igreja, em cada uma das regiões de nossa comunhão, é a autoridade de Deus. Discernimos muitos elementos da autoridade, na história e na vida presente da Igreja, mas esses elementos interagem para expressar a experiência da vida com Deus como o Pai, o Filho e o Espírito Santo, na comunhão dos cristãos. O que procuramos entender é como Deus deve ser conhecido, descoberto na vida com Ele e obedecido - e como tudo isso deve ser expresso e comunicado - na vida da comunidade dos discípulos, que receberam essa herança viva da fé e desejam compartilhá-la com outros. Os elementos da autoridade na Igreja dizem respeito à recepção, à afirmação e à expressão da revelação de Deus. Com isto, estamos considerando a plenitude multi-dimensional da autoridade, que Cristo confiou à Igreja.

O Relatório de 48 descreve essa autoridade como sendo à autoridade "distribuída entre Escritura, Tradição, Credos, o Ministério da Palavra e dos Sacramentos, testemunho dos santos e o consenso dos fiéis, o qual é a experiência contínua do Espírito Santo por meio do seu povo fiel na Igreja." Essa mediação da autoridade de Cristo, por diversos modos, permite que a ênfase nos diferentes elementos varie com a experiência mutável da Igreja, em diferentes estágios da história, em diferentes situações locais. É possível falar diferentemente sobre os elementos da autoridade, de acordo com a posição dos cristãos no tempo, local e situação, mas todos os elementos estarão interagindo. Isto expressa um senso vigoroso da autenticidade da herança da fé, recebida através das gerações e encoraja a presente comunidade a receber a fé por meio de modos que iluminem suas próprias situações. Tudo isso destaca a natureza comunitária da fé. A herança da fé é transmitida de geração à geração em toda a experiência rica e variada da comunidade dos discípulos, em sua peregrinação histórica. A herança da fé é recebida ponderadamente e com a oração, onde nos encontramos em nossos dias. Essa atitude encoraja e liberta a iniciativa, educa-se na comunhão, evoca a obediência livre e voluntária. Ela nos ajuda na direção do crer junto na Igreja, que opera dentro da fé histórica, mas evita o dogmatismo e infalibilidades. Essas experiências da fé são, ao mesmo tempo, pessoais e comunitárias e estão estritamente relacionadas com a liturgia e o modo de viver. Somos o povo de Deus, a caminho, em peregrinação, compartilhando uns com os outros a nossa compreensão do que Deus é e está fazendo em nós, vivendo aquela fé que viveram os que nos precederam e a fé que viverá a geração futura, mas vivemos essa fé onde existimos, isto é, de modo distinto. O Relatório de Lambeth 48 declara essa contextualidade de forma distinta, que faz sentido para os nossos dias:

*Esta experiência é descrita na Escritura, a qual é de autoridade, porque ela é o registro único e clássico da revelação de Deus em Sua relação com a humanidade e seu trato com ela. Embora a Escritura permaneça, portanto, o padrão último da fé, ela deve ser continuamente interpretada no contexto da vida da Igreja.*

*Essa experiência é definida nos Credos e no estudo contínuo da teologia.*

*Essa experiência é mediada no Ministério da Palavra e dos Sacramentos, pelas pessoas chamadas e comissionadas por Deus, por meio da Igreja, para representar, tanto os elementos transcendentais quanto os imanentes, da autoridade de Cristo.*

*Essa experiência é verificada no testemunho dos santos e no "consensus fidelium". A vida semelhante a Cristo traz consigo sua própria autoridade e a autoridade das formulações doutrinárias pelos Concílios Gerais e outros residem, no mínimo, e em parte, na aceitação por parte de toda a comunidade dos fiéis, embora o peso deste consenso não dependa do mero número ou da extensão de uma crença, em qualquer época, mas na continuação pelos séculos, e na medida em que o consenso for livre verdadeiramente.*

#### QUADRILÁTERO DE LAMBETH-CHICAGO

Uma tentativa significativa de alcançar uma harmonia sobre o que une os anglicanos foi feita, em 1886, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e foi confirmada numa forma modificada em Lambeth 1888, no seu Quadrilátero de Lambeth-Chicago. Este resumiu o contexto essencial da identidade anglicana como segue:

1) A Santa Escritura do Antigo Testamento e do Novo Testamento, "contendo todas as coisas necessárias para a salvação" e sendo a regra e padrão último da fé;

2) O Credo dos apóstolos, como símbolo batismal, e o Credo niceno, como a declaração suficiente da fé cristã;

3) Os dois Sacramentos ordenados pelo próprio Cristo: o Batismo e a Ceia do Senhor, ministrados com o uso firme das palavras de instituição por Cristo e dos elementos ordenados por Ele;

4) O Episcopado histórico, com adaptação local quanto aos métodos de sua administração, para atender as variadas necessidades das nações e dos povos chamados para a unidade de sua Igreja.

O Quadrilátero produziu não só uma base suscinta para a compreensão da identidade anglicana, mas também uma contribuição importante para a busca da unidade da Igreja. A Conferência de Lambeth de 1888 desenvolveu o seu primeiro item do Quadrilátero e, mais tarde, em 1920 e 1968, a quarta cláusula recebeu sua expansão. Além disso, a compreensão anglicana do Quadrilátero tem sido aprofundada em diálogos com Igrejas irmãs. Em nenhuma parte, isso é mais evidente do que a compreensão anglicana da apostolicidade e episcopado. As respostas das Províncias indicaram que alguns anglicanos desejam refinar e repensar a descrição do

Credo Niceno como a declaração suficiente da fé e desejam relacionar a confissão em palavra com a confissão em vida. E outros anglicanos estão sugerindo uma nova apreciação do quarto item, sugerindo mesmo um quinto item, para abarcar a compreensão em desenvolvimento das estruturas de autoridade, que servem e mantêm a comunhão universal das Igrejas. Com efeito, a Convenção-Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em 1982 endossou uma explicação do Quadrilátero, que incorpora alguns dos temas chaves da teologia recente dentro do padrão estabelecido em 1886. Solicitar explicação e reafirmação do Quadrilátero não deve ser considerado como um passo para a uniformidade rígida e deve ser visto mais como uma renovada apreciação do que une os anglicanos e no que os anglicanos acreditam, como o elo de união numa Igreja verdadeiramente universal.

### 3) Ameaças ao método anglicano de teologia

a) Na compreensão anglicana dos elementos da autoridade, a Escritura é considerada como o elemento único e normativo em nosso discernimento da revelação que Deus faz de si mesmo, a qual se torna um convite Dele para a nossa resposta em crença, em vida e em adoração. Este uso da Bíblia pode ser seriamente distorcido, por uma visão restrita da natureza do material bíblico, a qual falha em considerar seriamente o fato de que esse material surgiu da experiência do povo, que deu testemunho da presença e ação de Deus, em situações pessoais e históricas, muito diferentes de nosso tempo. A vida deles com Deus é especial no seu tempo e lugar. É nas profundezas de sua experiência comunicada a nós, nas suas formas religiosas e literárias, que expressaram o seu senso de Deus. Somos todos tentados a fazer a citação do material bíblico fora do contexto, para sustentar nossos pontos de vista particulares, e apropriar as passagens que pertencem à situação do povo bem distante de nós e aplicá-las, numa feição direta e simplista, para o nosso tempo. Esse uso da Bíblia pode seriamente enfraquecer, e, às vezes, trivializar e distorcer, a palavra real de Deus na Escritura, para nós hoje. Aqui, o perigo é o uso da Bíblia como uma fotocópia precisa na elaboração da doutrina cristã e dos padrões éticos cristãos.

A "inspiração" está na experiência dos que deram o testemunho dos encontros distintos com Deus, no material bíblico. Também está na experiência dos que fizeram a transmissão, seleção, aceitação e recepção desse testemunho e está em nossa própria resposta à Escritura e recepção da mesma na comunidade do Espírito Santo, hoje. Não se espera que coloquemos de lado as nossas faculdades de percepção ou ignoremos a sabedoria acumulada de erudição responsável. A erudição tem ampliado o nosso conhecimento do processo, pelo qual os escritos bíblicos apareceram e chegaram até a nós, dentro da história da Igreja.

A experiência viva da Escritura salva-nos da tentação de fazer da Bíblia um catálogo de regras e fórmulas, em confronto com os processos da

história e da experiência. Ela encoraja os cristãos a compartilharem suas percepções do sentido da Bíblia hoje, em diferentes situações culturais e religiosas. E ela nos adverte quanto ao perigo de fazer da Escritura coleções de posições infalíveis, pelas quais possamos julgar e mesmo denunciar os outros. Em contraste, um ponto de vista rigorista divide os cristãos, ao invés de uní-los em torno da percepção do que Deus está fazendo hoje. O rigorismo produz grupos sectários destruidores, ao invés de construírem a vida comum do povo de Deus. Simples dependência nas palavras literais da Escritura nos leva à divisão de ampla envergadura e profundos antagonismos. Tal atitude para com a Bíblia, torna cada intérprete infalível, em confronto com o método de interpretação dentro da comunidade, em que todos os que exploram o sentido da Escritura procuram contribuir à mente comum.

A interpretação fundamentalista rigorista da Escritura pode dividir os cristãos e cria atitudes de julgamento sério e nos impede de ouvir as histórias uns dos outros, em nossa jornada de fé. Ela também reduz a consciência da singularidade de outras pessoas, em sua caminhada com Cristo - força sobre nós moldes claramente definidos do que seja ser cristão. E isso surge muito forte na definição dos padrões morais.

O fundamentalismo bíblico mostra a probabilidade de buscar as palavras e passagens bíblicas, em favor de posições sociais, políticas e morais distintas e bem definidas. Vemos isso em relação aos debates recentes sobre o lugar da mulher, a natureza do casamento e da família e toda a gama de nossa compreensão da sexualidade. Vêmo-lo também em posições assumidas com respeito a cores e raças e o "apartheid" e o sionismo são apoiados pelo uso de interpretações particulares de materiais do Antigo Testamento e pela atitude particular para com a história bíblica.

Assumindo posições dessa espécie, com base na argumentação bíblica fundamentalista, fica muito difícil aos que apoiam essas posições mudar suas mentes e até mesmo discutir suas posições, aberta e receptivamente com os outros. Deve-se incluir, em qualquer reflexão sobre as relações inter-fé, uma análise cuidadosa de como o material bíblico é manuseado (como observamos em Por uma teologia do diálogo inter-fé).

b) Os teólogos profissionais têm um papel especial a desempenhar na compreensão e interpretação das tradições. Os ministros ordenados, como indivíduos e como colegialidade, são chamados a preservar e transmitir a tradição. Porém as Escrituras e a tradição da Igreja pertencem a toda a comunidade e toda a comunidade necessita ser trazida para o processo interpretativo. As experiências diversificadas e percepções também diversificadas são vitais, se o Evangelho não deve ser distorcido ou dominado por qualquer ponto de vista exclusivo. Por muitos séculos, a transmissão da tradição foi prerrogativa de uma comunidade de interpretação branca, ocidental e largamente acadêmica. Porém, hoje, essa exclusividade é desafiada corretamente. Os movimentos de libertação na África, Ásia e América Latina estão nos ajudando a todos a recuperar o

Deus, que, na Bíblia, tem “inclinação” pelos pobres e oprimidos. A consciência crescente de mulheres, está nos conduzindo a questionar os modos de falar sobre Deus e modos de definir a comunidade cristã. Isto resulta numa redescoberta daqueles aspectos femininos de Deus para toda a comunidade, aludidos na Bíblia e esquecidos na tradição. É necessário que os anglicanos indaguem como podemos melhor reivindicar e afirmar essas percepções, como podemos abrir espaço dentro do processo interpretativo para aqueles, cuja voz é ainda dificilmente ouvida. Aqueles que têm o poder de estabelecer a agenda e fazer indagações (embora nem todos os bispos façam isto), têm o poder de incluir ou excluir as percepções dos de ora do círculo. Ser autêntico para com o anglicanismo, como emergiu na Reforma, é guardar-se contra a ameaça de silenciar as vozes dentro da comunidade.

Os anglicanos não são igualmente fiéis ao anglicanismo se um grupo se isola, seja qual for a sua razão e vindica para si o direito exclusivo de interpretar a tradição. O congregacionalismo, seja de grupos individuais, seja de organização de grupos especiais através das Províncias, é contrário ao espírito e ethos do anglicanismo e resulta em sectarismo. Vários grupos precisam uns dos outros, dentro da Comunhão.

c) Surge uma outra ameaça contra os anglicanos, quando a interpretação e a transmissão da Escritura e da tradição são divorciadas da vida da comunidade de adoração. Desde a Reforma, os anglicanos têm mantido juntos a Palavra e o Sacramento. Além disso, a experiência da vida é trazida para a liturgia e oferecida a Deus em adoração e da liturgia, somos enviados para viver e trabalhar no poder do Espírito Santo, para o louvor e glória de Deus. Somos enviados a viver em nossas vidas o que confessamos em palavras. A Escritura, tradição e experiência são reunidas na vida da comunidade de adoração. É na adoração que nos apoiamos, em nível mais profundo; da tradição e da adoração, vem a visão e o entendimento.

## V. A COMUNHÃO ANGLICANA: IDENTIDADE E AUTORIDADE

### 1) A IDENTIDADE DO ANGLICANISMO

O próprio termo “anglicanismo” fala nas origens inglesas de nossa Comunhão. O termo é claramente adequado como título da Igreja da nação inglesa, que incorporou a cultura da nação na religião. Em grau menor, ainda o termo é adequado nas colônias, que foram extensões da nação inglesa em torno do mundo. Mas já se foi o tempo em que a anglicidade proporcionava a identidade à Comunhão Anglicana. Com efeito, em muitas partes do mundo, a cultura inglesa e a associação estreita da Igreja com o Estado, que a Inglaterra tipificou, tornaram-se um embaraço e impedimento na realização da missão da Igreja. Isso é verdade em muitas partes da África, Ásia e América do Sul, e até mesmo na Inglaterra. Há aspectos da cultura inglesa que a Igreja deve negar e há também aspectos que devem

ser afirmados. Nós não podemos evitar essa questão se ela continua a ser importante para a Comunhão Anglicana.

Devemos declarar, claramente, que jamais consideramos "anglicano" como sinônimo de inglês, embora o termo sempre esteja associado com as origens inglesas do anglicanismo. Ser anglicano veio a denotar certa maneira de entender e viver o Evangelho cristão. Acreditamos ser isto, não só uma expressão válida e autêntica do cristianismo, mas também uma expressão que tem uma contribuição permanente à Igreja Universal.

Não se poderia ter previsto o modo com que se desenvolveu a Comunhão Anglicana. Esse desenvolvimento está ainda em processo, e parte da dificuldade em definir o anglicanismo, está em que ainda não vemos o que seremos no propósito de Deus. Alguns poderiam descrever o desenvolvimento da Comunhão Anglicana como um acidente, contudo a tenacidade com que os anglicanos se apegam ao anglicanismo, mesmo quando encontram dificuldades em definir suas características, dá o testemunho da convicção de que seu desenvolvimento não tem sido acidental, mas providencial. Observamos que o ARCIC vê o desenvolvimento da primazia papal também em termos de orientação providencial (ARCIC, Autoridade I, Explicação 8). Aqui está uma crença, que está subjacente, de que o que permanece permanece porque é de Deus e dá o testemunho da verdade. Não significa necessariamente que, no caso do papado ou do anglicanismo, toda característica da instituição permanente é igualmente válida e verdadeira.

O senso de que o anglicanismo tem um lugar distinto no propósito de Deus para com a sua Igreja tem tido conseqüências lamentáveis, no sentido de que, em vários momentos e em vários lugares, os anglicanos retrocederam dos esquemas da união da Igreja. Isto tem refletido a preocupação de que certas características positivas do anglicanismo, enraizadas na Bíblia e na tradição cristã, podem ser perdidas para a Igreja. Todavia, em última instância, o que os anglicanos representam, com suas características, deve ser visto com um dom para a Igreja Universal e não um meio de manter uma identidade anglicana perpétua e separada.

A anglicidade original do anglicanismo pode ser considerada como sendo acidental e dispensável. O princípio providencial e indispensável do anglicanismo é o modo com que a ordem e a liberdade são mantidas juntas, numa tensão criativa na vida da Igreja. Esse princípio expressa o princípio teológico profundo de que Deus é o Deus da ordem. Todavia, Ele decidiu criar os seres humanos, cuja resposta a Ele deve ser oferecida em liberdade. E deve ser assim, porque Deus é amor e o amor que se dá livremente deve ganhar uma resposta livre. Isto significa e significou, desde o começo da Criação, a possibilidade de resposta errônea, mas esse é o preço inevitável do amor. Deus nos mostrou que Ele teria esse ônus, e não de outra maneira.

Essa junção de ordem e liberdade tem seu reflexo na compreensão anglicana dos elementos de autoridade, expostos anteriormente. Deus é a própria fonte de toda a autoridade na Igreja e Ele tem tomado iniciativa

para se revelar a nós, supremamente, em Jesus Cristo, a Palavra feita carne. Na compreensão da revelação, o lugar da Escritura e tradição, e também do ministério apostólico e da liturgia disciplinada na vida da Comunhão Anglicana, atesta o princípio da ordem. Ao mesmo tempo, o lugar que concedemos à razão e à experiência, na interpretação e desenvolvimento da doutrina, atesta o princípio da liberdade. Esta é a liberdade de explorar e até mesmo, de questionar a compreensão herdada da fé, no processo de apropriá-la e fazê-la nossa.

A manutenção dessa junção da ordem e da liberdade nunca é fácil. Quando se coloca toda a ênfase na ordem, não se deixa nenhum espaço para o profético e carismático, e a doutrina e a adoração tornam-se fossilizadas e irrelevantes à vida humana. Quando toda a ênfase for colocada na liberdade, a Igreja arrisca-se ser cortada das raízes e cair no erro doutrinário e cisma.

Neste ponto, foi proporcionado um bom modelo, pelo relatório da Câmara dos Bispos da Igreja da Inglaterra, intitulado A Natureza da Crença Cristã. Frente à angústia a respeito de certas interpretações da concepção virginal e da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, o relatório fez a afirmação da fé recebida pela Igreja, embora, ao mesmo tempo, reconhecesse o direito e a responsabilidade dos teólogos, inclusive dos bispos, de explorarem os meios com que a fé possa ser expressa melhor em nossos dias. Há uma distinção entre o papel do episcopado, de preservar e ensinar a fé com autoridade, como a Igreja a recebeu, e a liberdade dos teólogos, inclusive bispos, de explorarem os modos de compreender a fé, que respondem às questões atuais que o povo levanta. Estas respostas têm um caráter pessoal e provisório, a não ser que e até que sejam recebidas pela Igreja, como uma expressão adequada da fé.<sup>1</sup>

É o desejo anglicano de permitir a liberdade com a ordem que autoriza a pluralidade de interpretação e tolerância, com diferentes opiniões dentro da comunidade eclesial. Este pluralismo é enigmático para muitos de fora da Comunhão Anglicana e perturbador para alguns, dentro da mesma. Deve-se reconhecer que o pluralismo e a tolerância podem ser levados ao extremo e se transformarem em agentes da destruição da fé, unidade e missão. Porém não devemos nos esquecer de que a pluralidade de interpretação reflete uma profunda verdade, isto é, que a realidade do Deus infinito e eterno é um mistério, que está além do alcance da compreensão humana. Jamais pretendemos apossar-nos de Deus com nosso intelecto e, ainda menos, encaixar a verdade a respeito de Deus nas formas de palavras. O máximo que podemos é fazer o esforço de alcançar a verdade absoluta, que é Deus, e conhecê-Lo parcialmente. Outros apreciarão os aspectos da verdade, com os quais temos sido cegos até aqui. A resistência anglicana contra a demasiada disposição de condenar algumas das interpretações da fé reflete a convicção de que mesmo que elas sejam inadequadas ou falsas, em certos aspectos, podem conter elementos da verdade, que necessitamos conhecer. Além disso, como a Comissão Inter-Anglicana doutrinal e teológica nos lembra, o pluralismo de interpretação pode ter o valor positivo de nos

ajudar a apreciar as distorções em nossa própria percepção da fé, que surge da "ótica" da cultura e experiência, pela qual percebemos inconscientemente a realidade (Por causa do Reino, parág. 67-68).

O pluralismo na fé e na prática, tais como diferentes interpretações da ressurreição ou diferentes práticas relativas à ordenação da mulher, é uma ameaça para a manutenção da comunhão entre os anglicanos. Essas diferenças podem tornar-se ameaça contra a existência contínua da Comunhão Anglicana. Em que ponto o pluralismo torna-se tão intolerável, que dificulte a manutenção da comunhão? O ponto crítico surge, no geral, quando uma pessoa nega o que o outro considera necessário para a salvação, e sempre que a questão em pauta atinge o próprio vínculo que mantém a Comunhão unida. O problema consiste em que diferentes pessoas julgam diferentemente esse ponto de divisão. Por exemplo, para alguns a Ordenação Feminina é esse ponto, para outros, não é.

Numa situação como essa, é preciso debater se os que diferem de nós mantêm o seu ponto de vista do que acreditam, genuinamente como sendo razões bíblicas e teológicas. Se assim acreditam, mesmo que discordemos deles, devemos deixar aberta a possibilidade de que tenham algum aspecto da verdade, que carecemos aprender. Só aprenderemos e cresceremos em nossa fé, se, apesar de tudo, mantivermos a comunhão e trabalharmos juntos com o problema, à luz daqueles elementos de autoridade, delineados anteriormente no presente relatório. Só seria considerada quebra da comunhão quando tivéssemos certeza de que a compreensão oposta ou a prática divergente, estão fora das possibilidades de permanecerem fiéis aos Evangelhos.

## 2) Estruturas Anglicanas

A junção da ordem e liberdade, que caracteriza o anglicanismo, propicia o padrão de vida da Comunhão Anglicana, seja no cuidado pastoral dos indivíduos, seja na elaboração das questões de fé e disciplina da vida da Igreja, em geral. O indivíduo cresce numa tradição positiva, mas com liberdade para o crescimento pessoal e maturidade em Cristo. Embora, em nível diocesano e provincial, a Igreja propicie medidas jurídicas e disciplinares, elas só serão usadas como um recurso final, e, com efeito, elas formam uma parte muito pequena do modo com que a Igreja preserva a fé e alimenta os fiéis. A coerção jurídica não deve ser um procedimento normal na vida da Igreja.

Uma das características importantes da Comunhão Anglicana é o equilíbrio delicado que há entre a autonomia das Províncias e a interdependência das mesmas. Algumas questões podem ser adequadamente resolvidas por uma Província, agindo para tanto, sozinha. Outras questões relativas à unidade da Comunhão, em matérias de fé e ordem, podem ser determinadas mais adequadamente pelas províncias em conjunto. No decorrer dos últimos cinquenta anos, as estruturas que expressam e mantêm a interdependência da Comunhão estão se

desenvolvendo e sendo provadas sob a pressão de questões, tais como a ordenação feminina. Essas estruturas expressam a vida interna da Comunhão e também servem para manter a Comunhão.

Surgiram estruturas em nível de pessoas (bispos), de colegiado (Câmara dos Bispos) e de comunidades (Sínodo), as quais funcionam em nível local, regional e internacional. Elas não são próprias da Comunhão Anglicana. Têm suas raízes na história mais antiga da história da Igreja e também são encontradas em outras igrejas. Em nível de diocese, o bispo age como a pessoa que representa a unidade, exerce sua responsabilidade colegiadamente com o Ministério Ordenado, e comunalmente, por meio das reuniões dos concílios. Em nível regional ou provincial, o Primaz representa a estrutura de pessoa acima referida; o colegiado se evidencia nas reuniões da Câmara dos Bispos e o comunal, no Sínodo, que reúne os membros ordenados e não ordenados. Em nível internacional, o Arcebispo de Cantuária é reconhecido livremente, como um centro pessoal de unidade, pois ele goza da primazia de honra e não de jurisdição. Estar em comunhão com a Sé de Cantuária é uma das marcas de pertença à Comunhão Anglicana. O colegiado é expresso na Conferência de Lambeth e nas reuniões dos Primazes, mais recentemente instituídas. A dimensão comunal tem sua expressão, em nível internacional, no Conselho Consultivo Anglicano. Poder-se-ia também dizer que há dimensão comunal na Conferência de Lambeth, com a presença dos membros do Conselho Consultivo Anglicano. A dimensão comunal pode ter também a sua expressão em reuniões anglicanas tais como Congressos Pan-Anglicanos de 1908, 1954 e 1963.

Esta estrutura em desenvolvimento, que presta serviço à Comunhão Anglicana, é uma forma importante de se viver a interdependência da Comunhão. Ela tem implicações para o processo decisório e ensino, com autoridade na Igreja em nossos dias. As decisões sobre os métodos fundamentais de doutrina ou de ordem da Comunhão devem ser feitas com o devido respeito à comunhão anglicana mais ampla.

O princípio da liberdade e ordem funciona, em cada um dos níveis da estrutura anglicana. Na congregação, os mundos pessoais de seus membros são reunidos numa ação recíproca frutífera, que alarga a visão de Deus e do mundo que Ele criou e redimiu. Semelhantemente, a diocese ou Província alarga a visão paroquial. Até há pouco, a Conferência de Lambeth era um fórum, em que os anglicanos concebiam uma visão global.

As primeiras duas Conferências de Lambeth falaram numa Comunhão de Províncias autônomas, sendo que cada uma delas é constituída com procedimentos jurídicos necessários, no ordenamento dos negócios de qualquer entidade, tanto para o seu relacionamento com o mundo que a cerca, como para a sua própria coesão. Todavia, o princípio da liberdade fez com que os anglicanos fossem avessos ao emprego da lei, no ordenamento de seus negócios internos. A Igreja é constituída por uma lealdade comum e livre para com Cristo.

As Províncias são governadas pelos Sínodos, constituídos de uma Câmara dos Bispos, do Clero e do Laicato. O colégio dos bispos tem a responsabilidade de preservar e interpretar a fé que a Igreja recebeu através dos séculos, com o uso da Escritura como princípio controlador. Sua percepção da fé será influenciada pelo seu contexto e experiência. Seu ensino é parte de uma tradição viva. Porém, tal ensino deve ser recebido pelo povo de Deus no local onde vive. A recepção envolve sempre a ação recíproca entre a compreensão nova e existente da fé. Se a ação recíproca for frutífera, alargar-se-á a visão da Igreja e seus membros serão encorajados a levar suas vidas mais plenamente conformadas com a mente de Cristo. Tal recepção pode resultar numa compreensão mais profunda do Evangelho, em relação ao contexto da Igreja nesse lugar.

Porém as Províncias estão em perigo de incorrer numa vida e visão isolada ou paroquial. E isto constava entre as razões por que houve a necessidade de uma conferência de bispos da Comunhão. Na Conferência de Lambeth, o colégio dos bispos alcança sua expressão mais plena. No encontro, "cada um dos bispos traz consigo sua diocese", portanto a mente de sua Igreja. Na Conferência, os bispos expressam as mentes das dioceses, e elas interagem, na medida em que eles buscam a compreensão mais profunda e mais plena de Cristo. Há nisso a possibilidade de transcender às visões limitadas de cada um dos contextos particulares. As descobertas das Conferências de Lambeth tem de ser recebidas pelas Províncias da Comunhão. Ainda funciona o princípio da recepção.

Há questões sobre as quais a Comunhão necessita falar com uma só voz. Tem-se perguntado se é possível que uma Comunhão de províncias autônomas possa falar unanimemente na ausência de uma estrutura jurídica. As Conferências de Lambeth do passado têm resistido firmemente contra qualquer reivindicação de decretar cânones. Têm afirmado consistentemente que a autoridade de Lambeth é de natureza moral.

Com efeito, o Arcebispo Langley convocou a Primeira Conferência de Lambeth, em 1867, para o "conselho e encorajamento fraternos" e negou, em seu discurso inaugural, que a Conferência pudesse assumir as funções de um sínodo geral da Comunhão, ou que pudesse legislar os cânones, que obrigassem as Províncias. "Propomos simplesmente debater as matérias de interesse prático e pronunciar o que julgamos aconselhável nas resoluções, que servem como diretrizes seguras para as ações futuras", disse ele. As Conferências posteriores têm apoiado o princípio de autonomia. Porém, a Conferência tem pronunciado, tempo a tempo, as resoluções que serviram como "diretrizes seguras" para as ações futuras na Comunhão.

Mais adiante, em 1920, a Conferência disse:

*A Conferência de Lambeth...não pretende exercer quaisquer poderes de controle ou de ordem. Ela defende o princípio, muito mais espiritual e cristão, da lealdade para com a comunhão. As Igrejas aqui representadas são, com efeito, independentes, mas independentes com a liberdade cristã, que reconhece as restrições da verdade e amor. Não são independentes para negar a verdade.*

*Não são livres para ignorar a comunhão...a Conferência...uma comunhão no Espírito.*

Carta Encíclica de 1920

É evidente que uma conferência, que se reúne apenas uma vez em dez anos, não pode atuar sozinha como órgão de unidade. O Arcebispo de Cantuária tem sido, historicamente, o centro pessoal de unidade e comunhão. O detentor desse ofício tem sido um sinal visível, de membresia dos bispos e suas respectivas Igrejas, na Comunhão Anglicana. Sua tarefa não é, como expressou a Conferência de 78, "dominar, mas reunir" a Comunhão. Vemos novamente, não o poder coercitivo, mas a descoberta do amor.

O Conselho Consultivo Anglicano foi instituído pelo acordo das províncias, conforme as recomendações da Conferência de 68. Embora seja, num sentido, menos representativo do que a Conferência, onde cada diocese é representada por seu bispo, a inclusão de mulheres e homens e clérigos, que não sejam bispos, dá ao Conselho uma dimensão maior de representatividade e sua maior freqüência de reunião dá-lhe maior continuidade de vida. Seu papel e sua relação com os órgãos da Comunhão estão ainda em processo de desenvolvimento.

A convocação dos Encontros regulares de Primazes foi endossada pela Conferência de 78. Ela refletiu a necessidade de meios mais eficazes de exercer a colegialidade episcopal, por meio da consulta dos Primazes. Tornou-se possível a consulta contínua a respeito das questões práticas sobre a autoridade e sobre as questões levantadas pela possibilidade de se sagrarem mulheres ao episcopado, em algumas das Províncias, pela flexibilidade da consulta proporcionada pelo Encontro dos Primazes.

O desenvolvimento dessas estruturas dão o testemunho da determinação da Comunhão de manter e fortalecer os laços de afeição, que unem a Comunhão Anglicana. Mesmo assim, questões estão sendo levantadas - se a ausência das mulheres, na Conferência e nos Encontros dos Primazes, e se sua representação mínima, no Conselho Consultivo, não exigiria um encontro de anglicanos muito maior e mais plenamente representativo, de tempos em tempos, tanto quanto o Congresso Pan-Anglicano, nas primeiras décadas deste século.

As estruturas pelas quais a Comunhão Anglicana funciona, estão sendo testadas, no presente, e desenvolvidas pelo modo com que as decisões estão sendo tomadas em duas importantes áreas. Uma área é o procedimento, pelo qual a Comunhão Anglicana, de âmbito mundial, faz a sua resposta ao Relatório Final do ARCIC. A outra, é a forma pela qual a matéria da Ordenação Feminina é conduzida. Essas questões não só testam as estruturas existentes de autoridade na Comunhão Anglicana, mas também proporcionam uma oportunidade criativa de concretizar as possibilidades até aqui não reconhecidas.

Em 1981, o Conselho Consultivo indagou: "como pode a Comunhão de Províncias autônomas chegar a uma aceitação comum de um acordo

ecumênico?” A aceitação formal de tal acordo deve permanecer com os Sínodos provinciais da Comunhão Anglicana, mas, as províncias mesmas, não poderiam assegurar o consenso. Um processo consultivo cuidadoso era necessário e o Conselho Consultivo Anglicano reconheceu que Lambeth seria o órgão “mais capacitado para discernir e pronunciar o consenso.” Porém a articulação de um pensamento consensual da Comunhão Anglicana pela Conferência de Lambeth é precedido de um processo exaustivo de resposta ao Relatório Final pelas Províncias, não só em nível sinodal, mas também, em cada nível da vida da Igreja, em consideração mais ampla, que envolve clero e laicato. O discernimento e pronunciamento do consenso na Conferência não terá nenhuma autoridade coercitiva, mas será recebido por toda a Comunhão com o peso da autoridade moral que esse processo de consulta aberta e honesta propicia. O pronunciamento de Lambeth deve, então, passar por um processo de acolhida nas Províncias, e os Sínodos provinciais precisarão atuar no processo, na medida em que quaisquer conseqüências resultantes do acordo, exigirem iniciativa ou sanções legislativas. Isto pode parecer e é um processo incômodo. Toma um tempo considerável. Entretanto, o processo tem em seu favor a sua integridade, que leva a sério a responsabilidade de todo o povo de Deus para discernir e agir, sob a orientação do Espírito Santo. Esse processo está de acordo com aquela união da ordem e liberdade, que, como sugerimos, é fundamental ao anglicanismo.

A questão da ordenação das mulheres ao presbiterado e ao episcopado propõe um teste bem mais rigoroso para a capacidade da Comunhão Anglicana de tratar de questões divergentes. Esse problema envolve não só a determinação das matérias de fé e ordem. Essas matérias estão encarnadas em pessoas particulares. Algumas Províncias não colocam a Ordenação Feminina entre as prioridades da agenda. Em outras Províncias, ela é uma questão ardente em ambos os lados da divisa. Independentemente de sua importância ou não em determinada Província, ela coloca o vínculo de unidade sob a tensão.

Não há sinal de completo acordo sobre a ordenação das mulheres ao presbiterado, por toda a Comunhão; muito mais, com relação ao episcopado. Não há dúvida de que as Províncias autônomas têm a autoridade institucional de fazer sua própria decisão. Entretanto, não é proveitoso destacar apenas os “direitos” das Províncias de agir independentemente. Antes, existe a responsabilidade de ouvir as vozes de outras Províncias e observar o que elas dizem, e tomar a decisão, com o devido reconhecimento das conseqüências da mesma, para a unidade e o bem estar da Comunhão e da Igreja, em sentido mais amplo.

Já a prática diferente a esse respeito resultou no prejuízo à comunhão entre as Províncias e, em alguns casos, dentro das Províncias, de modo que, em alguns lugares, não há mais reconhecimento mútuo do Ministério. As decisões sobre as mulheres e o episcopado podem ainda prejudicar mais o companheirismo dentro da Comunhão.

Essa possibilidade pode ser grandemente minorada com um reconhecimento mais pleno da significação do processo de acolhida, do que tem sido feito até aqui por toda a Comunhão. Até que seja recebida com a emergência de tal consenso, as decisões e ações em favor ou contra a ordenação feminina podem ter apenas um caráter provisório. A Igreja não terá decidido, até que a Ordenação Feminina, ou seja aceita, ou seja rejeitada na vida da Igreja. Como já dissemos, quando a Comunhão mantém a comunhão fraternal enquanto luta com os problemas, permite que o Espírito Santo evidencie a sua orientação. O processo necessário está sucintamente declarado no relatório sobre as Mulheres no Episcopado:

*O desenvolvimento deve ser propiciado à Comunhão Anglicana num processo de acolhida.*

*O desenvolvimento não poderia ser expresso como o pensamento da Igreja até que fosse aceito por toda a Comunhão. Mesmo assim, seria necessária uma tentativa até que fosse aceito por toda a Igreja Universal.*

*Seria necessário continuar com o processo de reflexão sobre a ordenação das mulheres ao presbiterado e episcopado dentro da Comunhão, com a participação das Províncias, de modo que umas ouçam às outras, com respeito ao seu pensamento e experiência, para que se possam ajudar mutuamente na reflexão teológica e no exercício do cuidado e da sensibilidade.*

*Deve-se encorajar o debate na comunhão mais ampla de Igrejas, particularmente, dentro dos diálogos bilaterais e multilaterais.*

O relatório continua a sugerir que:

*Os bispos em Lambeth procurem orientar adequadamente a Comunhão:*

*- desencadeando um processo contínuo de consulta*

*- recomendando às Províncias princípios pastorais, para um período interino, baseados no respeito mútuo e amor, que poderiam fazer uma contribuição duradoura à vida e à interdependência da Comunhão Anglicana.*

Uma questão final relativa às estruturas da Comunhão se refere ao cuidado pastoral em situações em que as ações das províncias poderiam ameaçar a unidade da Comunhão ou quando a unidade de uma Província poderia ser ameaçada por uma crise dentro de sua própria vida, cuja solução interna é impossível. Antes do desenvolvimento da autonomia provincial, o Arcebispo de Cantuária teria provavelmente feito intervenção, em sua capacidade como metropolita, para facilitar a solução do problema. Ele não possui nenhuma jurisdição metropolitana numa Província autônoma e falta-lhe qualquer poder de intervenção jurídica. Não obstante, a Comunhão reconhece no Arcebispo de Cantuária aquele que pode "reunir" a Comunhão. Seria ainda próprio que o Arcebispo exerça o cuidado pastoral, não pela intervenção direta, mas pelo encorajamento de pessoas adequadas nas Províncias vizinhas, para que usem suas influências na procura da solução do problema, sem violar a autonomia da Província em questão. É por essa espécie de cuidado pastoral, ao invés de exercer autoridade coercitiva, que se mantém a vida da Comunhão Anglicana.

Com relação a tudo que temos dito sobre o exercício da autoridade na Comunhão Anglicana, desejamos sublinhar, como o ARCIC, que a autoridade da Igreja deriva da autoridade de Cristo confiada à Igreja. A Igreja faz a mediação, não de sua própria autoridade, mas daquilo que recebeu de Cristo. "Esta é a autoridade cristã. Quando os cristãos agem, homens e mulheres percebem a palavra da autoridade de Cristo." (Autoridade I, parág. 3)

Portanto, essas feições, que caracterizam a autoridade própria de Cristo, são aquelas que devem caracterizar o exercício da autoridade da Igreja. Entre tais feições, ressaltaríamos Deus como Aquele que, ao mesmo tempo, é poderoso, e propicia aos seus filhos e filhas a liberdade de desafiá-Lo, Deus, que, em Cristo, tomou a forma de servo e sofreu, demonstrando assim o poder com o poder dos fracos em termos dos valores deste mundo (é o poder do Crucificado instalado na Igreja). Deus, cuja autoridade é exercida para capacitar suas criaturas para a resposta livre. Qualquer exercício da autoridade deve ser informada por uma compreensão de Deus, como é revelado em Cristo crucificado, ressuscitado e ascenso.

Bispo Sumio Takatsu  
Representante da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
julho - agosto de 1987  
Pré-Lambeth St. Augustine/Londres

## 4 - PERTENCENDO UNS AOS OUTROS

### CONSULTA TEOLÓGICA E DOUTRINAL INTER-ANGLICANA

#### PREFÁCIO

1. Em 1988, a Conferência de Lambeth tomou a resolução no sentido de que houvesse "como matéria de urgência uma pesquisa futura do sentido e da natureza da comunhão com particular referência à doutrina da Trindade, à unidade e ordem da Igreja e à unidade e comunidade da humanidade" <sup>1</sup>. A convite do Arcebispo de Cantuária, um grupo de líderes da Igreja e teólogos, representando amplamente a Comunhão, reuniu-se em dezembro de 1991, no Seminário Teológico em Alexandria, Virginia, nos Estados Unidos, para responder à resolução acima mencionada e começar a pesquisa. <sup>2</sup>

2. Encontraram-se os participantes num momento de tensão na Comunhão Anglicana. Ela abrange uma variedade crescente de culturas em que a Fé deve ser alimentada, celebrada e proclamada. Trata-se de uma forma de variedade em que percepções e necessidades parecem entrar em conflito umas com as outras. Os anglicanos estão, por vezes, desconfortavelmente conscientes do desafio, mas reconhecem que nunca houve urgência maior e oportunidade tal para ouvir uns aos outros, manter-se mutuamente em oração, e explorar juntos os pressupostos tradicionais acerca de si mesmos, sua experiência, e seu senso de vocação para o futuro de Deus.

3. Na consulta no Seminário de Virginia no Advento de 1991, tentamos identificar os sinais que se encontram diante de nós, conscientes das formas com que os anglicanos leram os sinais no passado quando se empenharam para responder ao chamado de Deus. Os sinais indicam direção e, às vezes, distância. Não nos dizem, com frequência, a melhor forma de viajar, a dificuldade na caminhada, o custo para alcançar o destino, a possibilidade de desvio ou dos caminhos alternativos, com efeito, com o que pareceria o destino. Também soubemos que os anglicanos não estavam sozinhos na leitura dos sinais. Hoje, outros cristãos, gente de outra fé, lêem os mesmos sinais com interpretações diversas. A sabedoria de nossos companheiros na caminhada é importante.

4. A consulta só começou para examinar o primeiro plano de um terreno variado e emocionante e espera-se encontrar-se outra vez quando houver resposta a este documento preliminar. Esperamos que cada parte da família anglicana mundial discuta e analise esta reflexão em relação à sua própria vida e experiência.

5. Por meio da adoração e estudos bíblicos em grupos, recreação e diálogo, os membros da Consulta tornaram-se, rapidamente, uma comunidade humana, na qual houve sensibilidade, consideração e apoio mútuos e as diferenças emocionais e intelectuais acentuadas, bem como convergências e divergências teológicas, éticas e pastorais foram possíveis,

sem destruir a comunidade. Sabíamos, em nosso microcosmo, que estaríamos delineando o que esperamos ser, o que a Comunhão Anglicana deve ser.

6. As questões que se seguem podem ajudar a fazer a reflexão e a formular a resposta de vocês:

a) Este documento preliminar reflete a experiência e compreensão de sua Igreja?

b) O que este documento diz a vocês sobre o viver junto (interdependência) na Comunhão Anglicana?

c) De que modo se poderia fortalecer o pertencer junto (unidade) sem sufocar a diversidade?

d) De que forma o documento sugere que fortaleçamos a nossa missão conjunta?

e) Que contribuição pode a Comunhão Anglicana oferecer a outros na região de vocês e o que vocês podem receber de outros?

f) O que isso significa, a respeito das relações de vocês com outras religiões?

## I. Interdependência Hoje?

### Situação e Questões

7. No coração da comunhão está a necessidade e oportunidade de interdependência. O pluralismo, diferença e mudança têm desafiado a Comunhão Anglicana, de modo que alguns têm indagado se ela tem uma identidade clara, se ainda ela serve a um propósito e se ela deve continuar. Também surgem questões a respeito da autoridade. Quão diferente você pode ser e mesmo assim ser um anglicano? Diferente do que? E quem decide? Existem limites? Isso importa? Acreditamos que temos muito a ganhar para nós mesmos e como modelo para os outros, buscando uma forma de aprofundar nossa interdependência da Comunhão, ao batalhar com questões decorrentes: identidade e autoridade.

8. Os desafios de interdependência não devem ser calculados irrefletidamente. A verdadeira interdependência testará a nossa complacência sobre linguagem, cultura, raça e classe. Ela nos chama para as relações diretas com outros, que se diferem marcadamente. As comunidades cristãs, amadurecidamente interdependentes, devem sustentar uma imagem da Igreja na qual haja apreciação da importância radical da diferença, não como impedimento, mas como catalisador poderoso, que transforma a nossa percepção e compreensão do propósito de Deus pelo todo dos seres humanos.

### Pluralismo, Mudança e Resistência

9. Porque, hoje, a interdependência, em particular, está em debate? Em toda a parte do mundo, na África, Ásia, Europa, América do Norte e no Pacífico, os padrões de autoridade herdados estão sendo questionados e há busca por uma identidade que honre as raízes culturais e a integridade dos povos. Por mais iconoclasta e anárquico que seja o processo, ele é,

geralmente, uma resposta ao mau uso da autoridade, muitas vezes, com injustiça e sofrimento e violência à identidade tradicional, tanto individual quanto social. Reconhecem-se que as formas adequadas de autoridade são necessárias para a liberdade e coerência da sociedade. Nos contextos sociais em mudança, todavia, os padrões de autoridade precisam de constante revisão se devem ser aceitos como legítimos, entre aqueles pelos quais e para os quais são exercidos.

10. Enquanto se desdobrava este processo, houve outras mudanças igualmente perplexas. O mundo todo sentiu o impacto da filosofia, economia e tecnologia ocidentais. Em toda parte, os valores tradicionais e estruturas sociais estão sob a ameaça desse impacto. A perplexidade desconhece nenhum limite cultural e político. Ao mesmo tempo, o mundo ocidental começou a questionar a própria cosmo-visão do Iluminismo, que tanto desintegrou os valores tradicionais e a sociedade em outros lugares. O progresso, o crescimento econômico, a economia do mercado-livre, a descoberta de toda a verdade pela ciência e a solução de todos os problemas pela tecnologia, são tratados com ceticismo crescente. A cultura européia moderna tornou-se, cada vez mais, desarraigada e sem esperança.

11. Esta crise multi-dimensional e de escala internacional tem tido um enorme impacto na Igreja. A Igreja, com freqüência, tem estado ao lado do *status quo* que se tem demonstrado cada vez menos relevante no mundo moderno. É particularmente irônico que as Igrejas na África e na Ásia continuem a encarar, na sua vida comunitária, elementos culturais da Igreja colonial ocidental do século XIX. Na África do Sul e na América Latina, grandes segmentos da Igreja têm estado ao lado da reforma e mesmo até da revolução, mas não sem ambigüidade. No mundo desenvolvido, as Igrejas que foram dominadas por uma cosmo-visão do Pré-Iluminismo se deslocam para uma visão "modernista" justo quando as culturas se encaminham para uma nova direção. Como a Comunhão Anglicana responde a essas incertezas e desafios?

12. Dentro da comunidade global, o abalo dos fundamentos sociais tem produzido nostalgia por uma nova certeza. Temos anseio por chão sólido, um lugar onde possamos permanecer juntos firmes.

13. Há alguns que pretendem oferecer certeza em meio ao deslocamento cultural, recursos para construir uma realidade que ofereça clareza, certeza e uma fuga ao conflito. Este é um fenômeno de escala mundial, do qual a Igreja participa. No mundo secular, esta resposta à angústia leva aos movimentos políticos que oferecem amparo aos "valores antigos" com movimentos religiosos que apresentam uma cosmo-visão, em que todos conhecem o seu lugar e o que devem fazer. Na Igreja, a Bíblia e outros recursos, são usados de uma maneira que pouco considera o contexto em que foram escritos e os estratos ricos e diversificados de sentido que contêm. Essa abordagem, comumente denominada de fundamentalista, toma diversas formas e se associou, freqüentemente, com ideologias políticas e sociais reacionárias e conservadoras. Também o reavivamento, com freqüência, proporciona uma base para a vida cristã, que se firma aparentemente na autoridade. No entanto, o reavivamento

pode levar ao repúdio de todas as outras autoridades ou à entrega sem crítica a uma autoridade.

14. Em meio a esses fenômenos complexos, onde todas as identidades são ambíguas e as autoridades são suspeitas, não é surpreendente que uma Igreja vigorosa e alerta reflita sobre sua identidade e questione seus padrões de autoridade.

15. A preocupação com a identidade e autoridade não é um sinal de fraqueza ou desespero com o futuro, mas uma marca de nossa determinação de sermos fiéis para com o Deus Triuno, o fundamento e padrão da Comunhão. Isto nos leva ao compromisso com o diálogo e tomada de decisão comuns em nível local, global e ecumênico. Somos desafiados a ser independentes em todas as questões que tocam a nossa humanidade e fé, porque compartilhamos a fé e humanidade comuns. Se somos verdadeiros para conosco mesmos e para com o Senhor, devemos tomar decisões juntos em consultas uns com os outros.

#### Diferença e Interdependência

16. Para se dirigir a estas questões, reuniram-se os membros da Consulta, vindos de todas as partes do mundo. Nós, membros da Consulta, ouvimos muitos relatos de interdependência na Comunhão. Um anglicano palestino contou-nos quão isolada sua Igreja se sentiria, sem as orações e visitas dos anglicanos de todas as partes do mundo. Uma mulher da Igreja do Paquistão compartilhou conosco o fortalecimento que as mulheres cristãs, marginalizadas pela lei no Paquistão muçulmano, recebem da solidariedade de oração e da comunicação com as mulheres cristãs de outras partes do mundo. Tomamos conhecimento de que a Diocese de Los Angeles recebeu muito de Hong Kong, Coréia, Oriente Médio, América Central e Caribe, África, Filipinas e de outros países, quando as pessoas provenientes desses países vieram morar no sul da Califórnia. Não só a experiência de cristãos recém-chegados de outras terras desafiam e enriquecem a Diocese, mas também o contato contínuo deles com seus países de origem proporciona à Diocese oportunidade para o ministério e companheirismo trans-cultural. O participante da África do Sul lembrou o quanto a solidariedade e apoio de comunhão significou na luta contra o "apartheid".

17. As histórias de interdependência podem ser multiplicadas e não devem ser avaliadas superficialmente. Elas acentuam os laços de afeição na Igreja, mas também nos levam, de forma muito imediata, à relação com anglicanos fiéis, que se diferem, marcadamente, de nós e de uns com os outros, em experiência e necessidade. Na Igreja, somos chamados a uma reconsideração e apreciação radicais da pluralidade e diferença. O pluralismo é catalisador e nos leva a um entendimento maravilhoso e superior da visão de Deus para com a humanidade. Pois a diferença é uma dádiva para o nosso gozo e crescimento na comunhão da Igreja.<sup>3</sup>

18. Todavia, nem sempre é fácil viver com pluralidade. Por todo o mundo, as Igrejas da Comunhão Anglicana, em sua luta para serem fiéis ao Evangelho, em variados contextos culturais, enfrentam exigências morais,

doutrinais, sociais e econômicas que desafiam a sua identidade como comunidade cristã e exigem uma resposta que tenha autoridade. Algumas das questões, dolorosamente mais divergentes na Comunhão Anglicana, referem-se à sexualidade humana, à família e à posição da mulher. Todavia, essas questões são compreendidas num quadro mais amplo, que inclui justiça, direitos humanos, igualdade racial, liberdade religiosa e o uso de recursos. Elas são, por sua vez, na Comunhão Anglicana, compreendidas e abordadas diferentemente. Essas questões tornam-se ainda mais complicadas, por causa das diferenças na interpretação da Bíblia, no exercício do poder na Igreja, nas relações entre a Igreja e o Estado, bem como por causa das diferenças em nossas relações com os colegas ecumênicos e do diálogo inter-religioso.

19. No Brasil, por exemplo, a Igreja se depara com a ambigüidade da celebração dos 500 anos de uma cultura cristã, principalmente identificada com a opressão, exploração e mesmo com o genocídio dos povos nativos. Contra esse pano de fundo, a inter-relação da Igreja com a cultura é muito complexa. Deve ser considerada acomodação ao paganismo ou transformação de outras culturas religiosas em Cristo, a incorporação dos elementos religiosos africanos cristãos, por exemplo, na adoração cristã? Qual é o papel da Igreja numa sociedade que afirmou a igualdade da mulher, mas onde as mulheres são incapazes de ganhar a igualdade na remuneração, dignidade e proteção?

20. No Paquistão, onde o islamismo é dominante, as mulheres não são consideradas iguais perante a lei e a Igreja está sob a pressão para consentir, ou, no mínimo, para se calar, face à opressão. Na Eucaristia, por costume, os homens recebem a comunhão primeiro, depois, a mulher. Por vezes, os cristãos usam os recursos da tradição cristã para justificar a desigualdade vigente. Muitos homens cristãos tornam-se muçulmanos para aproveitar a lei islâmica, que os autoriza a ter mais do que uma mulher. Há uma influência muito difundida, difícil de resistir, que dificulta à Igreja levantar a voz profética, a respeito das questões dos direitos humanos e da exploração sexual da mulher.

21. Na sociedade britânica, tradicionalmente patriarcal, tem havido uma variedade de movimentos da mulher, com a melhoria gradual do seu papel e da sua condição na sociedade secular. A Igreja tem sido mais conservadora em muitas áreas de sua vida. As mulheres têm sido ordenadas ao diaconato e a Igreja da Inglaterra deve tomar decisão, no próximo ano, a respeito da ordenação da mulher ao presbiterado. Iniciou-se, também, a conversação sobre a orientação sexual, que se provou ser polêmica e pode semear dissensão.

22. A Igreja Episcopal nos Estados Unidos ordena as mulheres a todas as três Ordens do Ministério. Há, todavia, uma contínua luta para elevar a percentagem de mulheres à posição de liderança, tanto na ordem clerical quanto na ordem leiga.

23. A Igreja americana identifica o racismo como sua segunda questão importante. Embora esteja defendida na lei a igualdade racial, *de fato*, muito da discriminação racial continua na Igreja, particularmente, na forma

de racismo institucional, que oculta atitudes raciais e suas conseqüências, no processo legítimo de mandato e administração, em nível nacional, diocesano e local.

24. Todavia, a sexualidade e a família constituem a ameaça mais séria para a unidade e identidade da Igreja Episcopal, em suas relações com outras Igrejas da Comunhão. A despeito da resolução da Convenção Geral de que é inapropriada a ordenação de pessoas homossexuais ativas sexualmente, essa questão e a reavaliação teológica da homossexualidade causaram divisão na Câmara dos Bispos e enfraqueceram a compreensão de colegialidade. Também é premente a mudança na compreensão da vida familiar devido, por exemplo, ao aumento de divórcios, à formação de famílias só de mãe ou só de pai por causa do divórcio, à adoção de crianças, à inseminação artificial, à adoção pelos casais homossexuais e a uma variedade mista de outros relacionamentos.

25. Para a Igreja na África do Sul, a questão principal surge da luta da maioria para participar do poder político, com a minoria, que o tem exercido virtualmente sozinha, por muitas gerações. O movimento por uma sociedade mais democrática na África do Sul levanta questões a respeito da maneira com que o poder e autoridade são exercidos dentro da Igreja e como a Igreja se relaciona com o poder civil.

26. Também, na África do Sul, as questões de sexualidade e família são importantes. Em algumas partes da Igreja do Sul da África, as tentativas, por exemplo, de melhorar o papel e status das mulheres são rejeitadas, como importações da cultura ocidental. Assim, a discriminação contra a mulher continua. Relacionado com essa questão e, em oposição à cultura polígama, o casamento cristão monogâmico não recebe aceitação universal, mesmo no contexto da Igreja. A autoridade da cultura é usada para frustrar a disciplina do casamento cristão.

27. Estes exemplos do Brasil, Grã-Bretanha, Paquistão, África do Sul e Estados Unidos ilustram como a vida e identidade da Igreja são desafiadas, em cada localidade e como uma comunhão global de Igrejas, pela diversidade de contextos em que vivem os cristãos. Todavia, estas questões complexas tornam-se mais urgentes e perplexas, por causa do desenvolvimento revolucionário na comunicação tecnológica. A ação de uma parte da Comunhão Anglicana é rapidamente observada em qualquer lugar, encorajando resposta imediata. Todavia, a comunicação eletrônica é uma bênção e, também, maldição. Por mais que o empreendimento seja bem conceituado e que a informação seja completa, essa comunicação é, raras vezes, suficientemente compreensiva, para fazer o juízo que a tecnologia convida.

#### Contexto mais amplo

28. A vida de interdependência na Comunhão Anglicana não pode ser separada de nossa comunhão mais ampla dentro da comunidade ecumênica. Na Reforma, a Igreja da Inglaterra considerou-se a si mesma como a continuadora da Igreja Católica na Inglaterra, embora reformada em muitos aspectos. Ela continuou a manter relacionamento com outras

Igrejas, mas especialmente com as da Alemanha. Os relatórios sucessivos das Conferências de Lambeth demonstram uma teia impressionante e complexa de relações ecumênicas com um grau de sucesso na comunhão mais íntima com outras Igrejas, mais notavelmente, com as Igrejas Unidas da Índia e Paquistão. Os diálogos internacionais bilaterais e multilaterais estabeleceram, desde 1970, o consenso e convergências em matérias de fé, sacramentos, ministério, estruturas eclesiais, de tomada de decisão e do ensino oficial, bem como da relação entre a unidade da Igreja e a unidade da comunidade humana. Em tudo isto, tem surgido um quadro da interdependência dentro da comunidade cristã em nível mundial, e, por certo, da família humana.

29. Os debates ecumênicos têm revelado que qualquer Igreja está sujeita ao desenvolvimento, num nível ou noutro. A nossa compreensão anglicana aprofundada da interdependência se enriquece e se alarga tanto na familiaridade com os desenvolvimentos em outras Comunhões e com também na interdependência anglicana sem referência à comunhão mais ampla das Igrejas.

## II. Laços de Interdependência Hoje

### O Deus em quem vivemos

30. Deus oferece a todos os que Ele criou o dom do mistério da vida divina. Todos são convidados a participar da vida interior da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Por meio da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, a plenitude da comunhão será perfeitamente realizada só no Reino de Deus, quando todas as coisas serão sujeitas a Cristo e, Nele, ao Pai, de forma que Deus seja tudo, em todos.

31. A Igreja é aquela parte do mundo que já se encontra aberta para acolher o amor de Deus e para ser envolvida na órbita da própria vida de Deus. Dessa forma a Igreja é o "mundo adiante de si" e é chamada para ser um sinal eficaz e instrumento para o mundo. Assim, a Igreja está dirigida para o Reino e chamada a servir o mundo.

32. No Batismo, os cristãos morrem com Cristo e ressuscitam para uma nova vida Nele, pelo poder do Espírito Santo. Por conseguinte, eles estão unidos com Deus e a Santíssima Trindade e são levados à relação de comunhão com todos os batizados, pelos séculos, e por todo o mundo.<sup>4</sup>

33. A comunhão (koinonia) que os anglicanos compartilham dentro do Corpo de Cristo é alimentada pelos laços dinâmicos e inter-relacionados, que mudam e se desenvolvem, mas que têm mantido juntas diversas culturas e teologias, dentro de uma vida coerente e interdependente. Esses laços não representam características ímpares dos anglicanos, mas, porque alimentam o mistério da comunhão da Igreja, devem ser considerados antecipação dos laços que caracterizam uma Igreja verdadeiramente universal.

### A vida comum de adoração

34. Os cristãos são chamados a fazer do todo da vida pessoal e social um movimento de adoração. É característica da identidade anglicana e fundamental à mesma a tentativa de fundamentar essa vocação, numa vida litúrgica comum de oração e louvor, enraizada na Escritura, popularmente acessível e entrelaçada com os ritmos da vida. A tradição do Livro de Oração Comum e o Ordinal tem formado a fé, a devoção e a ordem da Igreja. Por meio delas, os anglicanos têm tido a experiência de participação numa única família e têm desenvolvido uma forma característica de transmitir a fé, que a Igreja professa e vive. Todavia, os anglicanos não tiveram um só Livro de Oração Comum desde 1936<sup>5</sup>, e, desde então, a mudança e a proliferação de Livros de Oração Comum têm sido cada vez mais rápidos. Na retaguarda dessas mudanças continuam a existir, todavia, um padrão e princípio de liturgia. Por meio de pesquisas de modelos de liturgia primitiva com os peritos de outras tradições cristãs, os anglicanos desenvolveram novas formas de expressão, símbolos e imagística que se relacionam mais apropriadamente com o ordenamento de suas respectivas sociedades, do que as liturgias herdadas da Inglaterra do século XVII. O efeito desta atividade sobre a vida de toda a Comunhão não é ainda plenamente compreendido. Porém, assim como uma boa liturgia olha para o

seu passado e para o seu futuro, também é preciso que as tradições litúrgicas, como um todo, tenham um senso de seu enraizamento no passado, bem como o senso de novas direções para o futuro.

### Missão Compartilhada

35. Embora tenha crescido, primeiro, naquelas localidades onde o Império Britânico preparou o terreno, a Comunhão Anglicana avançou, também, além do Império, em obediência ao mandato para ir ao mundo todo e pregar o Evangelho. O trabalho começou com a presença de negociantes, professores e soldados, além-mar. A Igreja da Inglaterra estabeleceu capelanias e enviou os missionários. Essa obra resultou em outras Igrejas da Comunhão. A ênfase inicial na expansão da fé para os não-cristãos veio a abranger a visão bíblica da salvação, como o dom total e inclusivo de Deus, de cura e libertação para toda a criação. Esta visão mais inclusiva está subjacente na declaração da Conferência de Lambeth de 1920: "visamos extensão, não da Igreja Anglicana com suas características especiais, mas da Igreja Santa Católica em seus elementos essenciais, para que cada uma das novas Igrejas possa, na medida em que cresce, se expressar sob características próprias"<sup>6</sup>. A missão não é tanto alguma coisa que a Igreja faz. A missão pertence a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, em que cada batizado tem sua parte.

36. O desenvolvimento da teologia da missão e a vocação das Igrejas da Comunhão para a participação mútua em suas tarefas encontrou outra expressão importante no documento de 1963, *Responsabilidade Mútua e Interdependência no Corpo de Cristo*, que deu nascimento ao movimento Companheiros em Missão, em 1973. Por meio desse movimento e da reflexão sobre a sua eficácia e de outras formas formais e informais de relacionamento mútuo, as Igrejas da Comunhão aprofundam sua participação mútua na missão de Cristo. A última Conferência de Lambeth afirmou que a missão da Igreja consiste em:

1. Proclamar as Boas Novas do Reino,
2. Ensinar, batizar e alimentar novos crentes,
3. Responder à necessidade humana com serviço de amor,
4. Procurar transformar as estruturas injustas da sociedade<sup>7</sup>.

### Apelo à Escritura, Tradição e Razão

37. Os anglicanos tentaram sempre manter-se fiéis à continuidade com Jesus e a Igreja apostólica, enraizados adequadamente nos diferentes contextos históricos e culturais. A centralidade da Escritura na Liturgia é um sinal de sua centralidade no pensamento anglicano. Porém, nem sempre se provou fácil de formular o sentido da Escritura, para a vida da Igreja. A Tradição - um conceito amplo, que abrange os credos católicos, ensino dogmático, adoração litúrgica, disciplina canônica e vida espiritual - é compreendida adequadamente como a história contínua da Igreja, na medida em que ela vive com a Escritura. Neste processo, às vezes, novas coisas são percebidas dentro da Escritura, mas também a Tradição é reavaliada, à luz da própria Escritura. Neste mesmo processo, também a Igreja aplica a todos esses elementos da Tradição os dons da razão, porém nunca independentes da Tradição e nunca sem crítica dos mesmos. Todavia,

não se deve permitir à razão ter seu desvio. Ela deve ser submetida à contínua leitura da Escritura por parte da Igreja. Ao mesmo tempo, o que a Igreja faz e diz deve ter sentido. Dentro deste contexto, a "Escritura", "tradição/experiência" e "razão" não são parceiros iguais em competição. Cada qual tem um papel distinto e inter-relacionado.

38. Entre os resultados da adoção deste modelo, podemos mencionar quatro. 1) Os anglicanos têm sido cautelosos com definições demasiadamente precisas dos mistérios da salvação. A Escritura é mais um livro de história do que um manual de teologia. Os credos católicos são indicadores dos mistérios, ao invés de definições precisas dos mistérios. Os formulários anglicanos proporcionam um quadro de referência local, no qual se vive a comunhão. Todos esses fatores nos mantêm na adoração do verdadeiro Deus, como o coração vivo de nossa fé. 2) A tarefa de viver com a Escritura, tradição/experiência e razão pertence a toda a Igreja. Todos podem e devem contribuir para tanto. Nessa contribuição, o laicato e o clero têm papéis distintos a desempenhar. Aqui, a interdependência de todas as partes da Igreja é essencial ao verdadeiro processo de ouvir a Escritura e à reapropriação do seu sentido para o nosso tempo. 3) A tarefa de estudo sério da Bíblia e da erudição bíblica, pertence a toda a Igreja e não pode ser marginalizada, deixando-a entregue a uma elite profissional. 4) Dentro dessa interdependência complexa, qualquer crítica da tradição/experiência existente ou a inovação dentro da mesma devem demonstrar à Igreja como um todo que essa inovação ou essa crítica são mais fiéis à Escritura do que à oposição que se lhes faz <sup>8</sup>.

#### Comunhão no Batismo, Eucaristia e Ministério

39. Os anglicanos estão vinculados a uma comunhão sacramental fundamentada no Batismo e alimentada pela Eucaristia. O Batismo inicia nossa participação na obra redentora de Cristo e a comunhão eucarística significa a nossa participação contínua nesses eventos da redenção. Por meio do Batismo, os anglicanos compartilham, com outros cristãos, a sua condição de ser membro num só Corpo de Cristo, que desafia a necessidade de uma identidade especificamente anglicana. Esse desafio é aprofundado com a mútua hospitalidade eucarística que muitos anglicanos oferecem e recebem como um sinal de cura, de reconciliação e de crescimento da unidade entre os cristãos separados e como um penhor de uma totalidade maior no futuro.

40. A Comunhão Anglicana é unida também por um ministério tríplice contínuo, que tem responsabilidade particular para alimentar e focalizar a sua unidade. As Igrejas ou Províncias em comunhão uma com outras não só reconhecem o ministério de cada uma delas, mas também aceitam o intercâmbio de ministros entre as Províncias. A negação desse reconhecimento e do intercâmbio de ministros, seja qual for a razão, restringe a comunhão e deve ser assunto de um diálogo urgente. A unidade futura da Comunhão dependerá de como os anglicanos tratarão de tais questões com sucesso e como chegarão a posições mutuamente aceitáveis.

#### Comunhão Conciliar

41. As Igrejas da Comunhão Anglicana identificam-se como aquelas que se encontram em comunhão com a Sé de Cantuária. O Arcebispo de Cantuária goza da primazia de honra, entre os bispos da Comunhão, mas não de jurisdição. Seu papel não consiste de comando, mas de reunião e convocação. Têm-se desenvolvido em torno deste foco três instrumentos de unidade e de consulta. Estes são: a Conferência de Lambeth (bispos), existente desde 1867, o Conselho Consultivo Anglicano, criado pela Conferência de Lambeth de 1968, e o Encontro de Primazes, sugerido em 1978.

42. O papel do Arcebispo de Cantuária tem sido afirmado pelas sucessivas Conferências, sem ser plenamente definido. Além disso, o papel e a membresia dos três órgãos de consulta, que, com o Arcebispo de Cantuária, constituem quatro instrumentos de unidade, continuam ser definidos pela experiência e reflexão na vida da Comunhão Anglicana. Todavia, todos esses quatro instrumentos são meios eficazes de manter as Províncias em contato umas com as outras e conservar os anglicanos unidos. Nesses instrumentos consultivos, vemos a natureza conciliar dos anglicanos, uma característica menos reconhecida, porém com feições mais características. Todos esses três organismos consultivos marcam momentos significativos no discernimento da mente da Comunhão<sup>9</sup>.

43. A participação dos colegas ecumênicos tornou-se parte vital de toda a discussão anglicana e sua tomada de decisão. Isto vale também para os organismos inter-anglicanos e constitui uma prática crescente em todas as províncias da Comunhão.

44. Estes são os laços que unem a Comunhão Anglicana. Não são lineares, nem cumulativos. Não representam uma lista da qual um deles possa ser subtraído sem diminuir outros, nem com a adição deles faz-se uma liga que cria a presença da Igreja, que Deus deseja. Os vínculos são necessários, mas como instrumentos para a promoção da comunhão pessoal e social e não como fins em si mesmos. A dimensão pessoal e social tem sempre prioridade, pois a vida da igreja está fundada na vida pessoal e social do Deus Triuno. A verdadeira comunhão floresce do discipulado de serviço, oração, testemunho e compromisso com a missão, numa vida de generosidade, auto-sacrifício, submissão mútua em amor, reconhecimento de fracasso e arrependimento. A unidade e comunhão que procuramos existem. "Pois é Deus, o qual é perfeição da unidade, um só Pai, um só Senhor, um só Espírito, que concede vida a um só Corpo. Também existe um só Corpo. Não é necessário que esse Corpo seja feito ou refeito, mas é preciso que se torne orgânico e visível"<sup>10</sup>. Os vínculos e os instrumentos da comunhão propiciam uma moldura para manter juntos tudo que pertence à participação autêntica na vida e amor do Deus Pai, Filho e Espírito Santo, Criador, Redentor e Santificador<sup>11</sup>. Isto é o que entendemos por interdependência.

### III. Revitalizando a Interdependência

#### Trindade

45. Adoramos um só Deus em três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo. O tema tradicional trinitário da habitação mútua das três pessoas dinâmicas (perichoresis) aponta para uma pluralidade dinâmica em unidade. Esta habitação mútua parece implicar em que autoridade é compartilhada dentro da vida comunitária.

46. A doutrina da Trindade é, por conseguinte, o recurso mais poderoso à disposição da Igreja, na medida em que ela procura revitalizar a sua interdependência. Em nível mais simples, somos capazes de afirmar a unidade e diversidade dinâmicas na Criação e na vida do povo de Deus, porque a vida de Deus mantém juntos, em si mesmo, a unidade e diversidade, união e comunhão, semelhança e diferença. Todavia, existem outros dois pontos significativos para a nossa discussão.

47. Primeiro, a doutrina do monoteísmo, que está no coração da teologia trinitária, afirma que o Criador do mundo é também o seu Redentor, e que o Deus que trouxe o mundo à realidade o conduzirá, finalmente, à plena justiça e paz. Esta é uma doutrina polêmica, porque rebate duas tendências poderosas. Primeiro, ela rejeita todas as formas de dualismo que, reconhecendo o mal no mundo, imaginam-no um ser, em sua origem, igual e oposto ao verdadeiro de Deus. Em segundo lugar, a doutrina da Trindade se opõe a um paganismo, que, reconhecendo a beleza e poder do mundo e das forças "naturais" atribui-lhes a divindade. O monoteísmo trinitário se recusa a abandonar o mundo ao domínio do mal ou revestir o mundo com a glória divina. O mesmo monoteísmo fala de um Deus que governa o mundo como o Criador, cuja sabedoria de amor venceu, em Cristo, o mal, em cuja vitória será plenamente realizada a liberdade de todas as criaturas. O monoteísmo trinitário proporciona a todo o povo de Deus a esperança de que Deus será tudo em todos e que o corpo quebrado e fraturado da criação será sanado pela participação no corpo partido de Cristo. Portanto, somos encorajados a olhar para o futuro de Deus e trabalhar e planejar à luz desse futuro.

48. Segundo, a forma trinitária do monoteísmo cristão proporciona, portanto, uma estabilidade que, de outra forma, não teria. Por si mesma, a afirmação de que há um só Deus tem sido sempre um obstáculo para ceder ao mal. A tendência é sempre superestimá-lo ou subestimá-lo. Mas, quando colocamos a cruz e a ressurreição de Jesus Cristo no centro de nossa compreensão de Deus, proclamamos que o Deus, que criou o mundo, travou a luta plena com o mal e o derrotou, de forma que o mundo nasceu de novo, na ressurreição de Jesus. Quando insistimos que o Deus que fez o mundo é também o Deus que, hoje, sopra a nova vida ao mundo pelo Espírito, afirmamos a relação muito estreita entre o Criador e a Criação, e a esperança de que todos os cristãos acalentam a libertação de toda a criação...do jugo da decadência, para participar da gloriosa liberdade dos filhos de Deus<sup>12</sup>.

49. Portanto, à luz deste momento trinitário, firmado na Escritura e afirmado na teologia anglicana, encontramos a fonte principal para fortalecer e enaltecer a nossa interdependência. Quando adoramos este Deus, somos capazes de abraçar a nossa rica diversidade não como fardo, mas como dom, sabendo que tais coisas que surgem de nosso orgulho, ao

invés de nossa chamada, não terão valor algum, em última instância. Somos encorajados a ser humildes e esperançosos, na medida em que fortalecemos a interdependência. Humildes, porque somos livres para reconhecer as falhas e visão limitada, bem como a possibilidade de nova aprendizagem com os outros. Somos esperançosos, porque vivemos em Jesus Cristo, o mesmo ontem, hoje e para sempre, o qual orou para que o seu povo seja um. A interdependência que buscamos na Comunhão Anglicana deve ser um sinal daquela interdependência a ser consumada, o Cristo e o seu povo, unidos em sua rica diversidade, assim como Cristo e o Espírito Santo estão unidos na rica diversidade com o Pai<sup>13</sup>.

### A Experiência Diária de Adoração

50. No parágrafo 34, observamos a centralidade da adoração na identidade e prática anglicanas. Na adoração cheia de alegria, particularmente, na Eucaristia, procuramos colocar em imagem, palavras, música e ato simbólico, a realidade que chegamos a conhecer, por meio de nossa experiência presente e da experiência de nossos antepassados. Nos elementos do pão e do vinho, "os quais a terra dá e as mãos humanas fizeram", em nossa participação da refeição comum, representamos a interdependência dos seres humanos e de toda a criação com Deus e entre si.

51. A beleza, dignidade e ordem da adoração prefiguram, também, por mais sóbrias que sejam, a glória que Deus deseja a toda a Criação. Vemos a liberdade e a justiça de Deus em meio à opressão e desigualdade do presente tempo, e a luz e amor de Deus em meio à ignorância do mundo, do seu ódio e medo. Somos chegados a viver à luz do tempo final, quando o poder do serviço de Deus será a norma pela qual toda a sociedade será julgada. A adoração eucarística nos traz a imagem do padrão de Deus, quando o povo cristão se reúne à Mesa do Senhor em dignidade igual. Ela nos encoraja e nos convida a arrependermos-nos, e a sermos transformados na realidade que celebramos, e a agir como agentes do Espírito transformador, na cura de um mundo esfacelado.

### A Visão do Reino

52. A fé cristã entende que toda a Criação é domínio de Deus. A profunda interdependência dentro da natureza e da história, da criação como a relação de seres humanos, macho e fêmea, é percebida com uma imagem e reflexão da vida do Deus Triuno, mesmo no mundo decaído. Dentro da Criação, abraçando essa mesma Criação, e por meio da obra reconciliadora e redentora de Cristo, e do poder capacitador do Espírito Santo, Deus chama toda a Criação para participar na vida divina e para expor a mutualidade de Deus e Seu amor nas relações humanas de amor e justiça.

53. O mundo é chamado para o futuro, que é a demonstração da glória do Deus Triuno. A Igreja dá o testemunho desse horizonte de esperança. Por essa mesma visão, a Igreja é chamada à desafiar as estruturas do mundo e renovar sua própria vida.

54. Portanto, a missão da Igreja é “preparar o caminho do Senhor” para ser um sinal e instrumento, testemunha do domínio divino vindouro da justiça, paz e mutualidade. A identidade e autoridade da Igreja existem para apontar para o Reino e não para a sua própria causa. A Igreja é um instrumento do Reino de Deus e deve ser sempre situada dentro desse horizonte de advento. A moldura fundamental da identidade e autoridade cristãs é o domínio de Deus, revelado e estabelecido em Jesus Cristo, em ação no presente tempo pelo poder do Espírito Santo, pressionando os eventos da história para o domínio da justiça e do amor de Deus.

#### Participação mútua na Missão

55. A nossa interdependência como Igrejas da Comunhão Anglicana deve ajudar-nos a sermos constantes e crescentemente fiéis para com a missão de Cristo. Assim como a vida triuna eterna de Deus se move para a unidade e ainda sai para o trabalho de criação, reconciliação e redenção, também a Igreja é uma comunidade reunida para a adoração e comunhão e dispersa para o serviço e missão. O movimento divino do Pai por meio do Filho, no Espírito Santo, é o movimento externo para a complexidade e diversidade. Há, também, um movimento de retorno para o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, movimento para a unidade. A Igreja vive sua vida nas tensões desse movimento duplo.

56. Primeiro, a Igreja é uma comunhão (koinonia) com estruturas e dinâmicas para reforçar sua coerência e unidade. O conteúdo e propósito da comunhão são definidos por Cristo e sua obra salvadora. Somos chamados a participar nessa obra como um Corpo, e admitidos mediante o Batismo e alimentados na celebração da Eucaristia, nela tendo a nossa expressão. Os que pertencem à comunhão partilham a interdependência, como na Criação Deus fez homem e mulher interdependentes. A unidade e diversidade do Deus Triuno é colocado em imagem, pela unidade das diversidades no Corpo de Cristo. A comunidade cristã deve enaltecer a realidade da interdependência, pela forma com que se dedica aos desafios pela unidade em meio à vida comum. Os membros da comunhão participam nas alegrias e nas tristezas de uns e de outros (Hb 10.33; 2 Co 1.6-7), servem uns aos outros e têm participação mútua para ir ao encontro das necessidades uns dos outros e da comunidade como um todo.

57. O movimento para a unidade expressa pela comunhão (koinonia) é complementado pelos temas da missão de Deus ao mundo todo, como Criador, Reconciliador e Redentor<sup>14</sup>.

#### Apropriado a Bíblia, Tradição e Razão

58. O apelo caracteristicamente anglicano para a Escritura, tradição e razão incluiu sempre um lugar para a experiência. É uma ação recíproca da Escritura, tradição, razão e experiência em que, sob a orientação do Espírito Santo, a verdade cristã é percebida de novo. Às vezes, a Escritura confirma a experiência vivida e diz o sim para o que é novo. Igualmente, pode ela julgar e condenar a experiência, dizendo o não para um desenvolvimento particular ou mudança.

59. Nos últimos 30 anos ou mais, os movimentos de libertação, inclusive o movimento feminista, têm produzido um discernimento penetrante, que levaram e continuam levar a uma nova interpretação da Escritura e da tradição viva da Igreja. As teologias de libertação abraçam uma cosmo-visão que pressupõe justiça e o senso do todo para homens e mulheres e libertação de todos os seres humanos das normas sociais opressivas. Isto tem levado a questionar, por exemplo, a respeito da natureza da koinonia em que as diferenças baseadas na raça, no sexo, na classe são permitidas, a ponto de se tornarem causa da divisão ou marginalização. Tais divisões têm efeito sobre a forma com que a Igreja expressa sua fé, celebra os sacramentos, estrutura o seu ministério e exerce a autoridade. Aparecem inevitavelmente as tensões, quando a experiência dos movimentos de libertação é trazida para a interpretação da Escritura e da Tradição. Tal como está nitidamente focalizado na Comunhão Anglicana, hoje em dia, na questão da ordenação das mulheres ao tríplice ministério. Para alguns a Escritura e a Tradição parecem negar a experiência daqueles que percebem que a Igreja está sendo conduzida pelo Espírito a alterar a prática tradicional da Igreja. Para outros, o testemunho até aqui silencioso da Escritura e da Tradição é percebido como afirmação da experiência.

60. O desafio para a comunhão consiste em encorajar o uso da experiência na sua tarefa teológica. O fato de que a Comunhão Anglicana é uma comunhão em nível mundial significa que somos abençoados com uma comunidade de interpretação, que pode aplicar para Escritura e Tradição, a experiência de uma comunidade diversa e inclusiva. Longe de minar a nossa vida como uma Comunhão, possuímos riquezas de percepção para serem compartilhadas no processo da interpretação da Bíblia e Tradição, sob a orientação do Espírito Santo.

#### Fazendo os Concílios Servirem o Evangelho

61. A Igreja é obrigada a examinar criticamente o uso do poder no interior de suas próprias estruturas e na sociedade, da qual ela faz parte, devido a sua identidade expressa na comunhão e missão, a qual é concedida por Deus. O poder que a Igreja recebeu é o poder do Filho, que se esvaziou para ser Servo<sup>15</sup>, o qual veio não para ser servido, para servir<sup>16</sup>. O poder divino é para o serviço de amor e capacitação (*auctoritas*), ao invés de domínio (*imperium*). Este padrão é tanto norma como alvo. A este alvo que a Igreja é chamada, e por essa norma, deve ser medido o exercício do poder, tanto na Igreja quanto fora dela.

62. Contudo, quais são os modelos que surgem? Até que ponto a Igreja assumiu os modelos de poder que são, culturalmente, determinados, ao invés de culturalmente críticos? Richard Hooker observou que a Igreja é uma sociedade e também uma sociedade supernatural. Na medida em que ela busca seguir a Jesus, a Igreja encontra, até dentro de si mesma, todas as dinâmicas do poder comum à sociedade humana, o poder de designação ou do ofício por eleição, da competência profissional, da posição social, da riqueza e do poder dos dons espirituais. Como nas sociedades humanas, pode haver, na Igreja, desigualdades na distribuição do poder, e até mesmo, pode haver opressores e oprimidos.

63. Isto não deve escandalizar os cristãos, mas não pode ser colocado de lado, superficialmente. Devido ao fato de que o Deus Triuno é o padrão de sua vida, a Igreja tem em si mesma recursos para medir seu exercício do poder, pelo padrão do Filho eterno, que se esvaziou para ser servo. O seu auto-exame vigilante deve acordar para as formas sutis, pelas quais a profissão da liderança de serviço pode ser usada para mascarar o exercício do poder pessoal, embora professe a impotência ou uma forma de se apoderar, irresponsavelmente, do poder atrás da proteção das comissões, nas quais a crítica eficaz se dissipa. Ela tem, em si mesma, condições para examinar sua atitude para com os movimentos dos direitos humanos, com as mulheres e com os grupos minoritários, que se sentem desumanizados por exclusão. Em muitos lugares, é correta a atitude da Igreja em se omitir na questão dos direitos humanos, civis e de emprego, fundamentada em bases teológicas defensáveis? Ou é uma defesa do poder que não reflete o modelo de Cristo? Por que a Igreja, no mundo desenvolvido do Norte, é considerada má empregadora? Junto com essas questões, que podem ser aplicadas, principalmente, às áreas do mundo em que as Igrejas se relacionaram com o governo, e com outras instituições sociais, como parte do estabelecimento da riqueza e do poder, devemos, também, perguntar como as Igrejas, que não têm sido parte dos estabelecimentos do poder, exerceram a liderança do servo e relacionaram-se com outras instituições sociais.

64. Facilmente se abusa do poder. A motivação humana em procurar e exercer o poder na sociedade e na Igreja é complexa e ambígua. A estrutura da Igreja será imagem do poder de Deus, feita vulnerável em Jesus Cristo, só na medida em que ela é transparente no reconhecimento do poder na sua mão e na sua abertura à crítica e correção, por aqueles cuja vida ela toca.

65. Na medida em que a Igreja busca ser uma sociedade íntegra que procura, no exercício do poder de serviço e na adoração jubilosa, traduzir em imagem o ser e atividade de Deus em comunhão e missão, deve haver espaço adequado para a recepção e formação do consenso dos fiéis. O processo de recepção ou formação do *consensus fidelium*, é uma parte integral do *ethos* da comunidade cristã. Leva-se tempo para que os líderes, teólogos e todos os fiéis alcancem uma mente comum, mesmo dentro de uma Igreja da Comunhão. Levar-se-á ainda mais tempo para toda a Comunhão Anglicana refletir sobre as iniciativas, numa ou mais partes da Comunhão, comunicar-se umas com outras e alcançar o consenso. Na medida em que se percebe que uma questão toca mais profundamente o coração do mistério cristão da fé, da missão ou do ministério, o processo será mais longo e mais doloroso. Além disso, a prescrição do tempo não é suficiente. Se a autoridade consiste em capacitar e alimentar, deve haver um esforço consciente para manter a comunicação e diálogo na forma que se afirmem a integridade e fidelidade dos membros da família, de modo que Deus chame a Igreja para as novas realidades e os membros da Igreja sejam capazes de amadurecer-se, como um sinal e instrumento do domínio do amor e justiça de Deus.

#### IV. Por Uma Interdependência Mais Plena

66. Como pareceria a interdependência? Apesar de muitas palavras, temos de explorar ainda suas bases teológicas e implicações práticas e produzir uma clara exposição. Esta é uma tarefa urgente, na qual há elementos que exigem atenção especial.

##### Usando a Bíblia Juntos

67. O primeiro desses elementos é o uso da Bíblia. Hoje estamos conscientes de que o problema de como ler as Escrituras é tão complexo como quanto à cultura e história das quais somos produtos. Sempre as Escrituras foram lidas sob variedade de formas competitivas, por mais sofisticadas que fossem as tentativas de harmonizá-las. Entre elas está a abordagem crítica. A informação erudita a respeito do antecedente cultural, de como os textos antigos foram escritos e editados, de como as palavras sofreram alteração através da história, de cultura para cultura, tem profundamente influenciado na abordagem crítica de nossos textos antigos. Este não é um fenômeno moderno, embora seja mais recente a consciência popular das possibilidades múltiplas de interpretação bíblica. Todavia, os textos sagrados têm sido usados, por sua vez, para embasar e justificar posições teológicas contenciosas, divisionistas e exclusivistas, como se fossem o sentido único e óbvio da leitura, sem referência a esta história da interpretação ou contribuições modernas, como se elas não existissem.

68. Continuamos, como anglicanos, a ler a Bíblia, principalmente, no contexto litúrgico de oração e louvor. Aqui reconhecemos que a Escritura não é simplesmente uma miscelânea de informação teológica, religiosa e moral para ser utilizada conforme o gosto e a necessidade urgente. Ela é lida em sua plenitude. Reconhecemos que a Escritura é a narração da história de nossos ancestrais da fé, da ação de Deus e resposta humana.

69. Como este reconhecimento profundo da natureza da Escritura se traduz em nosso tratamento uns dos outros e em nossa articulação da fé? Neste ponto, sugerimos que o fortalecimento de nossa interdependência como uma Comunhão deve manifestar-se. Se há alguns, por exemplo, que consideram a abordagem crítica da Bíblia uma ameaça à fé, existem outros anglicanos, cuja leitura da Bíblia dessa forma crítica os têm capacitado a inverter as leituras acríticas, que têm sido usado como instrumentos de uma ideologia opressiva. A interdependência nos permite a ouvir a leitura de uns e de outros e criticar a nossa própria leitura e de cada um <sup>17</sup>.

70. Se sabemos que a Escritura é a narração da história de Deus e do mundo, fica também evidente que é incompleta. Conhecemos o padrão e o clímax da história e recebemos, em imagens dramáticas, um quadro de seu alvo. Aprofundamos o nosso conhecimento e nossa participação na ação salvadora de Deus, por meio da leitura das Escrituras, particularmente, no seu contexto litúrgico. Porém, a participação significa que a nossa tarefa é navegar em águas desconhecidas, entre a determinação do curso e a chegada ao porto. E isso requer um olho no mapa, que registra a

experiência dos que já foram, mas com firme respeito para com a nossa presente observação e experiência, pelas quais o Espírito Santo ainda nos fala, é possível ler a Escritura como uma Comunhão em nível mundial? É possível dizer que esta ou aquela é a leitura da Comunhão Anglicana? Muitas vezes a reivindicação da autoridade bíblica para justificar uma posição usurpa a conversa e cria adversários. Como poderemos sair disso e avançar para a conversa honesta uns com os outros, a respeito do que a autoridade bíblica quer dizer? Quais orientações nos ajudarão a compartilhar a experiência, percepção e crítica mútua, dentro da dinâmica flexível de interdependência, sem cairmos em frustração, amargura e polêmica?

### Liturgia no Serviço de Interdependência

71. O Livro de Oração Comum é uma propriedade distinta da Comunhão Anglicana. É considerada característica do anglicanismo o ato semanal, se não diário, de louvor e intercessão na Eucaristia, a leitura regular dos Salmos e da Escritura na Oração da Manhã e da Tarde, mesmo quando não praticada em sua plenitude.

72. Desde os primeiros dias, o anglicanismo reconheceu que a liturgia deve oferecer sua oração e louvor com a linguagem, ordenamento da sociedade e cultura em que ela é celebrada. Através de décadas, as Igrejas da Comunhão Anglicana engajaram-se na tarefa de alcançar esse fim, no geral, em colaboração com os pesquisadores de outras tradições cristãs. O progresso do estudo litúrgico e desenvolvimento dos Livros de Oração Comum são ricos e interessantes. Dentro da Comunhão, há uma variedade de liturgia, que compartilha as necessidades e aspirações de muitos povos.

73. Houve críticas da revisão litúrgica no sentido de que ela é um processo que ameaça a identidade e unidade da Comunhão. Numa forma extrema, essa crítica pode afirmar que a variedade da liturgia indica que jamais somos uma Comunhão numa só adoração. Atrás de tais preocupações há questões legítimas.

74. O que é particularmente anglicano na liturgia? Existem limites legítimos para a revisão litúrgica? Quais são? Existe uma visão litúrgica anglicana implícita em nossas tradições que possam assumir formas novas e inesperadas? Na liturgia, em palavra e ato, oferecemos louvor jubiloso a Deus pela glória da criação e de nossa redenção. Trazemos diante do trono da graça a dor e a necessidade do mundo e a nossa fé viva e a expectativa de um futuro nas mãos de Deus. A nossa liturgia deve refletir a nossa percepção do futuro de Deus e de nossa gratidão pela obra salvífica. A revisão litúrgica representa os meios fidedignos de prover formas litúrgicas apropriadas, para representar esse movimento para cada geração em mudança. As questões se referem à relação dinâmica entre a liturgia e a crença e devem relacionar-se com a nossa conversação a respeito da Bíblia e teologia em uso anglicano<sup>18</sup>.

75. A rica variedade da Comunhão Anglicana oferece, de novo, uma gama de recursos em que possa ocorrer o processo de renovação e experimentação litúrgicas. Apesar da diversidade na Comunhão, a liturgia continua a ser o meio caracteristicamente anglicano pelo qual a

Igreja recebe uma nova visão, coragem e fortalecimento interior para as tarefas colocadas diante de nós.

### As Estruturas para a Interdependência

76. Todavia, chegou o tempo para a Igreja reavaliar, tanto em nível local quanto em nível mundial de Comunhão, seus instrumentos de consulta e de tomada de decisão, de modo que o serviço mútuo e o compromisso com a missão de Cristo no mundo sejam transparentemente honrados e considerados<sup>19</sup>.

77. Como uma sociedade secular, na Igreja existe uma tensão entre as necessidades de uns e de outros. Diria a Igreja, isso é transformado pelo chamado, para imitar a liderança de Cristo como Servo. Onde o amor reina existe sujeição mútua. São, todavia, múltiplas as possibilidades de distorcer essa profissão tanto pela instituição quanto pela conduta pessoal. Exemplos são bem conhecidos e o ideal de sujeição mútua é criticado, não tanto como loucura e fraqueza, mas muito mais como um ideal que, se for pervertido, deixa suas vítimas indefesas. Os anglicanos têm respondido à capacidade humana de corromper instituições intrinsecamente boas, pela tentativa de manter e desenvolver constantemente as estruturas conciliares da tomada de decisão, que têm sido essenciais às igrejas em comunhão, desde os tempos primeiros.

78. Herdamos, também, do passado medieval, um sistema de episcopado monárquico que supõe que, na melhor das hipóteses, o bispo servirá aos interesses de muitos que compõem o rebanho de Cristo. Com esta compreensão herdada, as matérias decididas pela comunidade em sínodo devem receber o consentimento do bispo, que tem a responsabilidade final. Num mundo complexo, isso coloca numa só pessoa um fardo tremendamente pesado de compreensão e juízo, em muitas áreas de competência. É, também, uma contradição supor que o bispo sozinho forje o modelo de liderança do servo. Algumas Províncias desenvolveram um modelo de bispo em sínodo, com checagens e equilíbrios designados, para proteger, tanto o bispo quanto os fiéis, do erro crasso, para reunir em amor e serviço mútuo as graças e especializações dadas a nenhum indivíduo só, por mais dotado que seja de dons e para modelar a liderança do servo na missão da Igreja ao mundo. Somos desafiados, pela nossa experiência, para examinar de novo os modelos de liderança na Igreja, em nível diocesano e paroquial e em nível provincial e na Comunhão como um todo.

79. Por toda a Comunhão há uma grande variedade do papel e poderes atribuídos aos bispos diocesanos, das tarefas designadas aos sínodos e da posição de autoridade entre essas duas entidades. A nossa preocupação com a identidade e interdependência sugere que chegou o tempo de examinar as estruturas diocesanas de autoridade e tomada de decisão e a teologia que nelas está implícita, a fim de identificar normas mutuamente aceitáveis, de procedimento e conduta. Quão profundamente em nossos diversos contextos culturais estamos influenciados pelos modelos seculares de governo? Os modelos sinodais que temos desenvolvido, em termos definitivos, são esses que a Igreja utiliza, no momento? Se não são, que podemos e devemos dizer a respeito dos modelos do governo da Igreja?

80. Todavia, pode ser mais fácil começar com o exame de nossas estruturas em nível nacional e internacional. Alguns trabalhos já foram feitos. As estruturas nacionais e internacionais construídos sobre os princípios de serviço mútuo e missão comum propiciarão duas funções. A primeira e mais importante é o intercâmbio de informações e percepções, nas quais a conversação e argumentos possam continuar, tanto quanto necessários, sem institucionalizar divergências por meio geográfico ou por cisma. Segundo, o processo que permita à Comunhão discernir a vontade de Deus, alcançar a mente comum e falar com autoridade em pontos apropriados no processo da recepção. Para estabelecer essas duas funções, devemos continuar a definir, na prática e reflexão, os papéis específicos dos três instrumentos de consulta e unidade, a relação entre eles, inclusive membresia sobreposta, e o papel do Arcebispo de Cantuária como seu presidente.

81. Essas reflexões evocam outras questões. Qual é a relação das estruturas provinciais com as estruturas universais? Qual é a natureza de sua autoridade e quão obrigatórias são suas resoluções? Como o nosso compromisso ecumênico pode ser melhor refletido nos organismos universais? O princípio da "subsidiariedade" (decisões tomadas em nível inferior possível) é assumida amplamente na Comunhão? E como esse princípio se relaciona com a agenda e estilo dos organismos internacionais? Como a Igreja local se reúne para refletir a Igreja universal? A Igreja em nível universal honra a Igreja plenamente presente na Igreja local?

82. Este é um documento inacabado. Os membros da Consulta Teológica e Doutrinária Inter-Anglicana tentaram, nele, pintar o quadro de nossa situação presente, tanto os desafios quanto as oportunidades que enfrentamos, bem como os dons que temos recebido e aonde, eles pensam, deveriam mover-se. Agora o documento aguarda os comentários, crítica criativa e a expansão por parte dos colegas na Comunhão, antes que partamos juntos para o próximo estágio de conversação.

83. Os anglicanos se acostumaram a falar na autoridade dispersa dentro da Comunhão<sup>20</sup>. Não empregamos essa frase neste documento, porém sua realidade é honrada em cada seção. Há um apelo para a autoridade dispersa nos laços da interdependência. O ministério episcopal é incluído nos laços de interdependência, mas há também autoridade apropriada ao clero, ao laicato engajado na missão, adoração e governo da Igreja. Observamos, outrossim, que a autoridade é dispersa entre as Províncias autônomas da Comunhão e governadas por elas mesmas. Existem outras três fontes de autoridade que se sobrepõem, mas que não são contérminas. Elas são a autoridade concedida aos líderes da Igreja, por meio de eleição e designação ao ofício, autoridade inerente à competência profissional e, não menos, a autoridade de homens e mulheres que, pela oração, relações de amor e reflexão diária sobre a experiência, que crescem sábios na vida e exercem um papel profundamente profético na vida da Igreja.

84. Todas as fontes de autoridade devem ter suas funções para manter-nos interdependentes, fiéis a um só Deus, o autor e doador de todo

o bem, de quem vem toda a autoridade, em última instância. Portanto, convidamos não só os arcebispos e bispos e as estruturas formais da Igreja a contribuírem, mas também indivíduos, grupos, clero e laicato, em posições formais e informais, os que estão engajados profissionalmente na tarefa teológica e todos os que amam a Igreja e se preocupam profundamente com a formação do povo de Deus e da missão de Cristo no mundo. O interesse pelas questões confere o direito de participar na conversação.

Consulta Teológica e Doutrinal Inter-Anglicana  
Seminário de Virgínia, Alexandria, USA  
8 a 18 de dezembro de 1991

Participantes:

Convocador: Revm<sup>o</sup> Robin Eames, Primaz da Irlanda e Arcebispo de Armagh

Sra. Khusnud Azariah, Igreja de Paquistão

Revm<sup>o</sup> Fred Borsch, Bispo de Los Angeles, USA

Revm<sup>o</sup> Peter F. Carnley, Arcebispo de Perth, Austrália

Revm<sup>o</sup> Sggipo Dwane, Bispo da Ordem de Etiópia, Igreja na África do

Sul

Revm<sup>o</sup> Drexel Gomez, Bispo de Barbados, Índia Ocidental

Dra. Frederica Harris Thompsett, Deã Acadêmica e Professora de História, EDS, USA

Revm<sup>o</sup> Samuel Joshua, Bispo de Bombay, Índia

Revm<sup>o</sup> Michael Keili, Bispo de Bo, Serra Leone

Revda. Dra. Patricia G. Kirkpatrick, Seminário Teológico Diocesano de Montreal, Canadá

Sr. Dallas Moore, Membro do Sínodo Geral, Nova Zelândia

Revm<sup>o</sup> N. Okille, Bispo de Bukendi, Uganda

Rev. Dr. John Pobee, Programa de Educação Teológica, CMI, membro da Igreja da África Ocidental

Rev. David Scott, Seminário de Virgínia, USA

Rev. Côn. Shedah Shedah, Igreja Episcopal em Jerusalém e Oriente Médio

Revm<sup>o</sup> Stephen Sykes, Bispo de Ely, Inglaterra

Revm<sup>o</sup> Sumio Takatsu, IEAB

Dra. Mary Tanner, Secretária, Conselho para a Unidade Cristã, Inglaterra

Sra. Elizabeth Templeton, Igreja Presbiteriana da Escócia

Rev. Prof. David Tsukada, Deão e Professor da Universidade São Paulo, Tóquio, Japão

Rev. Dr. N. Thomas Wright, Corcester College, Oxford, Inglaterra

## Referências Bibliográficas:

1. *A Verdade Vos Libertará: Conferência de Lambeth 1980*, Resolução 18, p. 216.
2. Apêndice A.
3. Por causa do Reino, parág. 95-98, pp. 90-91.
4. Relatório da Comissão do Arcebispo de Cantuária sobre a Comunhão e Mulheres no Episcopado, ACC, Londres, 1989, p. 10.
5. LOC escocês de 1637.
6. Conferência de Lambeth (1867-1930), SPCK, 1948, p. 80.
7. *A Verdade Vos Libertará*, p. 51.
8. Se um(a) teólogo(a) anglicano(a) pensa uma fórmula teológica particular, não inteiramente adequada, ele ou ela tem a obrigação de preservar, seja qual for essa fórmula, e cuidar que a colocação que põe em evidência como mais adequada seja assegurada. *A Doutrina da Igreja da Inglaterra*, p. 37.
9. Ver a *Verdade Vos Libertará*, parág. 113-131, pp. 110-113.
10. Lambeth 1920, As Conferências de Lambeth (1867-1930), p. 25.
11. Ver a *Verdade Vos Libertará*, parág. 70-75, pp. 99-100.
12. Romanos 8.21.
13. *A Verdade Vos Libertará*, parág. 6-7, pp. 82-83.
14. Sobre este ponto e o seguinte, ver a seção sobre Cristo e Cultura in: *A Verdade Vos Libertará*, parág. 23-35, pp. 87-90, e a seção sobre a Comunhão, parág. 11-18, pp. 83-85.
15. Filipenses 2.5-11.
16. Marcos 10.45; João 13.3-16.
17. *A Verdade Vos Libertará*, parág. 76, pp. 100-101.
18. *A Verdade Vos Libertará*, resolução 18.6, pp. 216-217.
19. Idem, pp. 105-122.
20. Conferência de Lambeth, 1948.

## 5 - AS IMAGENS DA IGREJA E O MINISTÉRIO DE TODOS

D. Sumio Takatsu

O Espírito Santo, sopro da vida, constrói, anima, renova, envia a Igreja à Missão e para isso equipa a Igreja com o Ministério de todo o povo de Deus.

A Conferência de Lambeth de 88 viu, na renovação que estava ocorrendo e continua a ocorrer na Liturgia, Teologia, Missão e no Ministério da Igreja, o sopro renovador do Espírito Santo.

Desejo destacar do Relatório de Lambeth a seção sobre o *Evangelismo e a Transformação* como ponto de partida para a conversa desta noite.

A renovação é um mistério, pois o Espírito como o sopro do vento renova o que quer, diz o Relatório. Entretanto, o Relatório destaca algumas marcas de um povo que passa por uma renovação. Quais são?

1) A procura pelo aprofundamento do seu relacionamento com Deus e com os outros, em oração, amor e verdade.

2) O desejo de compartilhar a mensagem do Evangelho com os outros.

3) O desejo de serem agentes na formação das comunidades que aceitam os valores do Reino de Deus <sup>1</sup>.

Então, a renovação não é alguma coisa que ocorre apenas no interior do indivíduo, mas transforma o relacionamento que envolve Deus e as pessoas. E tem como seu horizonte o reinar de Deus.

Em Jesus Cristo, esse reinado de Deus foi inaugurado. O Espírito Santo renovador traz esse reinado, e faz com que a Igreja se torne agente de modo que Deus possa permear as pessoas e o seu relacionamento com o Evangelho do seu Reino.

Para tanto, é preciso que haja a comunicação do Evangelho que redunde na mudança de rumo de vida, e as pessoas confiem no plano de Deus, e demonstrem o desejo de passar com todos os outros cristãos pelos mesmos sinais de participação na morte e ressurreição de Cristo e na recepção do Espírito Santo, isto é, o arrependimento, fé e batismo.

Quando se fala no evangelismo, corre-se o risco de cair no reducionismo individualista e intimista. A mensagem, o arrependimento e o Batismo podem ser reduzidos, como tem acontecido, a uma pura experiência individual e interior, sem levar em consideração que Deus está interessado na transformação das pessoas, do seu relacionamento e das estruturas deste mundo. Pois o Deus que se interessa por cada uma das pessoas é o Deus Criador do Céu e da terra e que tem interesse em que todos vivam em fraternidade e que ninguém fique fora de sua Paz. Assim a Conferência de Lambeth viu a ligação inevitável entre a evangelização e a transformação.

Que é que se entende por transformação? A transformação significa que tudo que diminui a dignidade humana (a discriminação a base do sexo, da raça e da classe, por exemplo) ou que impede o acesso aos recursos básicos da comunidade (por exemplo, educação e saúde) ou que polui o ambiente e depreda os recursos naturais, deve ser resistido. Em poucas

palavras, tudo isso significa levar em consideração o relacionamento do Evangelho com a vida como um todo. A vida como um todo é isso aí. O Evangelho tem a ver com a vida como um todo, porque o Deus anunciado e louvado é o Deus Criador, Redentor e Santificador. As orações que fazemos na Eucaristia vão nessa direção (A estrutura da Oração Eucarística: Criador, Redentor e Santificador. Além disso, no Rito II, a 1ª Oração e a Oração A e B). "A transformação é a ação positiva de estabelecer as condições em que o todo da vida possa ser vivido." <sup>2</sup> Então, a ligação entre o Evangelho e a transformação faz parte da renovação que o Espírito Santo nos traz hoje.

Também é sinal de renovação a percepção de que o evangelismo e transformação são tarefas da Igreja como um todo. Em outras palavras, a Igreja é missionária. Pois todos os que foram batizados são missionários. Tanto é assim, que a tendência na Comunhão Anglicana hoje é denominar de obreiros fraternos os que vão ou vêm de Igrejas de outras terras.

Assim como toda a Igreja é missionária, também toda a Igreja é um só ministério. A missão é o envio e o ministério é o serviço dos enviados. Ambos tem seu foco e centro motivador e orientador em Cristo. Pois Ele é o Missionário por excelência, e também o Servidor, por excelência.

Tudo isso indica que o que se entende por Igreja está estreitamente ligado com o que se entende por missão e ministério.

Com esta perspectiva em mente, desejo fazer apresentação de um estudo sobre as figuras da Igreja e relacioná-la com o Ministério de todo o povo de Deus, porque muito do que se diz por Igreja no Novo Testamento é dito através de imagens.

### Figuras da Igreja no Novo Testamento

Paul S. Minear <sup>3</sup> fez um estudo sobre as figuras da Igreja, classificando-as em:

- 1) figuras menores
- 2) figuras que giram em torno do povo de Deus
- 3) figuras que falam na dimensão cósmica da Igreja: a nova Criação
- 4) Comunidade da fé
- 5) Corpo de Cristo

Já Hans-Ruedi Weber procurou situar as imagens sobre a Igreja em relação às seguintes ênfases:

- a) a relação com Cristo
- b) a relação entre os membros da Igreja
- c) o propósito da Igreja

Por exemplo, a imagem sobre a Igreja como a *noiva de Cristo* ressalta a relação da Igreja com Cristo, as *pedras vivas* em 1 Pedro, a relação entre os membros, a comunidade da Igreja. A Igreja como *carta de Cristo* expressa dimensão do propósito da Igreja.

## Imagens Menores

Comecemos com as imagens menores.

Sal da Terra (Mt 5.13; Mc 9.49; Lc 14.34; Cl 4.6).

“Vós sois sal da terra...”. Aqui está o jogo de plural, vós sois, e singular, sal da terra. Vós se refere à Igreja. São Paulo, referindo-se à igreja de Corinto diz: “Vós sois templo de Deus”. Com efeito, a Igreja é uma pluralidade na unidade. A Igreja é o resultado da ação do Espírito Santo. O Espírito de Deus sopra e reúne diferentes pessoas numa só comunidade, animando-a, equipando-a a ser vanguarda do reinar de Deus. Mas qual é o sentido da metáfora do sal?

Iremos, primeiro, situar o dito sobre o sal em Marcos e em Lucas. O contexto em que o sal aparece é semelhante em ambos os Evangelhos.

Em Marcos, após o segundo anúncio da Paixão de Cristo, em Cafarnaum, Jesus indaga o que os discípulos estavam discutindo. E Jesus disse: “Se alguém quer ser o primeiro, deverá ser o último e ser aquele que serve a todos”. E abraçou uma criança como sinal de sua presença. “Quem receber em meu nome, a uma destas crianças, a mim me recebe” (Mc 9.30-37).

Em seguida, vem o episódio sobre a tolerância. Os discípulos proibiram alguém que expulsava o demônio como Jesus, porque não estava com eles. Jesus disse: “não proibais...quem não está contra nós, está a nosso favor”.

Ser Igreja é viver essa aprendizagem, com questões que acompanham as pessoas e as comunidades, persistentemente: Quem é grande? Quem anda? Quem deve estar conosco? E quem segue a Jesus? E depois vem uma série de ditos sobre o discipulado, a importância que Deus dá aos pequeninos, a importância que Deus deve ter na vida. Deus é mais importante do que um pedaço do corpo. Não se trata de desprezo do corpo, mas a exaltação de Deus na vida.

Em Lucas encontramos: “se alguém vem a mim e não dá preferência mais a mim que ao seu pai, a sua mãe, aos filhos, aos irmãos, irmãs...”. Em algumas versões é amar mais, noutras odiar; uma tradução literal do aramaico, dizem os entendidos (Lc 14.25). Em outras palavras, Lucas está estabelecendo a prioridade do reinado de Deus e do seguimento a Jesus. Se, por Ele e nEle, o Espírito Santo está manifestando o reinado de Deus, deve-se dar tudo a esse Reino e ao seguimento de Jesus.

É nesse contexto que aparece a *logia* sobre o sal.

Não é fácil extrair o sentido do sal. Mas, de qualquer forma, o sal está associado com o discipulado. Esse discipulado deve ser levado a sério. Tudo isso indica que a Igreja está na inteira dependência do Cristo para ser Igreja.

Mas que sugere o sal? O sal dá sabor à comida. E a Carta aos Colossenses (4.6) exorta que a palavra da Igreja seja graciosa, temperada com sal. A raiz da palavra graciosa é a graça de Deus. Então, a palavra, a vida da Igreja, deve ser impregnada da graça de Deus e que essa graça redunde em palavras que tenham sabor.

Muitas vezes, o sal é considerado pela sua função preservadora e aplicado à Igreja. E ela pode pensar que sua missão é defender certos princípios contra a decadência. E aí a Igreja facilmente se torna presunçosa, como se tudo dependesse dela. Não há coisa mais insípida do que isso. Ao contrário, a Igreja e os cristãos podem dar sabor à vida, quando conhecem suas limitações e, ao mesmo tempo, confiam profundamente na liberdade do Evangelho.

Também a palavra (vida) na Igreja deixa de ser insípida quando ela quer compreender os outros e ter aquela compaixão que Jesus teve. Em poucas palavras, a Igreja pode trazer sabor à vida, quando está nas pegadas do caminho da Encarnação.

Tudo isso quer dizer uma coisa básica: ser Igreja é renunciar ao autoritarismo, ao desejo de fazer a cabeça dos outros, à imposição de idéias a outrem.

É bom lembrarmos, nesta altura da conversa, que a imagem do sal relacionado com a Igreja se refere a todos: "Vós sois o sal da terra". Por meio do batismo, todos se identificaram com a morte e a ressurreição de Cristo e receberam o Espírito Santo. A chamada é para todos no sentido de que se apropriem do que já foi dado, e progridam na vida de doação, assim com Cristo fez doação de si mesmo por amor de todos. E Jesus disse: "tenham sal em vocês e estejam em paz uns com os outros" (Mc 9.50).

Há, assim, um paralelo entre ser o sal e ter a paz uns com os outros. E a vida adquire sabor quando há tolerância.

Então, a Igreja como sal é viver a vida vulnerável na graça de Deus. Neste sentido, as palavras de despedida do ex-Arcebispo de Cantuária parecem bastante relevantes. Na celebração de sua despedida, na Catedral de Cantuária, em 27 de janeiro, disse o Arcebispo, entre muitas coisas, o seguinte: *Fala-se que a tolerância nasce da fraqueza. Não é verdade. Só aqueles que estão confiantemente enraizados no Senhor são livres, não com a gentileza do sentimentalismo, mas com a generosidade do Evangelho e da compaixão de um discípulo convicto. E disse depois, reconhecer a bondade e, às vezes, razão naqueles e de quem discorda sempre e fundamentalmente. Esta é a graça que a Comunhão Anglicana não deve perder.*<sup>4</sup>

Como último ponto, sobre a imagem da Igreja como o sal da terra desejamos salientar o propósito da metáfora. Certamente, ela não foi dita para louvar a Igreja, mas para advertir e encorajar a Igreja para não perder o senso da Missão de Deus. Se ela não participar da Missão, perderá o sentido da existência. Se participar da obra de Deus, ela crescerá em Missão, na medida que se alimentar Daquele que fez a doação inesgotável, o qual foi enviado pelo Pai e nos envia (Jn 20).

Tudo isso quer dizer uma coisa: o Ministério da Igreja tem de ter o sabor do sal. O sabor é uma coisa delicada. O ministério de todo o povo de Deus tem um imenso potencial para a Igreja ser Igreja, mas, ao mesmo tempo, tem um potencial de conflito. Se todos são ministros de Deus pelo Batismo e todos são imbuídos de missão, há potencial de choque oriundo da

diferença de visão, da capacidade e capacitação, da localização social na comunidade e de outros fatores imprevistos. Os escritos do Novo Testamento nos mostram com realismo, que desde o início da Igreja, a harmonia, a unanimidade, a plenitude da fraternidade é um antegozo do que há de vir em meio aos problemas do mundo e da Igreja. O sal é esse gostinho pelo que há de vir. É o que faz com que a Igreja seja ministério de todo o povo é a aceitação mútua dos diferentes. A base dessa aceitação mútua é a recepção com que Cristo nos recebeu. É do que a Igreja mais carece, hoje, é o ministério da recepção. Isso tem a ver com a diversidade na unidade e unidade na diversidade. Essa questão vai direto à narrativa da Criação. Lá, em Gn 1.27, o veículo do conteúdo imagem de Deus é a humanidade diferenciada como homem e mulher. Adão é humanidade, essa humanidade é diferenciada e como tal é a imagem de Deus.

### A Carta de Cristo

“É evidente que vocês são uma Carta de Cristo”, disse o apóstolo São Paulo, com referência à Igreja em Corinto. É a única alusão à Igreja como carta que encontramos no Novo Testamento.

Essa metáfora nos sugere seis pontos:

- 1) o remetente é Cristo;
- 2) foi entregue por Paulo e outros;
- 3) a tinta com que foi escrita é o Espírito Santo do Deus vivo;
- 4) as palavras foram inscritas no coração;
- 5) a mensagem é intencionalmente pública, isto é, para ser lida por todas as pessoas;
- 6) o conteúdo da carta é um testemunho autêntico da autoridade de Paulo.

É interessante observarmos que esta carta do apóstolo está cercada de certo conflito. Houve a visita dos falsos apóstolos e há certa resistência ao ensino paulino, por parte de alguns elementos na Igreja. Diante disso, Paulo faz apologia de sua identidade apostólica.

A metáfora da Igreja como a carta de Cristo nos sugere dois pontos importantes: como ela surge e para que.

A Igreja é uma comunidade histórica. Ela teve seu preparo no antigo Israel. Nem por isso ela surgiu como uma descrição de um povo. Nem as circunstâncias históricas empurraram um grupo de gente para vir a ser uma Igreja. Naturalmente, esta ou aquela igreja particular nasceu por razões circunstanciais. Por exemplo, o nascimento da IEAB não foi planejado por ninguém, do ponto de vista humano. Quando ela começou, os ventos e as marés na Comunhão Anglicana se dirigiam na direção da África e Ásia. Mesmo os nossos dois pioneiros estavam planejando ir ao Japão, mas por outras circunstâncias vieram projetar o seu impulso missionário aqui, em nossa terra. Aos olhos da fé, Deus agiu de modo inesperado, para que viéssemos a existir como uma Igreja. As circunstâncias particulares vieram a ser ocasião para fundação de nossa Igreja, aqui, no Brasil. Mas não foi

resultado da decisão de uma assembléia. A decisão já fora tomada no coração de Deus. É isso que a fé vê.

A carta sugere a autoria, a vontade do autor.

No plano de Deus, a Igreja foi preparada no solo do Antigo Testamento e nasceu da morte e da ressurreição de Cristo. O autor da Carta aos Efésios fala na origem da Igreja em termos de construção: vocês pertencem ao edifício, que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção. O evangelista São João diz, no seu prefácio, usando a metáfora do nascimento: "estes não nasceram do sangue, nem do impulso da carne, nem do desejo do homem, mas de Deus" (1.13).

Assim, a Igreja tem de transcender às barreiras da classe, da raça e da nacionalidade ou de quaisquer outras barreiras. Pois o Deus que enviou a Jesus, e que nos chama e nos envia ao mundo como sua Igreja, derrubou os impecilhos, conforme a visão da fé. E trabalha para a aproximação de todos, mediante aquele Poder de doação vivido em Jesus Cristo. É esse Deus que louvamos constantemente em nossa Liturgia. Assim, a carta de Cristo que somos torna-se louvor a Deus. Nisto a missão torna-se litúrgica e a liturgia, missionária.

A metáfora da carta nos fala nas tábuas do coração da carne. Isto sugere a nova Aliança, a que se referiam os profetas (Jr 31.31ss; Ez 11.19, 36.26). Isso nos sugere não só as raízes históricas da carta no Antigo Testamento, mas também o centro decisório das pessoas, pois o coração, no sentido bíblico, não fala tanto na ternura, no sentimento, mas no local onde se formam as decisões.

### O Propósito da Carta

A Igreja como carta de Cristo não é algo fechado e secreto, mas voltado ao público. Então, a Igreja ensimesmada não pode ser a carta de Cristo. Ao contrário, na medida em que se volta para fora, em missão, a Igreja cumpre o seu propósito. Aqui convém lembrarmos do que a Conferência de Lambeth falou sobre o evangelismo e a transformação. Em outras palavras, ao todo das pessoas; e a carta de Cristo é dirigida a todos.

A carta e a vida da Igreja estão intimamente relacionadas. Ela está escrita no coração. O coração, a carta e a tinta fazem um conjunto, porém distintos. O Espírito Santo (tinta) não pode ser confundido com a Igreja. Porém a Igreja não pode ser separada do Espírito.

Deus escreve essa carta por intermédio de pessoas como o apóstolo Paulo e outros. Como ele próprio disse, a Igreja é uma diversidade de dons. Em outras palavras o Cristo, por meio do Espírito Santo, designa todos os batizados às diversas funções na Igreja para que ela se manifeste como a carta de Cristo em nossos dias.

Entre muitas funções há aquelas pelas quais a leitura da Bíblia e sua mensagem se atualizam, tornando-se uma realidade viva para nós hoje. Neste sentido, é preciso que cresçamos no estudo da Bíblia, no estudo de

nossa situação hoje, de modo que haja uma mediação eficaz entre a mensagem da Bíblia e a situação de hoje. Por esse meio e por meio do serviço que prestamos às pessoas e às comunidades hoje, a Igreja se torna a carta viva de Cristo ao nosso público. Então, existem na Igreja diversas funções.

O Ministério é de todo o povo de Deus. Uns são ordenados e outros, não. Mas todos têm parte num só ministério da Igreja, naturalmente, cada qual com sua função. Em prosseguimento à imagem da carta, é preciso dizer que a carta deve ser contemporânea, isto é, a Escritura lida para hoje. Aqui entra, sem dúvida, um conjunto de princípios de interpretação e aplicação das Escrituras. Para que a Igreja seja uma carta viva de Cristo é preciso que o Sopro da Vida nos leve a ler as Escrituras com um olho no mundo de hoje. Para isso é preciso, como dissemos anteriormente, conhecer melhor a humanidade em seu contexto social, histórico e cultural, isto é, ter melhores informações sobre o que somos.

Em outras palavras, para a Igreja ser a carta viva, como a própria metáfora nos mostrou, é preciso que ela esteja unida ao remetente e ao público endereçado.

### Cidade, Cidadania

Uma outra imagem da Igreja que fala nesse duplo relacionamento é a de *CIDADE* e *CIDADANIA*. *Vocês já não são mais estrangeiros e forasteiros, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus* (Ef 2.19). Porém, antes estavam afastados da cidadania de Israel. Entre *antes* e *agora* está toda a obra reconciliadora de Deus em Cristo: a cruz e a ressurreição. Essa derrubada dos muros de separação criou, de dois povos, um novo povo de Deus. Semelhante metáfora encontramos em Filipenses 3.20: a nossa cidadania, porém, está lá no céu, de onde esperamos ansiosamente o Senhor Jesus Cristo como Salvador. Esta imagem nos mostra que a Igreja pertence ao céu e à terra e deve estar atenta para a manifestação final do poder transformador de Cristo. Agora é o momento em que degustamos o aperitivo, aquilo que abre o apetite pelo que há de vir. E o que há de vir é a manifestação da verdadeira cidade de Deus, a plenitude da comunhão-comunidade com Deus e uns com os outros. Quem sabe o que falta à maioria de nós é o apetite? Quem sabe nos está faltando o "aperitivo"?

### Exilados e Dispersos (1 Pe 1.1, 2.11; He 11.13)

Estas imagens se contrapõem à de cidadania. Como pode uma comunidade de cidadãos ser a dos exilados e dispersos?

Muito depende de que ângulo se vê. Os cristãos gentílicos podem dizer que, por causa da cruz de Cristo, não estão afastados da comunidade de Israel. Mas estão dispersos e exilados em relação ao reino da luz, por causa do reino provisório das trevas. Esse afastamento dura enquanto vivem na história (1 Pe 1.17, 4.2).

O sentido dessas figuras tem certa nuance. O existir da comunidade da fé, conforme o cap. 11 de Hebreus, é o de forasteiros, pois não se conforma a este século, mas está em busca da cidade celestial. Abraão e o Êxodo fazem parte dessa figura. O ministério de todo o povo deve estar atento às mudanças e aos problemas que as migrações, o êxodo rural, o inchamento das cidades e das metrópoles acarretam. É bom reconhecer que a figura da consumação final da obra é uma cidade, cujos muros são o próprio Deus, que derrubou todas as barreiras e não um jardim, embora ele esteja lá no centro dessa imagem.

### Embaixadores de Cristo

Relacionada à imagem de exilados, a figura "embaixadores" é bastante estranha. Como os exilados podem ser embaixadores?

O poder da representação está no mistério do Evangelho, de que fala a Carta aos Efésios 6.20. Aí está o paradoxo: embaixador com os pés acorrentados. Esse mistério é a revelação do poder do Reino revelado na Cruz de Cristo, o qual opera a reconciliação (2 Co 5.18-21). Os exilados, os que não se conformam com este mundo, podem ser embaixadores por causa do amor de Deus, manifesto nessa cruz de Cristo, que derrubou as muralhas de separação. Diga-se aqui, de passagem, que muito da linguagem do Novo Testamento é feita de paradoxos e daquilo que é rejeitado na religiosidade dominante da época. Por exemplo, o fermento, que era pejorativo, vem a ser uma metáfora, na parábola de Jesus. Tudo indica que essa linguagem do Novo Testamento não é acidental e está no cerne da história de Deus com as pessoas. Como disse São Paulo, "Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes", e "Deus escolheu as coisas humildes do mundo e as desprezadas, e aquelas que não são para reduzir a nada as que são; a fim de que ninguém se vanglorie na presença de Deus" (1 Co 1.27ss; 2 Co 8.90).

Estas figuras, extraídas da vida econômica e política, nos advertem de duas tendências não saudáveis a que a Igreja está sujeita: 1) o afastamento necessário dos princípios deste mundo causa sectarismo e 2) a participação necessária na vida do mundo causa acomodação. Por isso, a Igreja vive na história a vulnerabilidade e a tensão. Na medida em que se tem a visão do Reino de Deus e de seu poder transformador há sempre possibilidade de cumprir a sua missão, que é de participar na Missão de Deus.

Neste particular, é muito importante que a Igreja cresça na imagem de hóspedes de Deus que recebem os outros, ou anfitriões em nome de Deus.

Esta imagem é muito importante quando falamos na Década de Evangelização. A Igreja evangelizadora é a Igreja acolhedora. Precisamos muitos embaixadores que sejam recepcionistas. Aqui se pode retomar o tema do sal.

Essas imagens da Igreja não só sugerem, mas também exigem o desenvolvimento do Ministério de todo o povo de Deus, para que essas imagens se tornem concretas em nossas comunidades eclesiais.

+Sumio Takatsu 21/05/1991

Referências Bibliográficas:

1. The Truth Shall Make You Free, p. 43.
2. Idem, p. 43.
3. Images of the Church in the New Testament, The Westminster Press, 1960.
4. Episcopal News, março de 1991.

Anexo:

Walter Brueggemann, *Living Toward a Vision*, cap. 12: Instrumentos da paz.

A metáfora do sal da terra implica no todo, no Ministério de todo o povo e no amor e respeito a outrem, que se difere de nós.

Todo o povo implica, também, na compreensividade - que tanto interessa aos anglicanos - e fala da difícil arte de conviver com diferenças. Uma coisa é certa: a rigor, não se pode falar no Ministério de todo o povo enquanto muitos e diferentes não forem feitos participantes. Ao contrário, a união, a unidade serão expressões de uma minoria. Nesse caso, como a união faz a força, o poder - seja qual for - será do interesse, também, da minoria.

A metáfora do sal parece resistir a esse tipo de unidade eclesial. Pois, entre o sal e o sabor que ele dá a comunidade, está a questão delicada das pessoas.

Na história do lavapés encontramos uma expressão da Encarnação, que abrange os diferentes por amor. Aqui devo a Walter Brueggemann, no cap. 12 do seu livro *Vivendo por uma Visão*.

Diz ele que Jesus deixou não só símbolos poderosos de bacia e toalha, mas instrumentos significativos da Paz. Instrumentos elas o são, mas muito diferentes. Ao contrário de canetas, máquinas de escrever, telefones, a toalha é, nas nossas mãos, uma coisa amorfa, sobre a qual não se pode dar uma forma definida. Ela toma forma nos pés de quem lavamos. Não toma sua forma no calor das convicções, mas no toque delicado, nos pés de alguém. Esses pés representam, muitas vezes, a dimensão repulsiva de nossa humanidade, que exige um cuidado muito delicado.

E o lavapés fala no re-erguimento dos humilhados (*Magnificat*), na inclusão dos que são excluídos por todos. E Jesus se fez o excluído para receber a todos.

Assim, tudo parece-nos indicar que a metáfora do sal e a do lavapés podem complementar uma à outra.

Vivemos um momento em que temos de começar refletindo sobre a vocação. E quando se ouve falar em vocação, vem imediatamente à nossa mente o Ministério Ordenado. Porém queremos, primeiramente, pensar na vocação de toda a Igreja para ser a comunhão de serviço, comunhão de ministério. Dentro desse quadro, queremos falar na vocação do Ministério Ordenado. Neste contexto particular, em que perdemos o Dom Olavo, a conversa sobre o Ministério Ordenado passa necessariamente pela significação do episcopado. Então, por que não vamos direto ao tópico do episcopado? O bispo, clero, laicato, estão estritamente ligados, uns aos outros, como partes da Igreja. Não se pode imaginar um bispo sem a Igreja, uma comunidade feita de clérigos e leigos. Não se tem pastor sem rebanho. Também, não se pode imaginar uma diocese episcopal sem o seu bispo, o qual é o pastor principal.

Esta reflexão inicial nos leva a falar na Igreja como comunhão de serviço, serviço diversificado, que brota da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. De fato, Jesus Cristo resurreto, por meio do Espírito Santo, chama toda a Igreja a trabalhar com Ele, em favor do reinado de Deus. Com efeito, por meio do Batismo, recebemos o Espírito Santo, como aquela Igreja do Novo Testamento recebeu, e vimos a ter parte no Ministério de todo o povo de Deus. Assim, fazemos parte daqueles que ouviram de Jesus: o Espírito Santo descera sobre vocês e dele receberão força para serem minhas testemunhas, conforme o Evangelho de São João. Como lá, naquele tempo, nós, também, aqui, em nosso tempo, compartilhamos a promessa da presença, atuação e companhia do Espírito Santo, que nos dá a antecipação da plenitude da companhia de Deus, quando será tudo em todos (1 Co 15). E, assim, até então, temos todos nós, um lugar na Missão e no Ministério de Cristo e sua Igreja.

Se todos na Igreja são ministros de Cristo, como no ensina o Livro de Oração Comum e a Bíblia, que lemos na Liturgia, então, para que o Ministério Ordenado na Igreja? Não é a todos que Ele chama?

Na compreensão anglicana, Deus tem na Igreja, como parte de um só povo, o Ministério Ordenado, para mostrar à própria Igreja o que ela é e o que deve ser.

Por isso, o serviço do ministro ordenado é ajudar uma comunidade de pessoas a ser mais plenamente permeada por Cristo e Espírito Santo, para adorar a Deus e para anunciar o Evangelho ao mundo, e servir a humanidade que a cerca em nome de Cristo. Em outras palavras, é função do Ministério Ordenado ajudar a Igreja a ser o Ministério, comunidade de serviço. O serviço é um só e do Senhor, mas é diversificado. As ordens representam os pontos focais de um só serviço diversificado.

### Diáconos

Como já dissemos, a Igreja como um todo é uma comunidade diaconal, assim como o Senhor da Igreja se intitulou de diácono e viveu a vida de serviço.

No Ordinal do Diácono, o Bispo na Ordenação diz aos candidatos: *és chamado para um ministério especial, de serviço, sob a direção do teu bispo*. Esse serviço é extensivo a todos e, em particular, os pobres, fracos,

enfermos e solitários. Em outras palavras, desprezados e necessitados. Trata-se de representar a dimensão do ministério de todos. Nos diáconos, a Igreja deve ver a sua imagem, como a comunidade de serviço. Junto com esse serviço, o diácono representa a Igreja em ouvir as necessidades e aspirações do mundo, pois é parte do seu ministério fazer com que a Igreja tenha conhecimento do mundo que a cerca. Esse ministério dentro da Igreja não é de presidência, mas é de assistência aos que presidem e co-presidem a comunidade eclesial: bispos e presbíteros. É bom lembrarmos-nos de que a imagem empregada na Oração de Ordenação do Diácono vem de Fp 2 e Mc 10 e a súplica do ordinante é que muitos venham a conhecer e amar Jesus Cristo, o Filho por meio do diácono.

## Presbítero

A Igreja é, no seu serviço, uma comunidade pastoral, sacerdotal e magisterial, não pela opção da Igreja, mas por causa da presença de Jesus Cristo, o qual é o Pastor, o Sumo Sacerdote e Mestre. É claro que Cristo é mais do que esses títulos, mas eles representam os pontos focais do trabalho de Cristo na sua Igreja. Na Ordenação, no Exame (é uma espécie de *job description*) o Ordinate diz ao candidato: *és chamado a trabalhar com o teu bispo e teus colegas presbíteros e ter parte nos concílios da Igreja.*

O Ordinal especifica as funções do Presbítero:

- Proclamar o Evangelho com palavras e atos;
- Amar e servir o povo entre os quais ele trabalha, cuidando dos idosos, e jovens, fortes e fracos, ricos e pobres;
- Pregar, anunciar o perdão aos penitentes, pronunciar a bênção de Deus, ter parte na ministração do Santo Batismo e nas celebrações dos mistério do Corpo e Sangue de Cristo e realizar outras ministrações confiadas a ele.

Em síntese, o Ministério da palavra e dos Sacramentos.

Ter parte na ministração dos sacramentos indica que o Bispo é o ministro principal do Batismo e da Eucaristia. Ele preside a ministração do Batismo e celebração da Eucaristia e o Presbítero co-preside. E o escopo de qualquer ordem: Bispo, Presbítero e Diácono, é universal; no entanto, o seu exercício é limitado a um determinado povo. No caso do Presbítero, o seu ministério é para ser exercido sob a orientação do bispo diocesano, entre um determinado povo. O ministério do Bispo é também limitado a um povo, a um determinado território que se denomina de diocese. Não uma diocese transterritorial, como querem os oponentes da ordenação feminina. Na recente reunião do Conselho Consultivo Anglicano, o pedido de um grupo de oponentes foi rejeitado.

Também deve-se observar que o ministério de Presbíteros é colegiado, sob a orientação do Bispo diocesano. Tudo se resume nisto: ser junto com o Bispo, e colegas Presbíteros, onde for designado, um sinal do Deus de amor e justiça que chama, reúne e une as pessoas diferentes, sanando as feridas movido pela compaixão, ajudando os outros a serem como são e a aceitarem uns aos outros como iguais, debaixo do reinado de Deus. Essa é também a função de toda Igreja e de cada membro. Porém, cabe àquele que é chamado ao ministério pastoral capacitar a congregação a ser uma comunidade pastoral.

Não pode a Igreja ser realmente uma comunidade pastoral, que apresente e represente Cristo a outrem, sem estar em profunda dependência Dele, sem aprofundar a sua comunhão com Cristo, como a vara em relação ao tronco. E ajudar a Igreja a depender do Cristo, significa ensinar as pessoas a depender umas das outras em profundo amor mútuo, que se oriente para fora, em missão. Em outras palavras, o Ministério Ordenado existe para ajudar a Igreja a ser a presença de Cristo, no mundo e para o mundo.

Para ser um sinal dessa presença é preciso ser movido pelo amor que vem de Deus e dele viver. Então, uma das funções importantes de um ministro ordenado é levar a Igreja a adorar, amar e servir a Deus, que enviou Jesus Cristo. É nisso que a Igreja encontra uma das dimensões mais importantes de sua unidade. É nisso, também, que a Igreja se torna

testemunha de Cristo, em seu ambiente, com todas as fraquezas e virtudes. Assim, o pastor tem a função sacerdotal de ajudar as pessoas a elevarem os corações a Deus. Há uns 18 anos, quando a Igreja nos Estados Unidos começou a discutir se deveria ordenar mulheres ao Presbiterado e ao Episcopado, o Bispo de Michigan, referindo-se a uma Presbítera recém ordenada, sem ainda a autorização formal da Convenção Geral, disse: o coração de quem vê essa mulher se eleva a Deus. E indagou: não é essa a função de uma Presbítera? E todo o resto vem em consequência disso. De fato, o começo da Oração principal da Igreja é esse convite para elevar os corações ao Senhor.

Elevar os corações em louvor e ação de graças e em súplica, tem sua motivação e direção naquele amor que vem de Deus. Esse amor deve ser buscado, lido e aprendido no Evangelho, o Cristo, em relação ao mundo em que vive. É isso que a Igreja proclama diante de Deus e para ela mesma e para o mundo. Por isso, uma outra função importante do Ministério Ordenado é ajudar a Igreja a crescer, cada vez mais, no conhecimento do Evangelho e no seu anúncio. Pois todos têm parte imprescindível nesse crescimento. Nisso, o pastor que é sacerdote é também mestre, conforme o Rito de Ordenação.

A Igreja que está em união com Cristo não poderá guardar para si o tesouro do Evangelho. O Evangelho tem de ser anunciado e compartilhado por muitos, para que homens e mulheres, jovens, crianças e idosos, venham dar uma resposta eucarística. O anúncio é sempre o anúncio para um determinado local e determinado tempo e também, para toda a humanidade. Em função disso, a Igreja tem de conhecer as pessoas e as situações socio-econômicas e políticas que nos cercam. Ajudar a Igreja a conhecer melhor a situação em que ela vive, não significa que os ministros sejam peritos em ciências humanas, mas que inspirem a Igreja a buscar esse conhecimento, dentro daquela prática de diversidade de funções e dons.

O tesouro do Evangelho não pode ser guardado só para a gente. Quem vive para si morre por si. Essa é a lei que governa a nossa vida. A função de um presbítero é ser conselheiro do Bispo, para que ele cuide que toda a Igreja viva esse princípio do Evangelho.

Também a Igreja unida com Cristo é aquela que se desdobra em compaixão pelos sofredores, assim como Cristo viveu a compaixão de Deus. A função do Ministério Ordenado é mostrar à Igreja que ela é o Corpo de Cristo e ajudá-la a ser essa comunidade. No Ordinal do Diácono, conforme o que vimos anteriormente e como também nos ordinais anglicanos mais recentes, o diaconato ressalta esse ministério de todos.

Em síntese, a função e a vida de um Ministro Ordenado consiste em ajudar uma comunidade a ser aquela que reúne as pessoas, as ama e cuida delas em Cristo, uma comunidade que celebra os atos de Deus, uma comunidade que cresce no conhecimento de Deus, uma comunidade de compaixão, uma comunidade anunciadora do Evangelho.

Então, em função do Ministério de todo o povo, Deus chama alguns para o Ministério Ordenado. E isto significa que Deus não faz cair do céu os guias, os pastores do rebanho de Cristo. É claro que a chamada vem de Deus. Mas a resposta vem da Igreja, isto é, de todo o povo de Deus. É claro que não ouvem uma voz objetiva, mas ouvem o chamado através do envolvimento no trabalho, na confiança que outros depositam nele ou nela. Também é claro que todos nós enfrentamos certa dúvida, mas o

reconhecimento de outros confirma a nossa vocação. A vocação está sempre em processo. A leitura dos ordinais com seus próprios, exame e oração nos ajuda sempre a renovar-nos em nosso ministério.

## VOCAÇÃO E MINISTÉRIO DO BISPO

O último tópico destas reflexões trata do ministério do bispo. Poderíamos ter começado com a reflexão sobre o ministério do bispo, porque, no ensino do novo LOC, o bispo tem o privilégio de presidir a Eucaristia, ao batismo, na qualidade de pastor diocesano. Aqui fazemos o uso propositado de presidência, porque quem celebra os atos da salvação e pastoreia a Igreja, em última instância, é o próprio Cristo, Pastor e Bispo de nossas almas, como diz a Primeira Carta de Pedro (2). Com isto, não queremos dizer que aquele que preside representa apenas o povo reunido ou que o seu mandato vem apenas do povo reunido. Aqui, é preciso desfazer qualquer equívoco. É o Cristo na comunidade que deve ficar claro. Por isso, aquele que preside a comunidade não é delegado da comunidade, nem tão pouco o intermediário exclusivo de Cristo, acima da comunidade. Também, um outro ponto em pauta em nossa mente é que o estilo de exercício e de vivência do ministério do bispo depende muito de como se situa na tríplice relação: Deus Triuno, a diocese e o bispo. Nisto, também é preciso considerar um conjunto maior, a Província ou Igreja Nacional. Bem ou mal, muito do que o bispo é, é reflexo da diocese, do seu povo e do seu clero. Com isto, não queremos simplesmente defender os bispos.

### Perfil do Ministério do Bispo

Com isto em mente, vamos esboçar o ministério do bispo. Este esboço vem do Ordinal, do Relatório da Conferência de Lambeth, do Conselho Consultivo Anglicano. O Ministério do Bispo consiste em:

- Proclamar a ressurreição de Cristo e interpretar o Evangelho, em união com os apóstolos;
- Testemunhar a soberania de Cristo como Senhor dos senhores e Rei dos reis;
- Preservar a fé, a unidade e disciplina da Igreja;
- Celebrar e providenciar as ministrações dos sacramentos da Nova Aliança;
- Ser sacerdote e pastor principal e como tal, encorajar todos os batizados nos seus dons e ministérios;
- Ordenar Presbíteros e Diáconos;
- Tomar parte na ordenação dos bispos;
- Ser um fiel pastor e exemplo saudável para o rebanho de Cristo (clero e laicato);
- Na liderança e no governo da Igreja, aconselhar-se com os presbíteros companheiros (aqui está a idéia de que o bispo preside o presbitério, e, sendo bispo, é também presbítero);
- Tomar parte com outros na liderança da Igreja pelo mundo, isto é, representar a diocese, junto à Igreja, em nível mais amplo;
- Ser misericordioso para com todos, compassivo com os pobres e forasteiros e defensor dos indefesos.

### Recursos

Escrituras, Tradição, comunidade da Igreja: a herança da fé que confessaram os Patriarcas, Profetas, Apóstolos, Mártires e os que em cada geração se voltaram para Deus, com esperança.

### Dimensões do ministério do bispo

Podemos observar que há muitas dimensões no ministério do bispo. Cada um desses itens pode ser ampliado e também resumido. A Conferência de Lambeth/88 fez agrupamento diferente desses itens. Por exemplo:

- o bispo é símbolo da unidade da Igreja em sua missão;
- mestre e defensor da fé;
- pastor dos pastores e do laicato;
- capacitador da pregação da Palavra e da ministração dos sacramentos;
- líder na missão e iniciador da mesma no mundo em que a Igreja se encontra;
- médico a quem as feridas da sociedade são trazidas;
- voz da consciência da sociedade em que a Igreja local se situa (na linguagem de Lambeth e ACC, a Igreja local é a diocese);
- profeta que proclama a justiça de Deus no contexto do Evangelho da Redenção;
- o cabeça da família como um todo (não apenas um setor da família), em sua miséria e alegria.

Como podem observar, há muitas dimensões no ministério do bispo. Certamente, cada um dos bispos dá mais ênfase a certas dimensões e dá menos a outras, levando em consideração suas inclinações, capacidade e os recursos pessoais e financeiros com que ele conta. Essas dimensões se articulam e se expressam na interação daqueles três fatores que foram mencionados no início desta conversa: o Deus Triuno, a diocese e o bispo.

Agora desejamos tirar algumas conclusões deste quadro do ministério do bispo.

1) É evidente que o Bispo não pode exercer o seu ministério sozinho, mas com uma equipe. Por exemplo, quem pode iniciar a missão sozinho? Quem pode prescindir dos teólogos para preservar a fé? Em outras palavras, não é necessário que o bispo seja teólogo no sentido profissional, mas é preciso prezar a tarefa teológica. Isto não implica em que não deixe de menosprezar esta ou aquela forma de se fazer teologia. Por outro lado, não se pode presumir que o modo como se faz teologia no seu tempo é válido para sempre. É preciso sair dessa confusão. E diga-se de passagem que, os que desprezam o estudo na Igreja não aspiram ao episcopado para o bem da Igreja. E, também, se diga que há diferença entre os que não são dados ao estudo e os que o desprezam.

Não é apenas em teologia, ensino e proclamação, mas também, em outras dimensões, principalmente, na tomada de decisão que o bispo carece de um amplo diálogo, consulta e apoio. Sem a consulta não há apoio. O espírito de consulta é o que mais prezam as Igrejas de nossa Comunhão. Pois a Palavra de Deus se fez carne e habitou entre nós...Consulta e comunhão vão de mãos dadas.

2) Há variações no estilo do episcopado, que resultam da ênfase que cada qual quer e pode dar, conforme seus dons e interpretação do Evangelho e da missão e da situação da diocese. Por exemplo, o tamanho da diocese, o grau de coesão do clero, da disposição do laicato, o grau de heterogeneidade da população diocesana, tudo isso influi no estilo do episcopado. Numa diocese do tamanho de uma cidade é possível fazer, semanalmente, a reunião do clero e da liderança leiga. Em outras dioceses, como na diocese de Newark, por exemplo, segundo o que me disse o bispo, onde há um número considerável de paróquias, o bispo não pode visitar todas, num mesmo ano. Presumo que essa é, também, a situação da diocese de Oxford. Muitas tarefas podem ser delegadas, mas é muito difícil delegar a presença do símbolo da unidade da Igreja em missão. É preciso estar lá e não em outro lugar. Então, tudo isso requer cooperação e compreensão do bispo e da diocese. Em outras palavras, é preciso ter o espírito de diálogo.

3) Tudo isso nos leva a ressaltar que o bispo não é apenas um porta-voz de sua diocese e muito menos, de um grupo. Em outras palavras, é preciso manter uma saudável tensão entre o bispo, sua diocese e ou qualquer grupo ou ainda a sua equipe de apoio. Na Conferência de Lambeth 78, na discussão em grupo sobre o episcopado, cada qual falou sobre suas experiências. Falei que estava no segundo ano do episcopado e vi que o meu modo foi diferente dos demais e perguntei se estava no caminho certo. O coordenador do grupo me perguntou: você em algum momento poderá dizer não? Respondi: tenho dito não, às vezes. Ele replicou: vai em frente.

4) Isto nos leva a dizer que se requer dos bispos que sejam pessoas que reconheçam e saibam gerenciar as tensões como alguma coisa saudável, embora nem sempre agradável, que serve para o crescimento das pessoas e das instituições. Aqui entra a questão da diversidade e tolerância, qualidades de vida pessoal e institucional que os anglicanos estão desejando desenvolver. Também, diga-se de passagem, que a questão da diversidade, tolerância e tensão não é privativa do bispo. Todos têm de contribuir para que haja uma comunidade, onde haja espaço para os diferentes. Trata-se da paciência, teste do verdadeiro amor. Também, diga-se de passagem, que a diversidade se vive de modo diferente, em cada nível e situação. Por exemplo, a diversidade em nível da Comunhão é uma coisa. Em nível provincial e diocesana é outra. Já numa paróquia ou só numa localidade, deve funcionar de outra maneira. Onde há mais de uma paróquia, é possível dar à nossa população diocesana alternativas, introduzindo inovações na paróquia, dentro dos limites. Quem não concordar, poderá ir à paróquia vizinha. Ao contrário, estaremos convidando parcelas de nossa gente ir embora. E quem, no geral, quer introduzir mudanças na vida paroquial? São os párocos. Aqui, neste ponto, nem sempre a visão do bispo e a visão do pároco coincidem. Na arbitragem, pode haver "n" variações dentro dos limites da fé e disciplina da Igreja. Não se pode esperar que todos os bispos ajam do mesmo modo.

Uma outra tensão que o bispo experimenta é a passagem do presbítero a bispo. Esta passagem não é simples, por várias razões. Uma delas é que, sempre é um presbítero que é eleito e sagrado bispo. Este bispo foi, certo tempo, um presbítero. Tem toda uma bagagem de presbítero e não tem nenhuma experiência de bispo e pesa sobre seus ombros a responsabilidade

que antes não havia imaginado. Por exemplo, nos concílios, há sempre determinadas pessoas que trazem sugestões e propostas que podem encantar muita gente, inclusive o bispo, mas que são inexecutáveis. E o bispo enfrenta, imediatamente, a falta de recursos financeiros. Muita gente, irrefletidamente, faz analogia entre a diocese e a sociedade civil. A simples elaboração de uma lei não se transforma em recursos, porque somos uma organização voluntária. É a nossa população diocesana, mais especificamente as paróquias, que contribuem para o funcionamento da diocese. O ponto que desejamos destacar é que o bispo vê a realidade da perspectiva da diocese, da qual ele tem responsabilidade final. Não há a quem reclamar. É claro que é preciso entregar-se na mão de Deus e em Deus há recursos inesgotáveis.

Há uma tensão intrínseca no nosso Ordinal que me parece saudável. O ordinando é apresentado ao bispo como Reverendo Pai em Deus, e o ordinante, que foi denominado de Pai em Deus, se dirige ao ordinando chamando-o de meu irmão. Na ordenação e sagração de um bispo, o ordinante perguntará ao ordinando se tomará conselho com os presbíteros, já que ele também é um deles.

Esta tensão se estende à relação do bispo com a Câmara dos Bispos. Os diocesanos, na Câmara dos Bispos, são bispos da Igreja Una, Santa e Católica, manifesta localmente. É natureza da Igreja a comunhão, por isso, a diocese não existe por si mesma isolada, mas em comunhão com outras dioceses formando, em nossa eclesiologia, um conjunto eclesial que se denomina de IEAB. Sendo bispo de uma diocese, ele terá de ver esse conjunto, com os outros bispos, na Câmara.

Tudo isto é um convite para que cada qual se coloque na posição de outrem e experimente as dificuldades alheias por meio de imaginação, para que na comunidade eclesial, na diocese e na Igreja haja maior compreensão e solidariedade.

Essa é a liberdade de representar Jesus Cristo no poder do Espírito Santo, na comunidade eclesial e no mundo. E para isso é que todos foram chamados. Então se espera de um bispo que, com a liberdade do Espírito Santo, nos apresente melhor Jesus Cristo. Para isso há o recurso da Igreja, o qual é o Deus Triuno.

Bispo Sumio Takatsu  
Confleclero da Diocese Sul-Occidental da IEAB  
09 de abril de 1993.